



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS

PEDRO DANIEL DE CARLI SANTOS

DO INFORMAL AO INSTITUCIONAL NA INTERAÇÃO SOCIOESTATAL:
a trajetória da Federação dos Bacamarteiros de Pernambuco

JOÃO PESSOA - PB

2021

PEDRO DANIEL DE CARLI SANTOS

DO INFORMAL AO INSTITUCIONAL NA INTERAÇÃO SOCIOESTATAL:

a trajetória da Federação dos Bacamarteiros de Pernambuco

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPEUR/UFRN), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Estudos Urbanos e Regionais.

Área de Concentração
Gestão de Políticas Públicas

Linha de Pesquisa
Estado e Políticas Públicas.

Orientadora
Profa. Dra. Winifred Knox

JOÃO PESSOA - PB

2021

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes -
CCHLA

Santos, Pedro Daniel de Carli.

Do informal ao institucional na interação socioestatal: a trajetória da Federação dos Bacamarteiros de Pernambuco / Pedro Daniel de Carli Santos. - 2021.

122f.: il.

Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2021.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Winifred Knox.

1. Interação socioestatal - Dissertação. 2. Arranjos informais - Dissertação. 3. Permeabilidade estatal - Dissertação. 4. Mecanismos intervenientes - Dissertação. 5. Bacamarteiros - Dissertação. I. Knox, Winifred. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 911(813.4)

PEDRO DANIEL DE CARLI SANTOS

DO INFORMAL AO INSTITUCIONAL NA INTERAÇÃO SOCIOESTATAL:

a trajetória da Federação dos Bacamarteiros de Pernambuco

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPEUR/UFRN), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Estudos Urbanos e Regionais.

Área de Concentração
Gestão de Políticas Públicas

Linha de pesquisa
Estado e Políticas Públicas.

Orientadora
Profa. Dra. Winifred Knox

Data de aprovação: 22/06/2021

Banca Examinadora

Profa. Dra. Winifred Knox
(PPEUR/UFRN - Orientadora)

Profa. Dra. Joana Tereza Vaz de Moura
(PPEUR/UFRN - Membro interno)

Profa. Dra. Euzeneia Carlos
(PGCS/UFES - Membro externo)



Emitido em 22/06/2021

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 23720/2021 - PPEUR (13.59)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 30/07/2021 09:22)

JOANA TEREZA VAZ DE MOURA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DPP (13.33)
Matricula: 1715135

(Assinado digitalmente em 04/08/2021 09:42)

WINIFRED KNOX
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DPP (13.33)
Matricula: 3180158

(Assinado digitalmente em 30/07/2021 12:13)

EUZENEIA CARLOS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: RESTRITO

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrn.br/documentos/> informando seu número:
23720, ano: 2021, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: 30/07/2021 e o código de
verificação: **f60ce5f02b**

À Serlene, minha mãe,
por tudo, sempre e tanto.

AGRADECIMENTOS

Retornar ao universo acadêmico após um período distante foi uma experiência enriquecedora e desafiadora, assim como o processo de viver na Paraíba, estudar no Rio Grande do Norte e pesquisar em Pernambuco. Mas confesso: foi incrível! Sair de João Pessoa antes do sol nascer e voltar depois do sol se pôr exigiu sacrifícios e a conclusão desta etapa não seria possível sem o apoio, o carinho e a motivação de pessoas muito especiais, às quais sou imensamente grato.

À Serlene, minha mãe, agradeço pelo amor, atenção, incentivo e suporte para que eu pudesse dar este passo na minha trajetória. Grato, *mamma*, por não ter medido esforços e por ser o meu exemplo máximo de coragem, luta e determinação.

À Rebeca, minha companheira, agradeço pela cumplicidade de todos os dias. Por sua força em conjugar tantas demandas neste período. Mais do que meu agradecimento, a minha admiração e, principalmente, o meu respeito. É uma honra compartilhar uma vida ao seu lado.

À Anita, minha *little girl*, por fazer dos seus questionamentos diante do mundo os meus próprios questionamentos. Por me ajudar a enxergar sutilezas no óbvio e por fazer crer que sempre é possível questionar. Afinal, “você sabe o que é ter um pai mestrando”?

A Ernesto, meu “carãozão”, pelo companheirismo incondicional. Por ser meu melhor amigo, estar sempre ao meu lado, por aflorar em mim os melhores sentimentos e por ser a razão da jornada que hoje eu trilho. “*We are the champions, my friend!*”

À Wini, minha orientadora, pelo acolhimento e o suporte ao longo da pesquisa. Grato pela disponibilidade e por construir comigo mais este passo.

A Ivan Marinho, por abrir as portas deste universo e me acolher como a um irmão nesta fraternidade bacamarteira.

E, finalmente, aos bacamarteiros e bacamarteiras que participaram da pesquisa. Grato pela cumplicidade e confiança.

Viva a ciência! Viva os saberes populares! Viva os bacamarteiros!

"Eu me formei na escola da vida, fiz mestrado na escola do sacrifício e da dificuldade e não parei por aí. Tô fazendo doutorado e me especializando na arte de viver. Então eu tenho o primeiro grau completo, que fiz aqui, mas com ele eu sou um vencedor. Tem hora que eu tenho vontade de comprar um troféu e dar a mim mesmo, porque o mérito vem da gente fazer bem feito aquilo que se propõe a fazer".

(Seu Euclides Paiva, bacamarteiro, 67 anos).

RESUMO

Num contexto em que as sociedades civis constroem formas diversas de interagir com o Estado, os arranjos informais comportam importantes estratégias para o processo de articulação das organizações e movimentos sociais, sobretudo nos microterritórios. Nada obstante, a questão da informalidade expõe repertórios que não passam pelas regras por meio das quais operam as instituições e, na maioria dos casos, são excluídos da análise por serem consideradas estratégias clientelistas e identificadas como pouco transparentes e democráticas. Diante desse contexto, o presente estudo analisa, numa abordagem sobre permeabilidade estatal (MARQUES, 1999) e mecanismos intervenientes na interação socioestatal (LAVALLE; CARLOS; DOWBOR; SZWAKO, 2018), a trajetória da Federação dos Bacamarteiros de Pernambuco (Febape). Por meio da aplicação de entrevistas semiestruturadas junto a dirigentes, ex-dirigentes e membros federados, busca-se compreender de que maneira a dimensão informal permeia os processos de interação entre a organização e as instituições do Estado e em que medida esta dimensão é capaz de influenciar processos de formulação de políticas públicas. Ademais, com base num esforço teórico que conjuga pressupostos do institucionalismo histórico e da teoria dos novos movimentos sociais, buscou-se desenvolver um quadro de referência sobre os mecanismos intervenientes nas interações entre Estado e sociedade e, finalmente, identificar a rede de atores constituída pela federação no processo de construção de legitimidade dentro e fora da institucionalidade. Os resultados do estudo demonstram que a trajetória da Febape é marcada pela constituição de um arranjo informal com base em relações pessoais entre dirigentes e burocratas, alicerçadas no compartilhamento de valores e traços identitários. Nesse sentido, foi possível observar que estes laços contribuíram para tornar o Estado permeável a interesses externos, possibilitando a construção de “pontos de acesso” às instituições através da figura do “agente colaborador interno” e permitindo à uma organização da sociedade civil a possibilidade de incluir a sua demanda na agenda institucional e influenciar o Estado por dentro.

Palavras-chave: Interação socioestatal. Arranjos informais. Permeabilidade estatal. Mecanismos intervenientes. Bacamarteiros.

ABSTRACT

In a context where civil societies build different ways of interacting with the State, informal arrangements contain important strategies for the process of articulating social organizations and movements, especially in microterritories. Nevertheless, the issue of informality exposes repertoires that do not pass the rules by which institutions operate and, in most cases, are excluded from the analysis because they are considered clientelist strategies and identified as not very transparent and democratic. Given this context, the present study analyzes, in an approach on state permeability (MARQUES, 1999) and intervening mechanisms in socio-state interaction (LAVALLE; CARLOS; DOWBOR; SZWAKO, 2019), the trajectory of the Federation of Bacamarteiros of Pernambuco (Febape). Through the application of semi-structured interviews with leaders, ex-leaders and federated members, we seek to understand how the informal dimension permeates the processes of interaction between the organization and the State institutions and to what extent this dimension is able to influence public policy formulation processes. Furthermore, based on a theoretical effort that combines assumptions of historical institutionalism and the theory of new social movements, we sought to develop a frame of reference on the intervening mechanisms in the interactions between State and society and, finally, to identify the network of actors constituted by the federation in the process of building legitimacy inside and outside the institutional framework. The results of the study demonstrate that Febape's trajectory is marked by the constitution of an informal arrangement based on personal relationships between leaders and bureaucrats, based on the sharing of values and identity traits. In this sense, it was possible to observe that these ties contributed to make the State permeable to external interests, enabling the construction of "access points" to institutions through the figure of the "internal collaborating agent" and allowing a civil society organization the possibility of include your demand on the institutional agenda and influence the State from the inside.

Keywords: Socio-state interaction. Informal arrangements. State permeability. Intervening mechanisms. Bacamarteiros.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Diagrama da aplicação da técnica snowball sampling, contendo a ordem e a data de realização das entrevistas	23
Figura 02 - Bacamarteiro e brincantes do Sítio Aguiar, em Serra Grande (PB)	25
Figura 03 - O pesquisador (primeiro à esquerda) ao lado dos bacamarteiros paraibanos durante o evento em Solidão (PE)	26
Figura 04 - O pesquisador em entrevista à Sociedade dos Bacamarteiros de Cabo de Santo Agostinho, durante o VII Encontro Zé da Banha de Bacamarte	27
Figura 05 - Diagrama demonstrando a interação entre Estado e sociedade através de um encaixe institucional	35
Figura 06 - Bacamarte naval produzido nas Ferrarias d'El Rei, entre 1660 e 1690	46
Figura 07 - Sistema de ignição de uma espingarda pederneira	47
Figura 08 - Sistema de ignição de uma espingarda por percussão externa ..	48
Figura 09 - Armamento do Exército Brasileiro durante a Guerra da Tríplice Aliança	50
Figura 10 - Anúncio da programação de uma festa religiosa no século XIX, em Recife (PE)	51
Figura 11 - Atiradores de Kano, durante o Festival Durbar, na Nigéria	54
Figura 12 - Atiradores natalinos de Berchtesgaden, Alemanha	54
Figura 12 - Trabuqueiros da Catalunha, Espanha	55
Figura 14 - Bacamarteiros do Batalhão nº 333, de Caruaru (PE), em 1949 ..	56
Figura 15 - Matéria publicada no jornal Diário da Noite (RJ), relacionando os bacamarteiros de Caruaru (PE) ao PSD	59
Figura 16 - Nota publicada no jornal Diário de Pernambuco, sobre as festividades de São Pedro e a participação dos bacamarteiros, no município de Bonito (PE)	61
Figura 17 - Destaque dos bacamarteiros em reportagem da Rede Globo sobre o São João de Caruaru (PE), em 1997	64
Figura 18 - Realização do 1º Encontro dos Bacamarteiros do Estado de Pernambuco, em Flores (PE), em 2010	74
Figura 19 - Realização da assembleia de eleição da primeira diretoria da Febape, em Bonito (PE), em 2011	75
Figura 20 - Desfile da cerimônia de posse da Febape, em Recife (PE), em 2012	75
Figura 21 - Membros da primeira diretoria da Febape, empossada em 2012	76
Figura 22 - Certidão de Personalidade Jurídica da Febape	78

Figura 23 - Municípios de Pernambuco onde existem associações e grupos associados à Febape	79
Figura 24 - Procissão dos bacamarteiros, em Cabo de Santo Agostinho (PE)	82
Figura 25 - Missa dos Bacamarteiros, em Cabo de Santo Agostinho (PE)	84
Figura 26 - Padre segura um bacamarte durante a Missa dos Bacamarteiros, em Solidão (PE)	85
Figura 27 - Bacamarteiros durante a campanha “Tiro pela Vida”, em Recife (PE)	86
Figura 28 - A primeira-dama Ana Luiza, o governador Paulo Câmara, o presidente da Febape Ivan Marinho e a presidente da Fundarpe Márcia Souto, durante entrega do título de Patrimônio Vivo.....	88
Figura 29 - Missa dos Bacamarteiros de Abreu e Lima, com a presença do Coronel Carlos Nogueira (primeiro à esquerda), em 2010	94
Figura 30 - Almoço oferecido pelos bacamarteiros em homenagem ao Coronel Carlos Nogueira (primeiro à esquerda), em 2013	95
Figura 31 - Reunião burocrática entre a Febape e o Exército Brasileiro, em 2012	96
Figura 32 - Fala do representante do Exército Brasileiro, durante o 1º Seminário da Cultura do Bacamarte, em Afogados da Ingazeira (PE), em 2013	97
Figura 33 - Reunião da Febape para discutir a minuta da ITA, em 2013	98
Figura 34 - José Carlos ‘Boy’, Euclides Paiva, Coronel Nogueira e Ivan Marinho	98
Figura 35 - Reunião entre o Coronel Achilles Santos e Ivan Marinho, em Brasília (DF), em 2014	100
Figura 36 - General Neiva, Bonald Neto, Zenaide Pedrosa, Ivan Marinho, Coronel Paiva e Coronel Nogueira, em visita do chefe da DFPC ao estado de Pernambuco, em 2018	101
Figura 37 - General Neiva (ao centro) e Coronel Nogueira (à direita), ladeados por bacamarteiros	102
Figura 38 - Reunião do Conselho Consultivo da DFPC, presidido pelo General Neiva, onde foi apreciado o texto da ITA nº 15/2018	103
Figura 39 - Missa em homenagem ao Coronel Carlos Nogueira, em 2018 ...	104
Figura 40 - Representação dos arranjos informais atuando na zona de sombra das interações socioestatais	110

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Dados sociodemográficos das pessoas que foram entrevistadas	24
Quadro 02 - Características dos mecanismos intervenientes nas interações socioestatais	38
Quadro 03 - Organização das alianças e coalizões de acordo com o perfil das instituições	42
Quadro 04 - Ocorrência do verbete “bacamarteiros” nos periódicos analisados entre as décadas de 1930 e 1980, na Hemeroteca Digital Brasileira	64
Quadro 05 - Grupos e organizações associadas à Febape, em 2021	80

LISTA DE SIGLAS

Ceasa - Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

Covid-19 - CoronaVirus Disease 2019

DFPC - Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados

Empetur - Empresa de Turismo de Pernambuco

FEB - Força Expedicionária Brasileira

Febape - Federação dos Bacamarteiros de Pernambuco

Hemope - Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco

ITA - Instrução Técnico-Administrativa

MCP - Movimento de Cultura Popular

MS - Movimentos sociais

Minc - Ministério da Cultura

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

OSC - Organizações da Sociedade Civil

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PCE - Produtos Controlados pelo Exército

PE - Pernambuco

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSD - Partido Social Democrático

PSL - Partido Social Liberal

Psol - Partido Socialismo e Liberdade

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

RM - Região Militar

Secult - Secretaria de Estado da Cultura

SFPC - Serviços de Fiscalização de Produtos Controlados

Sinarm - Sistema Nacional de Armas

Sobac - Sociedade dos Bacamarteiros do Cabo

UDN - União Democrática Nacional

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
ASPECTOS METODOLÓGICOS	21
a) Notas metodológicas	25
1 INTERAÇÕES SOCIOESTATAIS: REVISÃO DO DEBATE	28
1.1 Encaixes institucionais: a construção por dentro do Estado	34
1.2 Mecanismos intervenientes nas interações socioestatais	37
1.2.1 Mecanismos institucionais	39
1.2.2 Mecanismos relacionais	41
1.2.3 Mecanismos sociais	44
2 BACAMARTEIROS DE PERNAMBUCO	45
2.1 Contextualizando o bacamarte: guerra, festejo e performance	45
2.2 O uso do “brinquedo” no contexto das políticas de desarmamento	65
2.3 O peso das instituições e o impacto das regras do jogo	71
2.4 A organização da Federação dos Bacamarteiros de Pernambuco	73
3 O INFORMAL NAS INTERAÇÕES SOCIOESTATAIS	81
3.1 Redes e coalizões: de contatos informais a legitimidades institucionais .	82
3.2 Arranjos informais como estratégia de interação socioestatal	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS	112
APÊNDICE	119
ANEXO	122

INTRODUÇÃO

O primeiro quartel do século XXI tem revelado o surgimento de novos formatos de interação entre a sociedade e o Estado. De igual modo, deslocando-se de uma perspectiva conflituosa para abordagens pautadas pelo paradigma democrático-participativo, estudos recentes têm revelado uma transição paulatina nas formas de analisar processos de interação socioestatal.

A experimentação de diferentes formas de interação com o Estado demonstra a finalidade última das organizações da sociedade civil que é assegurar a institucionalização de suas demandas e a estabilidade de suas conquistas. Desse modo, nada obstante a ampliação das instituições participativas e da centralidade conferida pelos analistas à esta importante inovação democrática, as sociedades civis seguem construindo cotidianamente formas diversas de interagir com o Estado.

Estes arranjos - formais e informais - demonstram uma multiplicidade de dinâmicas na relação entre atores sociais e estatais e traduzem-se como experiências que conferem a organizações da sociedade civil a capacidade de estabelecer diálogos com instituições do Estado e, em alguma medida, incidir na formulação e em processos de implementação de políticas públicas.

Para Amâncio (2013), estes repertórios admitem aspectos extrainstitucionais e comportam estratégias fundamentais ao processo de articulação da sociedade civil, sobretudo nos microterritórios. Contudo, não passam pelas regras e normas por meio das quais operam as instituições. Por este motivo são pouco estudadas ou, na maioria dos casos, excluídas da análise por serem consideradas estratégias clientelistas e identificadas, na maioria das vezes, como pouco transparentes e democráticas (DOWBOR; ALBUQUERQUE; CARLOS, 2020; AMÂNCIO, 2013).

É a partir dessa perspectiva que problematizamos o emprego de mecanismos, estratégias e táticas extrainstitucionais nos processos de interação socioestatal. Com efeito, três questionamentos nos parecem passíveis de um maior aprofundamento, quais sejam: de que modo a sociedade civil mobiliza arranjos informais para interagir com as instituições; como a informalidade coabita ambientes institucionais; e em que medida essa estratégia é capaz de afetar o curso de uma política pública.

Partindo dessa problematização lançamos o nosso olhar sobre a trajetória da Federação dos Bacamarteiros de Pernambuco (Febape). Trata-se de uma experiência peculiar de organização social, pautada na garantia de direitos culturais, que na última década mobilizou um “arsenal de estratégias” de abordagem do Estado com o objetivo de assegurar o direito à uma manifestação cultural secular.

Após a sanção da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que regulamentou a posse e a comercialização de armas de fogo no país, os relatos sobre prisões de bacamarteiros e apreensões de bacamartes tornaram-se comuns em Pernambuco. Em 2009, a prisão do armeiro Lenilson Ferreira da Silva, principal artesão responsável pela confecção de bacamartes no estado, foi considerado o estopim para o início do processo de organização dos bacamarteiros e de articulação pelo direito à expressão desta manifestação cultural.

Na última década, a Febape realizou uma série de ações com a finalidade de legitimar a sua prática cultural e construir dispositivos que permitissem a manutenção do folgado. A entidade assumiu a função de representação de um segmento da sociedade pautando a sua atuação na construção de pontos de acesso ao Estado. A interação com representantes do Exército Brasileiro resultou na formação de uma rede de relacionamentos que permitiu à organização a capacidade de apresentar demandas ao poder público de maneira direta.

Partindo dessa evidência empírica e da adoção de uma estratégia analítica baseada na convergência de pressupostos do institucionalismo histórico e da teoria dos novos movimentos sociais, buscamos verificar a dimensão da informalidade nestes padrões de interação socioestatal e apreender as experiências que conferiram à uma organização da sociedade civil a possibilidade de incidir diretamente no modelamento da ação do Estado.

Desse modo, o objetivo central deste estudo é compreender de que modo a dimensão informal incidiu em processos de interação entre a Federação dos Bacamarteiros de Pernambuco e o Exército Brasileiro, desde a sua gênese até uma eventual consolidação institucional. Ademais, buscamos desenvolver um quadro de referência sobre os mecanismos intervenientes nas interações entre Estado e sociedade e, por fim, identificar a rede de atores constituída pela entidade no processo de arquitetura de um encaixe institucional.

É importante ressaltar que o nosso trabalho se insere num cenário em que a institucionalização de demandas da sociedade civil, sobretudo de grupos marginalizados e agendas tradicionalmente periféricas, representa uma novidade nos padrões de interação entre atores sociais e estatais (LAVALLE; CARLOS; DOWBOR; SZWAKO, 2019). Essa condição, inclusive, posiciona o Brasil numa situação de destaque nas discussões sobre as múltiplas dinâmicas de relações entre Estado, movimentos e organizações sociais.

Não se trata, portanto, de olhar para um Estado em sua perspectiva clássica, ou seja, autônomo da sociedade, distante e insulado. Trata-se, todavia, de tentar compreendê-lo como permeável aos interesses e às demandas sociais. Por outro lado, torna-se fundamental entender os movimentos e as organizações da sociedade civil a partir de uma lógica não conflituosa, percebendo que na medida em que os atores complexificam seus repertórios de ação, também ampliam seus efeitos sobre as políticas públicas.

O resultado dessa ambivalência é apresentado neste trabalho através de uma leitura revisitada da categoria *encaixes institucionais*. Trata-se de uma categoria proposta originalmente por Skocpol (1992) para explicar o modo como o movimento de mulheres incidiu na formulação da política previdenciária dos Estados Unidos no início do século XX. A autora defende que a estrutura das instituições políticas fornece pontos de acesso e alavancagem a alguns grupos e alianças, “encorajando e recompensando seus esforços para moldar políticas governamentais, ao mesmo tempo em que nega acesso e influência a outros grupos e alianças que atuam no mesmo campo político” (SKOCPOL, 1992, p. 54).

Esta categoria analítica foi revisitada recentemente para explorar os novos padrões de interação entre Estado e sociedade, a partir de uma abordagem relacional. Com efeito, assume-se a ideia de que os encaixes institucionais resultam de processos de interação socioestatal que ganham vida própria, a exemplo de instrumentos, regras, leis, programas, instâncias e órgãos, através dos quais “atores sociais são, em alguma medida, bem-sucedidos em dirigir de modo contínuo a seletividade das instituições ao seu favor” (LAVALLE; CARLOS; DOWBOR; SZWAKO, 2019, p. 47).

Para compreender as formas de interação socioestatal que levariam à arquitetura de encaixes institucionais, Lavallo, Carlos, Dowbor e Szwako (2019) definem como *mecanismos intervenientes na interação socioestatal* o conjunto de dispositivos, estratégias e condições que tanto são constituídos no âmbito da sociedade civil, assim como podem ser oferecidos pelo Estado. Conforme argumentam os autores, tratam-se de elementos que, de modo isolado ou em combinação com outros mecanismos, intervêm nos processos de interação e são capazes de potencializar a capacidade de agir de atores sociais e consolidar os processos de interação em encaixes institucionais.

Nesse sentido, Carlos (2017) assevera que o Estado configura oportunidades para grupos e movimentos se aproximarem de suas estruturas. Para isso, implementa instituições participativas, firma convênios com organizações da sociedade e permite o ingresso de membros de organizações sociais no quadro de servidores públicos. Nessa perspectiva, os mecanismos do Estado são, por sua natureza, mecanismos institucionais.

Complementarmente - e assumimos isso como uma questão relevante no desenvolvimento da pesquisa - Lavallo (2017) argumenta que não só o Estado abre pontos de acesso para que os atores sociais possam se encaixar às instituições. Para o autor, os próprios atores mobilizam recursos para arquitetar encaixes institucionais, ou seja, configuram instâncias para poder influenciar o Estado por dentro. Neste ponto, conforme aprofundaremos no decorrer da pesquisa, os mecanismos ativados pelos atores sociais podem combinar estratégias que transitam do informal ao institucional.

É a partir da percepção de que variáveis informais também importam na busca por explicações institucionais para as escolhas políticas, que o nosso estudo enfoca o papel das conexões mediadas por relações de amizade e de compartilhamento de traços identitários entre burocratas e dirigentes sociais. Ou seja, na medida em que estas interações mobilizam emoções e lealdades que ajudam a formar novas coalizões capazes de provocar mudanças na agenda política, as identidades também podem afetar o processo de formulação de políticas públicas (GOLDSTEIN; KEOHANE, 1993; CAMPBELL, 2002).

O texto dissertativo está dividido em cinco partes. Além desta etapa introdutória que contém contextualização, problematização, hipótese, objetivos e o conjunto de metodologias empregadas, outros três capítulos apresentam o objeto estudado. Ao término do trabalho, nas Considerações Finais, apresentamos o conjunto de achados do estudo e pontuamos observações pertinentes para eventuais pesquisas posteriores.

O primeiro capítulo situa o leitor sobre o campo de estudos em que o trabalho está inserido. Através de uma recomposição histórica, que parte da década de 1980 e enfatiza a literatura produzida neste primeiro quartel de século, apresentamos de maneira breve a evolução dos paradigmas que abordam a relação entre Estado e sociedade.

O texto dialoga com escritos das correntes do neoinstitucionalismo histórico e da teoria dos novos movimentos sociais, a fim de contextualizar a abordagem contemporânea de estudos das interações socioestatais. Nesta etapa, apresentamos os conceitos de permeabilidade estatal, encaixes institucionais e mecanismos intervenientes, utilizados como categorias analíticas ao longo do estudo.

No segundo capítulo apresentamos o nosso objeto de estudo. Para isso, juntamos diversas peças de um quebra-cabeça histórico, complexo e polissêmico que é a manifestação cultural do bacamarte. Numa viagem de aproximadamente dois séculos através de depoimentos, recortes de jornais e da literatura, apresentamos ao leitor uma contextualização do universo desta manifestação cultural, suas problemáticas e desafios contemporâneos.

Finalmente, no terceiro e último capítulo, empreendemos esforços numa análise que busca apresentar o processo de interação entre a Federação dos Bacamarteiros de Pernambuco e o Exército Brasileiro. Nesta etapa, buscamos compreender como os atores sociais mobilizaram arranjos informais para interagir com as instituições e verificar se esta mobilização de alguma forma foi capaz de influenciar a percepção do Estado sobre o campo de política pública demandado pelos atores.

Os arranjos informais aludem a um conjunto de práticas e estratégias de abordagem dos atores sociais em processos de interlocução junto às instituições, nem sempre previstos nas regras do jogo. Tratam-se de ferramentas presentes no cotidiano dos atores que, empreendidas com o objetivo de promover os interesses da organização, revestem-se da capacidade de criar pontos de acesso às instituições, conforme veremos no terceiro capítulo.

De antemão, importa esclarecer aos leitores que o desenvolvimento desta pesquisa se insere num cenário de refluxo de paradigmas. No Brasil, a ascensão do pensamento antidemocrático e antiparticipativo, a partir de 2019, impactou sobremaneira os processos de participação social, resultando no desmonte das instituições participativas a nível federal. Nesse contexto, o Estado brasileiro cerrou espaços de escuta e pactuação ou, quando não totalmente extintos, lhes relegou à condição de descontinuidade e esvaziamento.

Não obstante nesta pesquisa buscamos compreender experiências de interação socioestatal empreendidas pela sociedade civil alheias às instâncias institucionais de participação social, não assumimos com isto postura contrária às instituições participativas. Visualizamos na composição dos arranjos informais uma série de estratégias complementares de abordagem do aparato estatal, que podem aferir às organizações sociais maior capacidade de incidência nas instituições.

Tratamos aqui de uma pesquisa composta a partir de múltiplos olhares. É imagética pela capacidade de reproduzir um fenômeno a partir do registro visual de sua história. É antropológica por tomar como objeto de análise o cotidiano de organização social imersa num contexto de práticas e textos socioculturais. É sociológica pela capacidade de arregimentar informações do contexto a fim de compreender as práticas dos atores. É, por fim, política pelo interesse intrínseco de se compreender os processos políticos que permeiam a experiência analisada.

Com isto, buscamos oferecer às entidades, organizações da sociedade civil e demais experiências associativas de ação coletiva o conhecimento produzido a partir deste estudo e a possibilidade de ampliação de seus repertórios e estratégias de ação. Para nós, importa que a produção acadêmica faça sentido aos pesquisadores deste campo de análise, tanto quanto aos sujeitos que seguem na busca por direitos.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Em termos metodológicos, a presente pesquisa pode ser caracterizada por sua abordagem qualitativa através da aplicação de um estudo de caso único. Conforme define Minayo (2000), na pesquisa qualitativa a preocupação com a generalização é menor, mas, em contrapartida, o estudo apresenta a necessidade de um aprofundamento e de uma maior abrangência da compreensão do objeto estudado.

Desse modo, a opção pelo estudo de caso se justifica pela necessidade de compreender um fenômeno indissociável de seu contexto (GIL, 2008). Embora se trate de uma temática também objeto de outros estudos, nesta pesquisa lançamos o olhar na direção de uma organização social atípica, nos valendo de uma lente analítica ainda pouco comum em análises de processos de interação socioestatal: o informal. Nesse sentido, a opção pelo estudo de caso se justifica também pela necessidade de um “levantamento com mais profundidade de um caso/grupo humano reunindo maior número de informações detalhadas, visando apreender uma determinada situação” (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 276).

A pergunta inicial que norteou a pesquisa empírica ao longo deste estudo tratou de indagar *o que tornou possível a um grupo social historicamente estigmatizado impactar numa instituição hermeticamente insulada dos interesses da sociedade e incidir na formulação de uma política pública*. Esta questão de partida também mobilizou a hipótese provisória de que o acesso à instituição se deu, em alguma medida, pela capacidade da entidade em construir arranjos informais na interação com o Estado.

Diante disso, a nossa escolha foi adotar uma abordagem analítica focada no estudo da trajetória da Federação dos Bacamarteiros de Pernambuco, baseada na análise histórica longitudinal da entidade ao longo de um *continuum* temporal de uma década (2010-2019). Essa estratégia nos permitiu reconstituir os passos dados pela federação, focando nas táticas usadas pela entidade. Para Dowbor, Albuquerque e Carlos (2018), trata-se de uma abordagem que enfatiza a tarefa descritiva com foco na revisão de tipologias já existentes.

O procedimento de coleta de dados partiu de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema estudado, utilizando livros e artigos publicados principalmente neste primeiro quartel de século. A segunda etapa adotou como técnica de coleta a pesquisa documental. Foram consultados os periódicos digitalizados do portal da Hemeroteca Digital Brasileira, disponível no site da Biblioteca Nacional¹. Nesta etapa, realizamos buscas utilizando o verbete “bacamarteiros”, no período compreendido entre 1800 e 2010. O material coletado nos permitiu reconstituir a história do folguedo a partir de revistas e jornais publicados nos últimos três séculos.

Finalmente, a terceira etapa da fase de coleta de dados ocorreu por meio da realização de entrevistas. Nesta etapa, elaboramos um roteiro semiestruturado tomando como referência a pergunta de partida, a hipótese provisória e os pontos identificados como relevantes na literatura acessada na pesquisa bibliográfica, com foco na identificação dos mecanismos intervenientes na interação socioestatal. Esse tipo de entrevista permitiu a coleta de dados além daqueles previstos, dado a possibilidade de flexibilidade e adição de novas questões ao longo da coleta. Ao todo foram aplicadas 8 entrevistas semiestruturadas e uma entrevista estruturada, entre os meses de março e maio de 2021², totalizando nove participantes.

Dadas as circunstâncias de isolamento social, aplicamos os roteiros das entrevistas semiestruturadas por meio de chamadas de vídeo, utilizando a plataforma *Google Meet*. As entrevistas foram gravadas no computador do pesquisador, através do software *Movavi Screen Recorder 21*. A única entrevista estruturada que aplicamos no decorrer da pesquisa foi realizada por meio textual, através da troca de e-mails entre o pesquisador e o entrevistado.

O método de seleção dos participantes da pesquisa adotou a técnica *snowball sampling* (bola de neve). Trata-se de uma técnica de amostragem não probabilística onde os participantes iniciais indicam novos participantes, que, por sua vez, indicam outros participantes e assim sucessivamente. Este processo segue até que seja alcançado o “ponto de saturação”, ou seja, quando os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes à pesquisa (WHA, 1994).

¹ <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

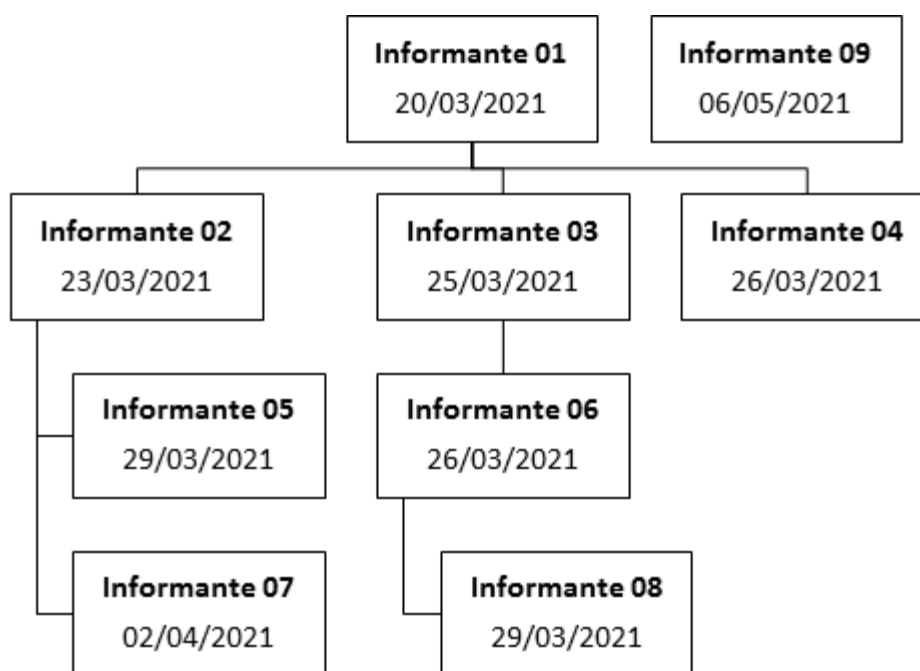
² O atraso na realização das entrevistas ocorreu em virtude do pesquisador ter contraído Covid-19. O período entre os primeiros sintomas e a reabilitação ocorreu de 1º a 18 de março de 2021.

A relevância desta técnica reside na capacidade do pesquisador em se aproximar de situações sociais específicas por intermédio dos próprios membros da comunidade. Para isso, ao final das entrevistas, solicitamos que os próprios entrevistados nos anunciassem aos entrevistados seguintes por meio de contato telefônico. A opção pela técnica *snowball sampling* também levou em consideração a possibilidade de acessar os sujeitos da pesquisa de maneira ágil e segura, uma vez que as restrições impostas pela pandemia do Covid-19 impediram a observação participante no lócus das atividades dos bacamarteiros.

A escolha do primeiro informante levou em consideração a sua posição de destaque no momento da aplicação da pesquisa. A opção considerou a relevância da posição ocupada, em consonância com o que Baldin e Munhoz (2011, p. 333) apontam como características do “entrevistado-semente”: papel de liderança no espaço a ser estudado e a característica de conhecer muitos membros da localidade.

Desse modo, iniciamos a coleta de dados com o atual presidente da Febape e, a partir dele, passamos a acessar os demais participantes sob o critério de serem membros federados, dirigentes ou ex-dirigentes da federação.

Figura 1 - Diagrama da aplicação da técnica *snowball sampling*, contendo a ordem e a data de realização das entrevistas.



Fonte: Autoria própria.

Uma última entrevista foi realizada com o 9º informante já nos últimos instantes de realização da coleta de dados. A escolha desta pessoa ocorreu devido à recorrência de referências e menções realizadas pelos entrevistados anteriores. Dessa forma, verificamos no decorrer da pesquisa o papel de relevância desempenhado por ela, o que nos motivou a convidá-la a participar do estudo na condição de informante.

Assim como os demais, a abordagem inicial ocorreu por meio do aplicativo Whatsapp, onde oferecemos como possibilidades de entrevista a vídeo-chamada ou o e-mail. Sinalizada a opção pela última, elaboramos um questionário fechado com perguntas pertinentes às questões ainda passíveis de respostas e encaminhamos no dia 6 de maio de 2021, sendo respondido três dias após o envio.

Quadro 1 - Dados sociodemográficos das pessoas que foram entrevistadas.

Referência	Sexo	Idade	Município	Formação	Ocupação
Informante 01	M	55	Cabo de Santo Agostinho	Ensino superior	Professor
Informante 02	M	58	Amaraji	Ensino superior	Servidor
Informante 03	M	67	Bonito	Ensino fundamental	Empresário
Informante 04	F	48	Santa Cruz da Baixa Verde	Ensino superior	Agricultora
Informante 05	M	72	Moreno	Ensino fundamental	Aposentado
Informante 06	F	47	Abreu e Lima	Ensino fundamental	Dona de casa
Informante 07	M	60	João Alfredo	Ensino fundamental	Chaveiro
Informante 08	M	46	Lagoa de Itaenga	Ensino fundamental	Agricultor
Informante 09	M	--	--	--	--

Fonte: Autoria própria, 2021.

Após a realização das entrevistas, os depoimentos foram transcritos e inseridos na plataforma *Atlas.ti Cloud*. Para a análise das informações coletadas aplicamos a tipologia dos mecanismos intervenientes em processos de interação socioestatal, de acordo com Lavallo, Carlos, Dowbor e Szwako (2019), a saber: mecanismos institucionais, mecanismos relacionais e mecanismos sociais, além de suas subdivisões. A partir deste diagnóstico, procedemos às inferências e, por fim, à escrita do texto que ora apresentamos.

a - Notas metodológicas

O meu primeiro contato com o bacamarte ocorreu em 2018, enquanto ocupava o cargo de Gerente Executivo de Articulação da Secretaria de Estado da Cultura da Paraíba. Naquele período, percorri o interior do estado mediando processos de institucionalização de políticas públicas e realizando escutas junto às comunidades culturais. Numa dessas visitas, estive no município de Serra Grande, situado no sertão do estado e distante 460 km da capital João Pessoa.

Foi naquela ocasião que conheci os primeiros relatos sobre grupos de bacamarteiros. Posteriormente, durante a realização de um mapeamento das expressões culturais nos sítios do município de Serra Grande, conheci pessoalmente o bacamarte, os bacamarteiros e suas histórias.

Figura 2 - Bacamarteiro e brincantes do Sítio Aguiar, em Serra Grande (PB).



Fonte: SANTOS, 2018.

Os depoimentos eram em sua maioria nostálgicos. De acordo com os relatos dos brincantes, o esforço do sistema judiciário somado às ações policiais locais e a negativa da Igreja Católica figuram como os principais tributários do resfriamento desta manifestação cultural na região. A participação dos bacamarteiros nas procissões, festejos juninos e festas do sítio e da cidade restou guardada na memória e nos relatos dos que haviam integrado o grupo.

Meses depois, mediamos a ida daqueles bacamarteiros ao 16º Encontro de Bacamarteiros de Solidão (PE), que reuniu mais de 300 pessoas entre brincantes e autoridades políticas e religiosas. A ideia era incentivar a troca de saberes e, de algum modo, fomentar a reorganização destes grupos na Paraíba.

Figura 3 - O pesquisador (primeiro à esquerda) ao lado dos bacamarteiros paraibanos durante o evento em Solidão (PE).



Fonte: SANTOS, 2018.

Durante o evento em Solidão, a minha condição de gestor público possibilitou um acesso facilitado à direção da Federação dos Bacamarteiros de Pernambuco. O movimento foi recíproco. Por um lado, o meu interesse em conhecer aquela experiência era latente. Por outro lado, os bacamarteiros visualizaram na minha bagagem de conhecimento no campo da gestão pública uma oportunidade de ampliação da sua rede de relacionamentos que, posteriormente, eu descobriria ser ampla, heterogênea e fundamental no processo de articulação da entidade.

Naquele momento, o fascínio vivenciado inicialmente pelo gestor cedeu lugar aos primeiros questionamentos do pesquisador que resultariam no desenvolvimento da dissertação que ora apresentamos. Afinal, por quais razões os brincantes pernambucanos mantinham as suas apresentações, inclusive com a participação das lideranças político-religiosas locais, enquanto na Paraíba o bacamarte era silenciado?

Em 2019, tivemos a oportunidade de participar do 7º Encontro Zé da Banha de Bacamarte, realizado pela Sociedade dos Bacamarteiros do Cabo (Sobac), no município de Cabo de Santo Agostinho (PE). A nossa presença naquele evento foi fundamental para a consolidação do canal de diálogo e de um trânsito fluido junto à direção da Febape.

Figura 4 - O pesquisador concede entrevista à Sociedade dos Bacamarteiros de Cabo de Santo Agostinho, durante o VII Encontro Zé da Banha de Bacamarte.



Fonte: SOBAC, 2019.

Durante dois anos, tivemos a oportunidade de manter contatos recorrentes com a direção da federação, num movimento em que ora o pesquisador lançava questões à direção da entidade para compor o seu quadro analítico, ora era demandado pela organização em busca de informações referentes ao seu campo de atuação profissional. Esse movimento impôs desafios ao processo de pesquisa na medida em que as fronteiras entre os estatutos de gestor público e de pesquisador-participante se mostraram tênues em diversas ocasiões, permeando todo o processo de vivência e coleta de dados.

Particularmente, não creio que esta condição tenha afetado negativamente o processo de desenvolvimento da pesquisa. Ao contrário, foi justamente a partir desta capacidade de receber e ofertar informações que, desde os primeiros contatos, a relação com os pesquisados tem sido marcada por empatia e confiança. Como resultado deste elo, fomos incluídos no grupo “Bacamarteiros do Brasil”, no aplicativo *Whatsapp*. O grupo reúne mais de 100 homens e mulheres espalhados pelos estados do Nordeste, onde tive a oportunidade de conviver diariamente com o universo dos discursos e imaginários que compõem esta “gramática bacamarteira”.

1 INTERAÇÕES SOCIOESTATAIS: CONTEXTUALIZANDO O DEBATE

Na década de 1980, a literatura neoinstitucionalista trouxe o Estado novamente ao centro dos debates teóricos privilegiando-o como foco analítico e tomando-o como variável independente na explicação da natureza das políticas governamentais. Com efeito, os primeiros estudos institucionalistas galgados numa perspectiva histórico-sociológica caracterizaram-se por atribuir importante centralidade ao aparato estatal, tendo-o como fator relevante para entender e explicar os processos, as dinâmicas e os efeitos do Estado na sociedade.

Esta abordagem foi denominada como “*state-centered*” e baseava-se na compreensão weberiana de eficácia da intervenção estatal. Rueschemeyer e Evans (1985, p. 50) explicam que a ação do Estado estaria baseada em três pilares fundamentais: a coesão corporativa, o insulamento burocrático e a localização bem definida do processo de tomada de decisão e de canais de autoridade. Estas condições dariam ao Estado a autonomia em relação aos interesses da sociedade.

Nesse sentido, a centralidade das instituições na análise dos processos sociais decorreria não apenas da importância do Estado como ator, mas de sua condição de influenciar “diretamente a cultura política, a estratégia dos atores e a produção da própria agenda de questões a serem objeto de políticas, enquadrando a luta política através das suas instituições” (MARQUES, 1997, p.81).

O Estado reaparece, portanto, na condição de ator relativamente autônomo, de onde emergem os grupos de agentes estatais que, conforme explica Marques (Op. cit., 1997, p. 80), seriam capazes de produzir políticas públicas para além daquelas preconizadas e demandadas pelos atores e grupos de interesses, revelando a relevância daqueles no processo de produção das políticas, dado que se manteriam relativamente distantes dos interesses privados.

Não demorou para que o entendimento primário do neoinstitucionalismo fosse revisitado e a perspectiva de centralidade do Estado passasse a considerar também a contingência política na relação com as instituições. A este novo paradigma foi conferida a ideia de “*polity-centered*”, ou seja, a análise da ação do Estado centrada na política.

Em *Protecting soldiers and mothers: the political origins of social policy in the United States*, Theodor Skocpol (1992) ampliou a perspectiva analítica do neoinstitucionalismo na medida em que incorporou em suas análises fatores como a própria transformação dos problemas públicos, o papel das identidades sociais e os estilos de políticas como atributos de influência na agenda e na formulação de políticas públicas.

O ajuste promovido na literatura neoinstitucionalista entre as décadas de 1980 e 1990 permitiu um certo alargamento no modo de compreender e analisar as relações entre Estado e sociedade. Os pressupostos do insulamento burocrático e a importância das instituições no enquadramento da política continuaram presentes, “mas os demais atores, assim como a articulação entre instituições e estratégias dos agentes são trazidos para o centro da cena” (MARQUES, 2000, p. 140).

A reconfiguração dos padrões de poder no último quartel do século XX e a necessidade de uma abordagem analítica ajustada ao contexto de nações em desenvolvimento, resultou também na abordagem teórica denominada como *State-in-society*. Assim como os institucionalistas históricos, a perspectiva do Estado-na-sociedade reforçou a necessidade de incorporação dos atores sociais no espectro das investigações sobre a ação estatal, assumindo que

Os Estados são parte das sociedades e podem ajudar a moldar, mas também são continuamente moldados pelas sociedades nas quais estão inseridos. Uma vez que a importância do estado tenha sido enfatizada, portanto, a atenção intelectual muda imediatamente para as questões de por que os estados fazem o que fazem, em que circunstâncias os estados são eficazes e por que os estados diferem em seus respectivos papéis e eficácia. Essas questões, por sua vez, não podem ser discutidas de forma satisfatória sem olhar para a sociedade, para os determinantes socioeconômicos da política (MIGDAL; KOHLI; SHUE, 1994, p. 2, tradução nossa).

Pacificada a ideia de que as fronteiras entre Estado e sociedade não se apresentam de uma maneira tão clara e sólida, como propunham os estudos baseados no *State-centered*, concebeu-se, portanto, o pressuposto de que a efetividade da ação do Estado dependeria também dos laços, relações e interações construídas com a sociedade, considerando que não somente o Estado condiciona as capacidades dos atores sociais, como, igualmente, estes últimos são construtores das capacidades do primeiro (MARQUES, 2000; CARLOS, 2017).

Nesse diapasão, o Estado passou a ser inferido a partir de uma nova abordagem analítica: a ideia de que é permeável aos interesses da sociedade. No Brasil, a noção de permeabilidade surgiu nos anos de 1970, com estudos que buscavam compreender as relações entre os interesses privados e o Estado. Esta abordagem mobilizou uma série de fatores de ordens diversas, inclusive afetivas e vicinais, para compreender e explicar a esfera da produção de políticas públicas (TRIPODI; SOUSA, 2018, p. 234).

Os primeiros estudos dedicados à constituição de um campo analítico que permitisse compreender os padrões de relação entre público e privado, no Brasil, surgiram na década de 1990³. As discussões objetivavam desvelar as redes pessoais constituídas por vínculos de parentesco, amizade e patronagem, para compreender o universo das relações de corrupção no país e explicar os vários aspectos das relações socioestatais no âmbito das políticas públicas setoriais (BEZERRA, 1995; MARQUES; 1998).

O conceito de permeabilidade estatal enquanto categoria analítica dos processos de interação entre os interesses privados e o Estado, foi utilizado originalmente por Eduardo Marques, em *Redes sociais e permeabilidade do Estado: instituições e atores políticos na produção da infra-estrutura urbana no Rio de Janeiro* (1998). Neste trabalho, o autor identificou a existência de um padrão de vínculos pessoais que estruturava as relações dentro do Estado e entre o Estado e os interesses privados.

Marques e Bichir (2003) argumentam que indivíduos, grupos e organizações estabelecem no exercício de suas atividades cotidianas diversas redes de relações entre si, capazes de influenciar o desdobramento de processos políticos posteriores. Ao diferenciar esta compreensão de permeabilidade daquelas relacionadas ao *lobby*, à privatização do Estado e aos anéis burocráticos⁴, Marques supera a ideia do dinheiro como principal ativo no vínculo entre grupos, indivíduos e instituições,

³ Para Marques e Bichir (2003), a literatura em ciências sociais nas décadas de 1970 e 80 centrava seus esforços na constatação do fenômeno clientelista-privatista e do destaque de suas conseqüências em sentido macrossocial, ou da descrição dos microfundamentos desses macroprocessos, não oferecendo de modo detalhado a interpenetração entre Estado e agentes privados, e tampouco compreendendo os processos através dos quais esta foi produzida e é reproduzida no cotidiano da vida política.

⁴ A ideia de privatização do Estado e dos anéis burocráticos, proposta por Fernando Henrique Cardoso e Eros Grau, explica a forma como o Estado respondeu aos interesses de atores externos, embora não se detenham a explicar o modo como são constituídas as relações entre si.

evidenciando o papel das relações pessoais e de amizade na construção da interação entre Estado e sociedade.

A permeabilidade é produzida a partir de uma teia de relações e cumplicidades construída ao longo da vida dos indivíduos, incorporando diferentes tipos de elos que se espalham por todas as dimensões do social. Relações pessoais e de amizade construídas no decorrer de anos, algumas familiares, outras oriundas da formação profissional, e outras ainda constituídas por vínculos de trabalho e afinidade política, constituem essa rede que abrange e integra diversos campos da vida social, tanto dentro quanto fora do Estado. (MARQUES, 1999, p. 49).

Modelo similar de apreensão dos padrões de vínculos na estrutura do Estado foi apresentado por Miliband (1972, p. 79). Não obstante filiado à perspectiva marxista, portanto à uma visão classista de interpretação das relações do Estado, o autor verificou que a composição social da elite estatal se dá a partir do recrutamento de membros da classe média e alta, ou seja, da elite econômica, resultando no compartilhamento do universo de valores e representações entre atores sociais e estatais.

Adicionalmente, Marques (2000, p. 143) aponta como pano de fundo das relações entre interesses públicos e privados a baixa institucionalização dos procedimentos e da consolidação das organizações, permitindo o que define como uma “zona de sombra”, onde os vínculos entre público e privado são livres de constrangimento.

Caracterizada pela constância das relações e pela natureza disseminada e dispersa, a noção de permeabilidade buscou refletir sobre padrões de relações estabelecidos ao longo da vida dos indivíduos presentes nas redes. A ideia de permeabilidade enquanto categoria surgiu como instrumento analítico capaz de apreender as estruturas de relacionamento entre o Estado e os interesses privados, com foco, originalmente, na relação entre a classe empresarial e os organismos do poder público.

Não obstante, esta perspectiva sofreu uma variação na medida em que novos atores passaram a estabelecer relações com o Estado, ampliando o debate sobre a permeabilidade estatal. Com efeito, o debate que surgiu na década de 1970 a partir da análise das relações entre o público e o privado numa perspectiva clientelista-privatista, ganhou contornos mais afeitos ao campo da participação política a partir da década de 2000.

O contexto pós-transição inaugurou uma nova etapa de abordagem analítica da relação entre Estado e sociedade, marcado sobretudo pela diversidade de formas de incidência social sobre políticas públicas. Os espaços institucionalizados de participação e controle social eclodiram pelo país, fazendo emergir o fenômeno da institucionalização de demandas da sociedade civil, sobretudo de grupos marginalizados e agendas tradicionalmente periféricas.

Os processos e resultados que derivam destas inovações institucionais participativas careceriam de novas capacidades analíticas que pudessem dar conta de compreender e explicar os processos de institucionalização dessas demandas. Conforme argumenta Carlos (2017), atores institucionais e sociais constituem-se como partes politicamente relevantes e mutuamente imbricadas na conformação da ação coletiva, das interações socioestatais e da ação do Estado.

Essa nova configuração ratificou a necessidade de novos pressupostos teórico-analíticos capazes de proporcionar uma melhor apreensão dos processos e dos resultados de interação entre a sociedade civil e o Estado. É a partir dessa perspectiva que Lavallo, Carlos, Dowbor e Szwako (2019) apresentam como possibilidade analítica a mobilização de pressupostos oriundos de dois campos teóricos.

Por um lado, a perspectiva neoinstitucionalista, com foco numa abordagem centrada na política; e de outro, elementos da teoria dos movimentos sociais que avançam no entendimento de que a relação com o Estado não representaria a desmobilização e cooptação das organizações, assumindo que movimentos sociais empreendem modelos híbridos e criativos de formas de relação com o Estado.

A literatura sobre movimentos sociais, por sua vez, propõe uma abordagem fora do perímetro do Estado, discutindo como os atores sociais se organizam para interpelar a estrutura estatal no sentido de terem as suas demandas atendidas. A abordagem com foco nos movimentos sociais e na ação coletiva centra os seus esforços no sentido de descrever as estratégias e repertórios dos atores sociais e as diferentes maneiras que buscam se conectar com o Estado.

No caso brasileiro, o aprofundamento democrático que teve lugar durante e após o processo de elaboração da Constituição, somado à forma como as reformas

neoliberais interagiram com as responsabilidades dos atores da sociedade civil nas políticas públicas, resultaram na formulação de diferentes padrões de interações entre Estado e sociedade civil.

Conforme assevera Lavallo (2017), o que os atores sociais fazem, os repertórios e estratégias que utilizam, as demandas que formulam, a forma como as pronunciam, a quem as dirigem, em suma, aquilo que fazem, como fazem e quando fazem é resultado de processos de interação com as instituições políticas. Esta perspectiva assume, portanto, o pressuposto da mútua constituição, ou seja, um caráter inter-relacional nas relações entre Estado e sociedade.

Nesse aspecto, a ideia de permeabilidade do Estado passou a relacionar-se também com a perspectiva da participação social e das interações políticas de atores sociais na formulação de políticas públicas. Entre as décadas de 1990 e 2000, a permeabilidade do Estado materializou-se de maneira proeminente nos mecanismos institucionalizados de participação promovidos pelo Poder Executivo. Conferências, conselhos e fóruns relacionados a políticas setoriais funcionaram como espaços de discussão e, em alguns casos, de pactuação entre representantes do poder público e dos movimentos sociais.

Ressalta-se que, não obstante os espaços institucionais de participação, os pontos de acesso ao Estado também podem ser visualizados além do uso esperado dos espaços participativos. Abers, Serafim e Tatagiba (2014) verificam uma combinação de práticas e rotinas dos movimentos sociais em interação com o Estado, expressas em outros três tipos recorrentes além daquela institucional: os protestos, a política de proximidade e a ocupação de cargos públicos.

Esta extrainstitucionalidade da participação social, ou seja, as diversas maneiras por meio das quais atores sociais interagem com o Estado para além de instituições formalmente criadas para tanto, suporta repertórios de ação coletiva tão híbridos e multiformes quanto seus atores, assim como a heterogeneidade do Estado permite uma heterogeneidade de permeabilidades (AMÂNCIO, 2013, LAVALLE, CARLOS, DOWBOR, SZWAKO, 2019).

Observamos, portanto, que nos processos de construção de pontos de acesso ao Estado pode haver a ativação tanto de mecanismos dentro da

institucionalidade, assim como fora dela, capazes de intervir na interação entre as organizações da sociedade e o Estado. Com efeito, a ideia de permeabilidade estatal passou a ser discutida também no campo dos movimentos sociais como determinante para se entender o modo como os atores sociais arquitetam encaixes e pontos de acesso ao Estado, garantindo a institucionalização de suas demandas (LAVALLE, CARLOS, DOWBOR, SZWAKO, 2019).

Partindo do pressuposto de que a heterogeneidade do Estado produz permeabilidades heterogêneas, Rebecca Abers nos provoca a pensar não apenas sobre a permeabilidade em si, mas como essa permeabilidade é construída, ou seja, os diferentes mecanismos e processos capazes de produzir diferentes “encaixares”⁵.

1.1 Encaixes institucionais: construindo por dentro do Estado

Encaixes institucionais são produtos de processos de interação entre atores sociais e instituições políticas. Referem-se a um contexto em que o diálogo entre organizações da sociedade civil e organismos do poder público está estabilizado num determinado período de tempo. Esta situação confere aos atores sociais a possibilidade de acessar as instituições e influenciar processos decisórios que resultem na institucionalização de suas demandas através de políticas públicas.

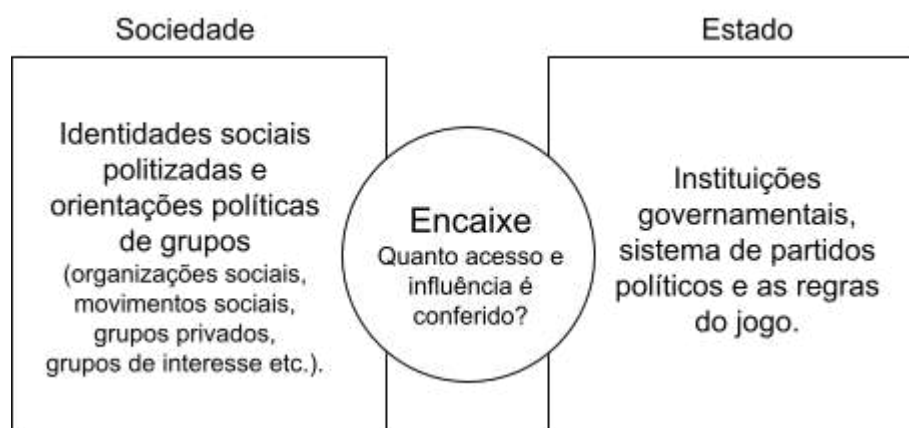
De acordo com Lavallo (2017), as características e a durabilidade destes encaixes vão depender das capacidades e intencionalidades dos atores, ou seja, nem todos os movimentos sociais vão querer se encaixar com o Estado e nem todos vão ter condições para disputar esses pontos de acesso. Desse modo, torna-se necessário compreender que não existem encaixes avulsos, mas processos articulados.

A cada encaixe logrado, abrem-se, de maneira seletiva para determinados segmentos da sociedade civil organizada, com poder e abrangência variados, canais de acesso ao Estado que, ao mesmo tempo, constituem novas capacidades estatais, mas também novos repertórios para os próprios atores sociais – perfazendo processos de mútua constituição sócio-estatal (LAVALLE, 2017).

⁵ Comentário realizado na sessão "Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência", durante o III Encontro Participação, Democracia e Políticas Públicas: Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência, na Universidade Federal de Vitória, em 2017. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=NamkmEnnuzc>. Acesso: 15 dez. 2020.

Trata-se de uma categoria que surge no contexto dos estudos relacionados à abordagem *Polity-Centered*. A ideia de *engineering fit* - ou “arquitetando encaixes” - apresentada por Skocpol (1992 p. 41), consiste no ajuste, encaixe, encontro ou adequação entre os objetivos e capacidades de grupos politicamente ativos e os pontos de acesso e influência permitidos pelas instituições políticas.

Figura 5 - Diagrama demonstrando a interação entre Estado e sociedade através de um encaixe institucional.



Fonte: Livre adaptação a partir de Skocpol (1992, p. 54).

A autora argumenta que o grau de sucesso, ou seja, quando um grupo ou movimento politicamente ativo alcança os seus objetivos políticos, não é influenciado apenas pela autoconsciência e capacidade de mobilização de recursos desta força social. O alcance dos objetivos dependeria também das oportunidades de acesso que as instituições políticas conferem a grupos de interesse, para que estes possam influenciar em processos decisórios do Estado.

Ao mesmo tempo, a estrutura geral das instituições políticas fornece acesso e alavancagem a alguns grupos e alianças, incentivando e recompensando seus esforços para moldar políticas governamentais, ao mesmo tempo em que nega acesso e influência a outros grupos e alianças que operam na mesma política nacional (SKOCPOL, 1992, p. 54).

Importa ressaltar que os pontos de acesso abertos pelo Estado nem sempre estão relacionados às políticas sociais ou resultam em benefícios sociais. Não são raras as ocasiões em que estes pontos são fornecidos a grupos privados relacionados a interesses empresariais, financeiros ou econômicos. Concomitantemente, estes acessos são negados a movimentos e organizações sociais cujas pautas estejam em posição diametralmente oposta a estes interesses.

As análises que se seguem após a abordagem de Theodor Skocpol conferem ao Estado a condição de elemento-chave na abertura de pontos de acesso, ratificando a ideia central de que as instituições importam. Não obstante a inegável dimensão que o poder público detém nos processos de interação socioestatal, um novo pressuposto tem emergido neste primeiro quartel do século XXI com o objetivo de compreender o movimento inverso, qual seja: o modo como os atores sociais influenciam e constroem pontos de acesso por dentro e por fora da estrutura do Estado.

A ideia de que não só o Estado fornece pontos de acesso para que os atores possam se encaixar, mas os próprios atores e movimentos sociais são capazes de produzir certos encaixes, ou seja, produzem instâncias para poder influenciar o Estado por dentro, é o argumento central do conceito de *mútua constituição*, apresentado por Lavallo, Carlos, Dowbor e Szwako (2019) em *Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição*. Nesse sentido, para Lavallo (2017),

precisamos entender que os atores e o Estado se constituem mutuamente num processo interativo de resolução de problemas, o que explica um conjunto de recursos que ambos os lados dispõem. Isso implica pensar as instituições não como contexto (...) mas endógenas aos processos de mobilização social e de constituição de capacidades dos atores sociais, como são endógenas as capacidades do Estado à sua relação com os atores sociais com os quais ele se envolve pra lidar com certos problemas. (...) Nós não estamos dizendo com isso que instituições são, todas elas, endógenas. Elas são endógenas aos processos analisados. Isso significa certos atores, certos processos, suas capacidades de ação e aquilo que eles conseguem fazer.

É a partir deste pressuposto que Dowbor (2019, p. 90) vai afirmar que movimentos sociais e organizações da sociedade civil são conscientes de que a alternância do poder político gera impermanências, contingências e graus de incerteza, ou seja, não garantem os resultados da política em definitivo. Por isso, com o objetivo de se precaver contra as contingências do jogo eleitoral, os atores sociais não se restringem às ruas e passam a ocupar espaços de disputa política.

Assumindo um caráter de movimentos de consenso pautados em redes de coalizão e de identidade, onde a ação coletiva não inclui na maioria das vezes o elemento conflituoso (DIANI; BISON, 2010, p. 224), as organizações da sociedade civil passaram a atuar também por meio de instituições interpretando as regras do

jogo, conhecendo o funcionamento das instituições do Estado e utilizando-as a seu favor. Para tanto, buscam se encaixar nos pontos de acesso abertos pelo Estado ou construir novos pontos de influência.

Partindo do pressuposto de que a heterogeneidade do Estado produz permeabilidades heterogêneas, Abers (2017) nos provoca a pensar não apenas sobre a condição da permeabilidade do Estado em si, mas como essa permeabilidade é construída ao longo da história. Ou seja, trata-se de pensar o que seriam os diferentes mecanismos, fatores, condições e processos capazes de produzir diferentes “encaixares” que possam assegurar às organizações da sociedade civil, dentro de uma determinada temporalidade, pontos de acesso para influenciar nos processos decisórios do Estado.

1.2 Mecanismos intervenientes nas interações socioestatais

Para operacionalizar o trabalho de identificação, diagnóstico e análise das formas como a sociedade civil estabelece pontos de acesso ao Estado, ou sobre como estes pontos são proporcionados pelas instituições, Lavalle, Carlos, Dowbor e Szwako (2018) sugerem enquanto possibilidade de estratégia metodológica e analítica uma abordagem a partir do que denominam como *mecanismos intervenientes*.

Os mecanismos intervenientes referem-se ao conjunto de elementos que podem ser acionados tanto pelos atores sociais, quanto estatais e que são dotados da capacidade de estabelecer, interferir e influenciar em processos de interação entre Estado e sociedade. Conforme explicam os autores, trata-se de um conjunto constituído por variáveis como “oportunidades e restrições políticas, capacidades estatais, repertórios de ação e identidades, alianças pluriclassistas, recursos organizacionais, entre outras” (Op. cit., p. 53).

A depender da forma como são ativados - combinados ou isoladamente - os mecanismos intervêm nos processos de interação e podem alterar os modos e as chances da institucionalização de uma demanda social. Nesse sentido, os autores afirmam tratar-se de uma tarefa do escrutínio empírico identificar nos processos de construção de encaixes, desde sua gênese até sua eventual consolidação

institucional, os mecanismos específicos operando tanto nos encaixes institucionais (variação horizontal), assim como em sua hierarquia política ou autoridade (variação vertical).

En passant, os autores também traçam um breve itinerário metodológico para o trabalho de identificação de mecanismos intervenientes em processos de encaixe institucional. São organizados três tipos básicos de mecanismos, a saber, mecanismos institucionais, mecanismos relacionais e mecanismos sociais. No quadro 1, apresentamos uma sistematização destes mecanismos a partir da descrição dos autores, apresentando no subcapítulo seguinte o detalhamento de cada um.

Quadro 2 - Características dos mecanismos intervenientes nas interações socioestatais.

Mecanismos institucionais	Refere-se às condições que afetam as instituições políticas.	Permeabilidade do Estado
		Composição partidária e eleitoral dos poderes legislativos e executivo
		Capacidades estatais
Mecanismos relacionais	Refere-se à estrutura de vínculos das OSCs e MSs, constituídas ao longo do tempo.	Redes de ativismo
		Alianças ou coalizões
Mecanismos sociais	Refere-se às capacidades de ação dos atores das OSCs e MSs na construção de estratégias de abordagem do Estado.	Formas organizacionais
		Repertórios de ação coletiva

Fonte: Autoria própria, 2021.

Importa ressaltar que não há necessariamente causalidade entre o acionamento de mecanismos intervenientes e os resultados de encaixes institucionais. Contudo, processos de causação advém necessariamente da regularidade dos mecanismos acionados. Desse modo, compreende-se que os encaixes arquitetados pelos atores no Estado, que conferem legitimidade de agir e poder de influência na política e no processo de decisão, “são construções históricas contingentes e não fatalidades” (Op. cit., p. 24).

1.2.1 Mecanismos institucionais

Para os autores, os mecanismos institucionais consistem em condições que afetam as instituições políticas visadas na formação de encaixes. Nesse sentido, a *permeabilidade do Estado* às demandas da sociedade civil figura como condição central deste conjunto de mecanismos.

Padrões de permeabilidade e os graus de porosidade estatal em relação às demandas sociais são abordados na literatura enquanto categorias analíticas para se compreender os modos como movimentos e organizações da sociedade civil acessam as instituições e incidem sobre as decisões em políticas públicas.

Trata-se, portanto, de um conjunto de instrumentos, meios, caminhos e formas utilizadas pelos atores coletivos para encaminhar demandas sociais através do Estado. Conforme explicam Silva e Amâncio (2018, p. 68), a mobilização de estratégias de permeabilidade socioestatal pode incluir desde a criação de redes de relações entre as lideranças locais até o estabelecimento de vínculos entre as associações comunitárias, a criação de vínculos com a burocracia de nível de rua e o estabelecimento de redes com membros de cargos eletivos municipais.

O ativismo institucional - também compreendido como “trânsito institucional” ou “infiltração do Estado” - é outro contributo para a porosidade do Estado. Uma vez incluída no interior das estruturas políticas, a presença de militantes na ocupação de cargos da burocracia pública pode resultar em garantias e oportunidades, a depender da forma como grupos da sociedade civil e atores do Estado estabeleceram relações historicamente em cada setor (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014; OLIVEIRA, 2011; FALLETI, 2010).

Esta possibilidade foi verificada em estudo recente apresentado por Gomes, Moura e Alves (2019), sobre o modo como as demandas de movimentos sociais entram na agenda governamental e se tornam políticas públicas.

(...) a ocupação de posições estratégicas em postos executivos com poder de decisão por ativistas que compartilham de uma mesma visão dos problemas é um fator importante para explicar o conteúdo substantivo do PJV. Esses ativistas-burocratas estabelecem a conexão entre as pautas dos movimentos e as possibilidades (e limitações) no interior da gestão (GOMES; MOURA; ALVES, 2019, p. 637).

Outro fator relevante no conjunto de mecanismos institucionais é a capacidade de associação dos atores coletivos a alianças partidárias e eleitorais, favorecendo a construção de encaixes na burocracia estatal. Conforme aponta Amâncio (2013, p. 158), a ação coletiva partidária compreende atores sociais que “utilizam fortemente de uma estratégia de permeabilidade para conquistar as demandas sociais por intermédio de redes partidárias e parlamentares e um contato privilegiado com atores do sistema político”.

Operando em favor das pautas e demandas de organizações da sociedade civil, os membros de partidos políticos ao ocuparem espaços dentro das estruturas institucionais atuam de maneira favorável na abertura de espaços de mediação e acolhimento de demandas. Nesse sentido Abers, Silva e Tatagiba (2018) reforçam o caráter das “múltiplas filiações”, quando ativistas conjugam suas atuações através de partidos, movimentos sociais, órgãos de governo e/ou associações profissionais “não apenas para que as demandas dos movimentos alcancem o Estado, mas para a própria formulação da demanda como uma política pública” (p. 20-21).

Finalmente, os autores sugerem que a influência de atores sociais nas decisões estatais depende também das capacidades estatais (ou da ausência delas) no provimento de normativas legais, recursos administrativos, humanos e financeiros voltados a operar a política.

A nosso ver, portanto, a noção de capacidades estatais merece entrar conceitualmente para o panteão dos fatores que pesam nas equações, cálculos e interações que animam movimentos sociais, seus resultados institucionais e suas análises. Sua apreensão relacional permite dizer que tende a operar em duplo nível: a capacidade estatal tanto molda as chances e estratégias de acesso e sucesso de interesses e demandas das OSCs e dos MSs, como é moldada e incrementada pela interação desses últimos atores com instituições e atores do Estado (LAVALLE, CARLOS, DOWBOR, SZWAKO, 2019).

Desse modo, a defesa da capacidade estatal como um fator fundamental para as dinâmicas de institucionalização dos interesses e demandas dos atores sociais, reside no argumento de que enquanto os interesses dos atores da sociedade civil são moldados pela capacidade acumulada (ou pela falta dela) num subcampo específico de política pública, esses atores não estatais são eles próprios estruturadores de capacidades através das interações socioestatais, na medida em que assumem corresponsabilidade na implementação das políticas.

1.2.2 Mecanismos relacionais

Conforme argumentam Lavallo, Carlos, Dowbor e Szwako (2019), os mecanismos relacionais correspondem às estruturas de vínculos entre as organizações da sociedade civil e movimentos sociais com suas redes de relações informais e suas redes de apoiadores e coalizões, constituídas ao longo do tempo frente a oportunidades de influir no processo político.

Na análise empírica empreendida ao longo da nossa pesquisa, verificamos que este conjunto de mecanismos se mostrou profícuo para compreender e analisar a forma como uma organização da sociedade civil mobiliza esforços com a finalidade de constituir um ambiente de representatividade e de legitimidade para agir e interagir com as instituições públicas e com aquelas não relacionadas ao Estado.

Isto decorre, em alguma medida, do fato de que organizações e movimentos sociais combinam uma pluralidade de formas de relação com o Estado, em modelos híbridos e criativos, que promovem a articulação circunstancial entre ação institucionalizada e não institucionalizada (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014; CARLOS, 2012; DOWBOR, 2012).

Tratam-se, portanto, de espaços, estruturas, processos e articulações muitas vezes já presentes no cotidiano das organizações da sociedade civil e não necessariamente relacionados a processos de *advocacy*. A partir de uma rotina informal de relações pessoais marcadas pelo compartilhamento de valores, de traços de identidade sociocultural e de relações de amizade, torna-se mais fluido o trânsito dos membros das organizações sociais junto às estruturas das instituições públicas.

Com efeito, ainda de acordo com Lavallo, Carlos, Dowbor e Szwako (2019), torna-se imperativo identificar no interior das experiências empíricas de interação socioestatal dois sistemas fundamentais, a saber, as “redes de ativismo” e as “alianças ou coalizões”. Para Carvalho (2018), é no interior destas redes, teias e alianças que ocorre a convergência entre representantes de instituições do setor público e membros de organizações da sociedade civil, consolidando a aproximação e, em alguma medida, os processos de interações entre ativistas e o Estado.

As redes de ativismo referem-se a processos de mobilização empreendidos por organizações da sociedade civil caracterizados pelo funcionamento articulado e descentralizado, cuja abrangência varia desde o nível local à esfera transnacional. Tratam-se de espaços de articulação de setores sociais específicos marcados por trocas e fluxos de informação com a finalidade de influenciar a formulação de políticas, sensibilizar os agentes governamentais e a orientar a alocação de recursos públicos (CORRÊA, 2020; FREITAS, 2018; CARVALHO, 2018).

É a partir dessa perspectiva que Carvalho (2018) argumenta que a alta capacidade de articulação dos atores sociais e organizacionais na defesa de demandas compartilhadas resulta numa maior capacidade destes na abordagem do Estado.

O segundo elemento ao qual Lavallo, Carlos, Dowbor e Szwako (2019) se referem trata das alianças ou coalizões que se estabelecem ao longo do tempo com uma gama de outros atores sociais e estatais, de igual modo com o objetivo de consolidar processos de interação socioestatal e, em alguma medida, influenciar nos processos de tomada de decisões no interior do Estado. Neste ponto, os autores dividem as instituições entre as vinculadas ao Estado e aquelas autônomas em relação ao poder público.

Quadro 3 - Organização das alianças e coalizões de acordo com o perfil das instituições.

Instituições estatais	Instituições não-estatais
Instituições do poder executivo	Instituições partidárias
Instituições do poder legislativo	Instituições religiosas
Instituições do sistema de justiça	Organismos internacionais

Fonte: Autoria própria, 2021.

Se na perspectiva dos mecanismos institucionais as instituições públicas são impactadas pelas condições próprias do ambiente estatal, ao tratarmos destas mesmas instituições no âmbito dos mecanismos relacionais notamos que passam a ser impactadas por diferentes estratégias de interpelação empreendidas por movimentos sociais e organizações da sociedade civil, em busca de ampliar o rol de parceiros que compartilhem de interesses comuns na defesa de determinadas demandas sociais.

Conforme veremos de modo detalhado no terceiro capítulo deste trabalho, esse conjunto de estratégias e mecanismos compreende o estabelecimento de relações pessoais e de amizade com representantes de órgãos públicos e dirigentes de agências do Executivo; canais de interlocução e contato junto às assessorias parlamentares; o estabelecimento de laços a partir do compartilhamento de valores e identidades culturais comuns entre servidores públicos e atores sociais, entre outros.

Por outro lado, dada a necessidade de empregar repertórios de atuação legítimos na construção de interações socioestatais e, quiçá, na produção de encaixes institucionais, a busca de legitimidade leva as organizações da sociedade civil a estabelecerem alianças e coalizões também com as instituições não-estatais. A partir do quadro de referência disponibilizado pelos autores, nota-se a centralidade conferida ao papel desempenhado pelas instituições partidárias, religiosas e organismos internacionais neste intento.

A relação entre atores sociais e partidos políticos é largamente discutida em diferentes literaturas no campo das ciências sociais, não cabendo aqui um aprofundamento deste tópico. Cumpre, no entanto, assinalar que a intersecção entre movimentos sociais e partidos é capaz de estimular novas relações e alterar os arranjos organizativos do entorno.

(...) a zona de intersecção não age como fronteira entre os atores, mas sim como espaço de transação. À diferença da fronteira, a zona de intersecção não separa nem distingue os atores, mas os reúne em torno de interesses, agendas e objetivos com potencialidades de gerar transformações políticas. Assim, essa zona é capaz não só de vincular espaços estruturais, mas também de colocar em diálogo contextos, histórias vividas e estratégias por mudanças políticas (MEZA; TATAGIBA, 2016, p. 377).

Outro fator a ser considerado nas análises sobre processos de interação entre sociedade civil e Estado é o papel que as instituições religiosas ocupam tanto na aferição de legitimidade às organizações, assim como na mediação da interação socioestatal. Essa conjugação resulta em influência positiva na construção de encaixes institucionais, além de conduzir ao aprendizado institucional necessário à interação com instituições no contexto democrático, muitas vezes atuando como incubadoras institucionais de organizações e movimentos sociais (CARLOS, 2018; HOUTZAGER; LAVALLE; ACHARYA, 2004).

1.2.3 Mecanismos sociais

O terceiro e último conjunto de mecanismos acionados em processos de interação entre sociedade e Estado alude aos mecanismos sociais. São formas organizacionais e repertórios de atuação que complexificam o modo de atuação das organizações da sociedade civil e lhes conferem capacidade de ação para arquitetar encaixes institucionais. Estas capacidades são expressas através de formatos formalizados, especializados e profissionalizados de organizações.

As capacidades de agir revelam o aprendizado dos atores sociais, sua expertise e saber para operar políticas específicas, atuar como incubadores de instrumentos de políticas e interagir com o modus operandi da administração pública, sendo igualmente forjadas em processos pretéritos de interação socioestatal e de institucionalização (LAVALLE; CARLOS; DOWBOR; SZWAKO, 2019, p. 56).

Tratam-se, portanto, de condições que refletem o nível de organização das organizações e ampliam a possibilidade de que estas venham a intervir nos processos de interação socioestatal, na medida em que

a capacidade organizacional de um movimento social pode influenciar o processo político por meio de sua estrutura organizacional, de sua estrutura de liderança e de seus recursos. A capacidade organizacional permite ao movimento empregar múltiplos mecanismos de influência, no qual se incluem a disrupção, a persuasão e a negociação (ANDREWS, 2001 apud MAUDONNET, 2020, p. 4).

A aplicação deste conjunto de mecanismos como estratégia de investigação no contexto da análise empírica impele o pesquisador a compreender, entre outros fatores, o nível de organização, a capacidade de articulação das organizações sociais, o papel exercido pelas lideranças, o processo de ocupação de cargos por militantes, a habilidade do discurso público das lideranças e a experiência acumulada das organizações sociais em gerir de maneira corresponsável programas e projetos governamentais.

Conforme visualizado neste tópico, os mecanismos intervenientes constituem-se como condições que favorecem a amplitude de influência dos atores nas decisões políticas. São acionados de maneira interdependente e complementar, não obstante não devam ser concebidos como determinantes causais e sua ausência como impeditiva apriorística da construção de encaixes (LAVALLE; CARLOS; DOWBOR; SZWAKO, 2018).

2 BACAMARTEIROS DE PERNAMBUCO

Neste capítulo, buscamos apresentar a manifestação dos bacamarteiros pernambucanos. Trata-se, como veremos, de uma expressão cultural tradicional da região nordeste. O folguedo consiste na performance de homens e mulheres organizados em grupos ou batalhões que, sob o comando de um chefe, capitão ou comandante, desfilam em dias festivos e disparam tiros secos, sem o uso de projéteis, para festejar os santos juninos.

O desenvolvimento desta etapa do trabalho buscou inicialmente referências no parco material produzido sobre a história dos bacamarteiros. Adicionalmente, com o objetivo de verificar fatos históricos, foram realizadas buscas com o verbete “bacamarteiros” na Hemeroteca Digital Brasileira, disponível no site da Biblioteca Nacional⁶. Não obstante, a maior riqueza de detalhes foi verificada na coleta de depoimentos orais junto aos chefes dos batalhões, através de entrevistas. A partir da organização dos dados coletados, apresentamos a seguir uma breve reconstituição histórica deste folguedo.

2.1 Contextualizando o bacamarte: guerra, festejo e performance

Originalmente, o termo “bacamarte” refere-se aos primórdios da tecnologia militar empregada em armas de fogo. Tratava-se de um armamento utilizado em navios e embarcações militares, daí que também recebeu ao longo da história a nomenclatura de “bacamarte naval” ou “bacamarte de amurada”. Isso porque, dado o peso e a dimensão, a arma necessitava ser acoplada à amurada das embarcações durante os conflitos em mar.

Em Portugal, registros do século XVII dão conta da produção de bacamartes nas Ferrarias d’El Rei, situadas na povoação de Barcarena. Os armamentos tinham como principais características o sistema de disparo por pederneira “à francesa”, o cano produzido com liga de bronze e a capacidade de disparar até nove balas interligadas por uma corrente, com a função de rasgar os velames das embarcações inimigas (QUINTELA; CARDOSO; MASCARENHAS, 2000, p. 22).

⁶ Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

Figura 6 - Bacamarte naval produzido nas Ferrarias d’El Rei, entre 1660 e 1690.



Fonte: ARCHEOFACTU, 2020.

Periódicos publicados no início do século XIX descrevem o bacamarte como uma arma de grosso calibre, capaz de receber altas cargas de pólvora, bala, chumbo e metralha⁷. Hoje, conforme verifica Olímpio Bonald Neto, o emprego do termo “bacamarte” perdeu a sua significação histórica “de variante de arcabuz seiscentista que era carregado de metralha; de arma essencialmente da Marinha, espécie de canhão portátil, com coronha” (BONALD NETO, 2018, p. 10).

Nos dias atuais, o significado do termo remete mais a um tipo de espingarda comum entre os séculos XVIII e XIX, do que propriamente ao armamento rústico que lhe antecederia, podendo ser identificado como sinônimo de mosquete, rifle e carabina. No nordeste brasileiro, essa característica de bacamarte também é encontrada com a denominação de *riuna*, *reiuna*, *reúno*, *granadeira*, *roqueira*, *ronqueira*, *ribombeira*, *pé-de-bode* e *soca-soca*.

Para compreender a trajetória desse armamento no Brasil e o modo como passou a integrar os usos e costumes nos estados do nordeste, transformando-se em manifestação performática da cultura popular, retornaremos à Europa do século

⁷ Em 23 de setembro de 1812, a Gazeta do Rio de Janeiro publicou a tradução do artigo “Espoz y Mina”, originalmente publicado no The London Chronicle, de 6 de julho daquele mesmo ano. O artigo narra o ataque realizado pelo guerrilheiro Francisco Espoz y Mina contra uma guarnição do exército francês, durante a Guerra da Independência Espanhola, com o objetivo de libertar cerca de 800 soldados espanhóis. O texto descreve um bacamarte – *blunderbuss* – usado na ação, composto por quatro canos, fixo em uma forquilha que ia até o chão. Em cada cano, havia 32 balas, atiradas ao mesmo tempo.

XVII. Buscamos apresentar fatos e eventos que nos auxiliaram na recomposição desse mosaico e nos situarão em relação ao contexto contemporâneo, sobre o qual lançamos a presente pesquisa. No século XVII, tanto as espingardas quanto as demais peças de artilharia sofreram uma importante transformação ao serem adaptadas para disparar com a utilização de um dispositivo de ignição denominado fecho de pederneira (*flintlock*), substituindo o dispositivo até então vigente: o rústico fecho de mecha (*matchlock*).

A espingarda de pederneira funcionava com o acionamento do gatilho, que produzia um atrito de uma pedra de sílex contra uma peça metálica denominada fuzil. Essa fricção gerava uma faísca, que, por sua vez, acionava uma carga preliminar de pólvora, para então alcançar a carga principal. A carga, ao ser detonada, produzia uma explosão capaz de projetar com intensidade a esfera de chumbo para fora do cano da arma.

Figura 7 - Sistema de ignição de uma espingarda pederneira.



Fonte: WIKIWAND, 2020.

Em 1800, o químico britânico Edward Charles Howard desenvolveu uma nova técnica para o disparo de armas de fogo, que consistia na conversão do mercúrio em uma espécie de “pó cristalizado esbranquiçado, possuindo todas as propriedades inflamáveis da pólvora” (HOWARD, 1800, p. 206). Em seu estudo, Howard destacou a rapidez da combustão do pó mercurial, ao qual atribuiu a nomenclatura de “mercúrio fulminante”, que poderia ser inflamado por fricção, choque elétrico ou por um golpe metálico.

Pouco tempo depois, em 1807, o clérigo presbiteriano escocês Alexander John Forsyth patenteou o primeiro sistema de ignição por percussão externa. A invenção consistia no emprego de uma pequena quantidade de mercúrio fulminante, que, após ser acionada pelo cão do armamento, ligava o produto da combustão à carga principal de pólvora (WILLIAMS, 2009). A descoberta transformou o modo de disparo de uma arma de fogo, permitindo, por exemplo, o manuseio em climas úmidos e chuvosos, até então impensáveis com o uso do fecho de pederneira.

No início do século XIX, experimentos buscaram contribuir com a evolução desse modelo de ignição de arma de fogo. Em 1815, nos Estados Unidos, Joshua Shaw produziu a espoleta (*percussion cap*), que consistia numa pequena tampa de cobre contendo fulminato de mercúrio. Após ser disparado pelo gatilho, o martelo da arma desce sobre a espoleta gerando uma faísca que é, então, conduzida por um pequeno canal até alcançar a carga de pólvora, produzindo o disparo⁸.

Figura 8 - Sistema de ignição de uma espingarda por percussão externa.



Fonte: HISTORICAL FIREARMS, 2020.

Nota-se que o artefato popularmente denominado “bacamarte”, descrito pela Instrução Técnico-Administrativa nº 15/2018, do Exército Brasileiro, corresponde às espingardas de antecarga (*muzzle-loading*) e sistema de ignição por percussão externa, tal qual verificado na primeira metade do século XIX. Compreendida a evolução do sistema de ignição de armas de fogo, retornamos ao Brasil Império com o objetivo de investigar de que modo esse perfil de armamento foi adotado no país.

⁸ <https://www.britannica.com/technology/small-arm#ref520609>

Até a década de 1850, o Exército Brasileiro não dispunha de um sistema centralizado de compra de equipamentos militares. O arsenal da instituição era composto basicamente por espingardas, carabinas, clavinhas e pistolas de pederneira, importadas sobretudo da Inglaterra e da Bélgica (BARROSO, 1938; CASTRO, 2008).

A substituição desses armamentos por armas adaptadas para o mecanismo de percussão externa ocorreria entre as décadas de 1860 e 1870, durante o período em que se travou a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), o maior conflito bélico internacional capitaneado pelo Brasil. No arsenal da corte, instalado no morro da Conceição, no Rio de Janeiro, os armamentos de pederneira eram adaptados para o sistema de percussão por espoleta, num ritmo de menos de duas armas por dia (CASTRO, 2008).

Em 1862, após o fracasso na implementação de uma indústria de ferro capaz de fornecer material para a produção de armamentos no Brasil, uma comissão foi enviada à Inglaterra e à Bélgica com o objetivo de adquirir material de artilharia e armamento de infantaria e cavalaria para o Exército brasileiro.

Conforme verificado em relatórios do Ministério dos Negócios de Guerra (BRASIL, 1864), foram adquiridas 29 mil armas de fogo entre mosquetões, pistolas, clavinhas, fuzis e carabinas com sistema de ignição por percussão, que seriam utilizadas dois anos depois, com o início da guerra. Durante o conflito – conhecido popularmente como a Guerra do Paraguai – a arma adotada pela infantaria do Exército brasileiro passou a ser o rifle de percussão Enfield 1853 Pattern (ESPOSITO, 2015).

Durante a guerra, o Exército Brasileiro foi reestruturado em três categorias. As tropas regulares eram compostas por aproximadamente 17 mil soldados e organizadas em batalhões de infantaria, regimentos de cavalaria, batalhões de artilharia a cavalo e a pé, além de um batalhão de engenheiros.

Já a Guarda Nacional era composta por aproximadamente 15 mil soldados, sendo considerada a reserva do Exército (BARROSO, 1938, p. 97). A terceira categoria, os Voluntários da Pátria, foi criada pelo Decreto Imperial nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865, com o objetivo de atrair civis dispostos a empunhar armas em nome

da nação. Para cada categoria, seguiam-se os respectivos batalhões, regimentos e companhias, munidas de armamentos específicos para as finalidades às quais eram destinadas.

Figura 9 - Armamento do Exército Brasileiro durante a Guerra da Tríplice Aliança.



Fonte: BARROSO, 1938.

Apesar da aquisição do novo arsenal, o tempo de “vida útil” das armas de percussão externa foi bastante curto. Ainda durante a Guerra do Paraguai, em 1867, a cavalaria brasileira substituiu suas antigas carabinas de percussão de tiro único pelo rifle de repetição Spencer, fabricado nos Estados Unidos.

Ao final do conflito, o Exército brasileiro implementou o uso de espingardas Robert e as clavinas Lindeme na infantaria. E em 1873, foram incluídas a espingarda Comblain e as clavinas Remington e Winchester (ESPOSITO, 2015). Assim, a arma que hoje se utiliza como um folgado popular, embora remetida ao período da Guerra da Tríplice Aliança, foi considerada obsoleta ainda no curso do conflito.

Na segunda metade do século XIX, o Exército adotou armas com cano de alma raiada e a ignição por agulha, que, quando acionada, injetava uma pequena haste de metal num tubo ligado à espoleta já acoplada ao cartucho, fazendo disparar o projétil. Nesse sentido, observamos que a obsolescência do bacamarte, das clavinas, das espingardas e dos mosquetes de ignição por percussão ocorreu em função da demanda de armamentos mais ágeis e modernos.

Desse modo, considerado obsoleto para fins militares ainda na segunda metade do século XIX, o uso das espingardas de percussão tomaria outra direção Brasil adentro, ganhando novo sentido na vida civil, sobretudo no nordeste brasileiro.

Para compreendermos o uso do bacamarte enquanto performance social para fins de festejo, nos remetemos à tradição das salvas de tiros, comum em liturgias católicas e eventos militares. Em Pernambuco, no final do século XIX, os tiros secos, ou seja, aqueles que usam apenas pólvora, sem descarga de chumbo, eram disparados por batalhões do Exército e da Guarda Nacional em cerimônias cívicas, paradas militares e festejos religiosos, geralmente acompanhados por bandas marciais.

Figura 10 - Anúncio da programação de uma festa religiosa no século XIX, em Recife (PE).

Programma da festa da gloriosa virgem e martyr Santa Cecilia, erecta no convento do Carmo do Recife,

No dia 24 do corrente, pelo meio dia, sera' annunciada a festa com trinta duzias de fogo do ar, e tocarão diversas bandas de musicas. A' noite bavera' vespers.

Ao amanhecer do dia 25 e depois de missa de 1/2 horas da manhã, uma salva de 21 tiros e diversas gyrandolas de foguetes subirão ao ar annunciando ser chegado o dia de zossos regozijos.

Fonte: DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1866.

Na cidade do Recife, a salva de tiros era parte indispensável nas programações religiosas, conforme se verifica na **Figura 10**. Em alguns casos, atirava-se até três vezes no decorrer de uma cerimônia: no alvorecer, para anunciar o início dos festejos; após a fala do orador principal; e ao final do dia, anunciando o fim da cerimônia.

A utilização da arma como elemento festivo no contexto religioso também é verificada no diário do bispo de Pernambuco João da Purificação Marques Perdigão, ainda no século XIX. Em 1835, durante uma viagem por cidades atendidas pela diocese pernambucana, o clérigo relatou sua passagem pela cidade de Poxim, no litoral alagoano, onde foi saudado pela população com tiros de bacamarte.

Dia 19. Pelas 6 horas da manhan confessei uma mulher e imediatamente me dirigi á villa do Poxim, onde cheguei pelas 8 horas da mesma manhan, acompanhado de muitos cavaleiros de Jaquiá e do Poxim, donde tinham vindo para me acompanharem. **N'esta villa fui obsequiado com muitos tiros de granadeiras, bacamartes e foguetes**, e feita a oração na matriz, me recolhi ao aposento designado (INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, 1892, grifo nosso).

Os jornais da segunda metade do século XIX relatam o uso de elementos pirotécnicos durante os festejos religiosos, a exemplo de girândolas de fogo do ar, bombas reais, rodetes, chafarizes, busca-pés e balões. Nos eventos também havia opções de divertimento para a população como as cavalhadas, as ladainhas e as brincadeiras populares, a exemplo de mamulengos, dança de corda, pau de sebo, corda volante, adivinhações e cantorias.

Entre o fim do século XIX e início do século XX, a presença de atiradores festivos na noite de São João era revisitada de maneira saudosa nas páginas dos jornais da época, principalmente por quem mantinha algum laço afetivo com as tradições rurais. O jornalista Stenio de Sá narra com detalhes o modo como acontecia a brincadeira da tomada da fogueira, com o uso do bacamarte.

Antonio Firmino era um dos moradores mais abastados do enjenho - possuía uma caza de farinha e alguns cavalos de cangalha. Por São João, dispunha de algumas pistolas, bacamartes e roqueiras para a defeza da montanhoza fogueira de seu terreiro e uma sala grande para sambas e dansas. Havia anos já que ninguém a conseguia "tomar", apesar dos ardis empregados e das ansias de glorias. Toda tentativa, mesmo feita por nós em anos anteriores, havia sido frustrada pela vijilansia das sentinelas. Nesse ano, porém, eu e diversos companheiros, armados e bem municidados, nos dispuzemos a "tomar-lhe" a fogueira, custasse o que custasse, pois era a unica que se conservava "virjem" naquela redondeza (SÁ, 1934).

O escritor pernambucano Faria Neves Sobrinho também narrou as memórias dos festejos sanjoanescos do século XIX em suas crônicas. O texto reforça a presença da tradição da tomada da fogueira e o uso do bacamarte nos festejos tradicionais do nordeste, especialmente nas noites de São João.

Nisto, tiro de bacamarte rebôa, e fagulhas denotam ter sido a arma disparada sobre a fogueira: Gritos, clamores, vivas, hurrahs, risadas. – Foi tomada a fogueira! exclamam. Vizinhos vieram sorrateiros, sem que o presentissem, e, disparando um bacamarte, carregado á polvora secca, sobre a fogueira, tinham-na tomado. Tomar uma fogueira é uma das peripécias das festas sanjoanescas. O senhor do engenho, aparecendo, convida os assaltantes para a Casa Grande, onde lhes é servido farta mesa de doces (SOBRINHO, 1929).

Já o cronista e poeta Eustórgio Wanderley, no artigo “Os três santos populares”, publicado na Revista O Cruzeiro, de 25 de junho de 1932, expressou com saudosismo a brincadeira da tomada da fogueira.

Depois, em roda da fogueira votiva as dansas e os tiros de bacamarte e de rifle dos que, por brincadeira, pretendem "tomar a fogueira", si os seus defensores não respondem também, com maior vivacidade, ao assalto, detonando suas armas com cartuchos de festim ou "pólvora secca" (WANDERLEY, 1932).

A relação que se estabelecia entre os festejos religiosos e o encantamento da pirotecnia nos permite inferir que a presença do bacamarte nessas celebrações, sobretudo nas cidades do interior, assumia também a função de divertimento. Conforme explica Olímpio Bonald Neto (2018, p. 31), o costume das coletividades em se expressarem por meio de ruidosas salvas de tiros ou através de foguetórios e luminárias é uma tradição secular.

Ao longo da história diversos exemplos ilustram esta afirmativa. Desde a milenar pirotecnia chinesa aos atiradores festivos, o fascínio pela pólvora estendeu-se por diferentes culturas, períodos, tradições e possibilidades de utilização.

Desde o século XIV, em estados localizados na região Norte da Nigéria, o Festival Durbar (Hawan Sallah) reúne centenas de lideranças políticas em reverência ao emir e marca as comemorações em alusão aos feriados mulçumanos no país. Entre as atrações do festival estão as orações, os desfiles de cavaleiros e as apresentações dos atiradores, conforme demonstrado na **Figura 11**, que com salvas de tiros secos saúdam a chegada dos líderes e das autoridades presentes ao palácio do governante.

Figura 11 - Atiradores de Kano, durante o Festival Durbar, na Nigéria.



Fonte: AVAX, 2020.

Ritual similar com uso de armas de fogo é encontrado em Berchtesgaden, cidade alemã. Os dias que antecedem o Natal são preenchidos pelos estouros das armas dos *Weihnachtsschützen*, os “atiradores natalinos”. Desde a segunda metade do século XIX, homens com trajes típicos percorrem as montanhas disparando salvas de tiros em alusão à data de nascimento de Cristo. A manifestação é considerada atrativo turístico e consta no calendário de eventos da cidade.

Figura 12 - Atiradores natalinos de Berchtesgaden, Alemanha.



Fonte: BERCHTESGADEN, 2020.

Outra manifestação que faz o uso de réplicas de antigas armas de fogo é encontrada na região espanhola da Catalunha. Tratam-se dos *trabucaires*, ou “trabuqueiros”, que desfilam pelas ruas disparando tiros secos para anunciar o início de um evento festivo ou de importância para a população. Os grupos participam de desfiles, procissões e festivais, a exemplo da abertura da Festa Major de Barcelona.

Figura 13 - Trabuqueiros da Catalunha, Espanha.



Fonte: THE MAGIC STHON, 2021.

Já no Brasil, são os bacamarteiros quem se destacam como grupos de atiradores festivos cujas características reúnem “matizes tropicais, colorido forte, virtudes e aplicações inéditas” (BONALD NETO, 2018, p. 44). Em cidades de Sergipe, Paraíba e Pernambuco, bacamarteiros levam às ruas e praças um ritual performático que mescla a relação com o sagrado e traços históricos da liturgia militar, das memórias de guerra, do cangaço e das folganças e brincadeiras.

Registros orais coletados em pesquisas anteriores dão conta da existência de grupos de bacamarteiros na segunda metade do século XIX (LIMA, 2013). É o caso do Batalhão nº 333, de Caruaru, cidade do agreste pernambucano situada a 130 quilômetros de Recife. De acordo com relatos orais colhidos pelo pesquisador George Lima, o Batalhão nº 333 teria sido criado em 1857, ano em que Caruaru foi elevada à categoria de cidade.

Figura 14 - Bacamarteiros do Batalhão nº 333, de Caruaru (PE), em 1949.



Fonte: Autoria desconhecida.

Para o historiador e folclorista Nelson Barbalho, foi nesse período que a brincadeira alcançou o contexto urbano. As batalhas já não eram mais nos limites do Brasil com o Paraguai, mas no perímetro urbano da cidade, a exemplo da Rua Preta e a Rua do Comércio (Rua da Frente). E os “inimigos”, antes os combativos paraguaios, passaram a ser os protetores das grandes fogueiras, que espreitavam os pretensos “ladrões” para impedi-los de roubá-las.

Nos idos das gigantescas fogueiras de Damião Queiroz, de Antônio Menino, do comandante Teixeira de Carvalho e outros tantos animadores dos rudes festejos caruaruenses, o bacamarte servia para “espaçar fogo de fogueira”, uma “brincadeira” muito apreciada no Caruaru antigo mas que sempre findava em intriga ou em graves acidentes com alguns dos seus participantes, e que se transformavam em caso de polícia e... político (BONALD NETO, 2018, p. 152).

Disputas políticas e desavenças pessoais também encontravam nas ruas de Caruaru o cenário ideal para o acerto de contas. Famílias rivalizadas, intrigados políticos e adversários militares aproveitavam as “brigas-de-fogueiras” para quitar os desacordos, conferindo ao “São João de cabra macho” uma atmosfera “perigosa e atraente” (BARBALHO, 1981, p. 146).

Com efeito, os festejos juninos em Caruaru começaram a ganhar traços de uma atmosfera peculiar. Além das palestras, conferências literárias, danças e queimas de fogos admiradas pela elite local, também compunham a paisagem

cultural da cidade as quadrilhas, casamentos matutos, pamonhadas, cangicadas, bolos diversos, tiros de bacamarte no Monte do Bom Jesus e a “quase guerra” entre os donos de fogueiras (Op. Cit., 1981).

Analisar o bacamarte como elemento festivo é perceber os excessos, as transgressões, as efervescências e as eclosões daquilo que é suprimido pela ordem institucional. Essa pujança, argumenta Cavalcanti (2013), revela o potencial revolucionário da festa, percebida não como unidade autônoma da vida social, senão como rito interligado a um sistema que se relaciona com características e condutas simbólicas próprias de um grupo.

O que se pode verificar é que a relação do homem interiorano com a arma de fogo representa um complexo cultural marcado por sistemas de valores próprios, expressando as múltiplas dimensões da vida nordestina. O deslocamento da utilização do bacamarte do ambiente de origem para espaços de visibilidade pública surge como um desdobramento contemporâneo do folguedo e a atividade do bacamarteiro cristaliza-se pelo grau de perícia, requinte de iniciação e aprendizado especial.

A habilidade no manuseio da arma para fins de demonstração conferiu ao bacamarteiro um status de diferenciação, inclusive pela coragem que tal atividade exigia, “coragem, aliás, convém salientar, muito valorizada nas sociedades patriarcais, dentro dos padrões socioculturais do nordeste, e que como categoria sociológica está visceralmente ligada à atividade do bacamarteiro” (MORAIS, 1966).

Durante a pesquisa, nos deparamos com a escassez de registros documentais sobre grupos organizados de bacamarteiros em Pernambuco. Desse modo, definimos como estratégia metodológica a análise dos periódicos disponíveis digitalmente no portal da na Hemeroteca Digital Brasileira, no site da Biblioteca Nacional. Conforme verificado, as primeiras notícias sobre os grupos de bacamarteiros remonta à primeira metade do século XX, mais precisamente à segunda metade da década de 1940.

Os achados apresentam um contexto de ambivalências relacionadas à manifestação cultural. Por um lado, verifica-se a apresentação dos bacamarteiros enquanto manifestação performática, onde os membros estão trajados com

indumentárias típicas e acompanhados por pequenas bandas musicais - compostas geralmente por pífano, zabumba e sanfona.

Em 1945, por exemplo, um batalhão de bacamarteiros desfilou em passeata juntamente com tropas do Exército Brasileiro durante a cerimônia de abertura da “Grande Feira Chic”, em Caruaru. A atividade foi realizada em benefício das famílias dos membros da Força Expedicionária Brasileira (FEB), mortos durante a 2ª Guerra Mundial⁹.

Por outro lado, periódicos dessa época relatam notícias que buscam relacionar grupos de bacamarteiros à lideranças políticas do estado, sobretudo no agreste pernambucano. O processo de redemocratização deflagrado a partir do declínio do Estado Novo, em 1945, resultou na polarização política materializada na criação dos dois principais partidos políticos da época: o Partido Social Democrático (PSD), beneficiário da máquina política do Estado Novo; e a União Democrática Nacional (UDN), que reunia grande parte das oposições¹⁰.

Entre 1937 e 1945, Pernambuco foi governado por Agamenon Magalhães, interventor federal durante o Estado Novo e o governador com mais tempo em exercício ininterrupto. Para Pandolfi (1984), durante o período em que foi interventor, a defesa que Magalhães fez em prol da pequena propriedade, do incentivo à policultura, da valorização do Sertão e do modelo de trabalho cooperado no campo formaram a base da política do PSD e reforçaram a presença do agrupamento político nos interiores de Pernambuco, com o apoio de grupos ruralistas.

Soma-se a isso o arraigado espírito pessedista no coronelismo pernambucano, fruto do domínio conferido aos chefes políticos locais durante os quinze anos de Estado Novo, transformando-os em interventores municipais. Enquanto a UDN era apoiada pelas classes médias urbanas e setores da elite, os coronéis mais representativos integraram o diretório fundador do PSD, nutrindo a ideia de um “partido abençoado por Deus” e tendo na figura de Agamenon Magalhães o seu “chefe supremo” (PANDOLFI, 1984, p. 98-99).

⁹ Ver DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1945.

¹⁰ Ver <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas>.

É nesse cenário de acirramento político que os brincantes passaram a ocupar as páginas dos jornais locais, pela primeira vez identificados com a denominação de *bacamarteiros*. Entre 1946 e 1949, notícias e colunas publicadas em periódicos de Pernambuco e do Rio de Janeiro, denunciava que os bacamarteiros seriam integrantes das hostes do PSD, cujo emprego da arma de fogo serviria para amedrontar os opositores udenistas e também como braço armado de uma suposta estratégia revolucionária de quadros do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Identificado ao centro da Figura 12, Gercino Malagueta de Pontes foi responsabilizado pela imprensa pernambucana por incluir os grupos de bacamarteiros de Caruaru nas questões políticas locais. Filho do coronel João Guilherme de Pontes¹¹, Gercino foi ex-prefeito de Caruaru (1925-1928), ex-secretário dos governos Magalhães (1944-1945) e Lima Sobrinho (1948-1951) e deputado federal. Entre as décadas de 1940 e 1950, o político foi responsável por comandar o PSD em Caruaru.

Figura 15 - Matéria publicada no jornal Diário da Noite (RJ), relacionando os bacamarteiros de Caruaru (PE) ao PSD.



Fonte: DIÁRIO DA NOITE, 1947.

¹¹ João Guilherme de Pontes (1864-1944) nasceu em São Caetano (PE). Em 1892, por ato da Junta Governativa do Estado de Pernambuco, foi nomeado 2º suplente de delegado de Caruaru (Diário de Pernambuco, 22/01/1892). Em 1893, foi nomeado pela Guarda Nacional como Tenente-coronel chefe do estado maior da Comarca de Caruaru (Jornal do Brasil, 23/03/1983). Foi prefeito de Caruaru entre 1912 e 1913, 1916 e 1919 e 1937-1939.

A legenda da foto que ilustra a matéria acima reforça a suposta participação dos bacamarteiros atuando como “capangas” do grupo político do PSD em Caruaru.

MERA COINCIDÊNCIA - Nesta curiosa fotografia aparece o deputado Gercino Pontes, no dia de São João, em Caruaru, cercado de amigos e correligionários, que formam o Batalhão de Bacamarteiros sob seu comando. Qualquer semelhança entre estes e os remanescentes do antigo bando de Lampeão, é mera coincidência. Segundo nos informam daquela cidade do interior de Pernambuco, cabe a esses "heróis" descarregarem suas armas à porta da residência de seus adversários (DIÁRIO DA NOITE, 1947).

Esse fato histórico é corroborado pelo depoimento de Ivan Marinho, ao comentar sobre a relação do bacamarte com os grupos políticos locais no período que remonta às origens do folguedo:

(...) existe essa coisa também da cultura popular de agradar o poder público. Você vê, na própria cantoria existem muitas manifestações do povo cantar pra agradar político, pra fazer esses negócios todos, e assim não é diferente em relação ao bacamarte. Tanto que os bacamarteiros, antes, eles eram segurados pelos coronéis, no começo.

Então a minha intenção como um brincante que teve a oportunidade de ir pra escola era contribuir nesse sentido de criar uma estrutura não só jurídica, mas também de resgate - a gente tem que utilizar essa palavra - de resgate cultural, porque nesse ínterim que aconteceu dos coronéis que sustentavam a brincadeira até a gente, aos editais públicos, a maior parte, 90% desse corpo, não acompanhou.

Até meados do século XX, o mandonismo e o coronelismo eram marcas próprias das relações sociopolíticas do Brasil, onde a subserviência e a subordinação de camponeses e trabalhadores ao jugo dos coronéis ditavam os processos sociais, sobretudo nas regiões mais afastadas dos centros urbanos. Neste contexto, compreende-se que os grupos de bacamarteiros também figuravam como instrumentos de demonstração de poder dos chefes políticos locais.

A partir da década de 1950, observamos que a referência aos bacamarteiros nos periódicos locais passou a considerá-los não apenas como grupos relacionados às lideranças políticas locais, mas enquanto apresentação artística e performática. Além das tradicionais salvas de tiros durante os eventos alusivos ao calendário junino, é neste período que são publicizados os primeiros registros de apresentações performáticas e exibições fora do calendário religioso, a exemplo de demonstrações eventos sociais e políticos, onde os grupos passam a ser identificados por seus trajes típicos.

Figura 16 - Nota publicada no jornal Diário de Pernambuco, sobre as festividades de São Pedro e a participação dos bacamarteiros, no município de Bonito (PE).

S. PEDRO: — Generaliza-se o costume dos agricultores desta região virem todos os anos, festejar aqui o dia de S. Pedro, em frente ao monumento desse santo.

Este, ano, logo pela manhã, desfilaram na cidade cerca de noventa homens, ostentando bacamartes de vários feitios, trajando roupas de mescla azul e formando em coluna por dois, em marcha apressada.

Depois da costumeira visita à Igreja-Matriz, onde fizeram uma descarga, dirigiram-se para o monumento de S. Pedro e atiraram, durante três horas consecutivas, numa proporção de cinco disparos por minuto. Os tiros eram de grandes proporções, recelando-se a cada instante um incidente, o que, felizmente, não aconteceu. O padre José Augusto ofereceu almoço aos bacamarteiros.

Fonte: DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1953.

A inclusão dos bacamarteiros no calendário das festividades municipais, sobretudo em cidades do interior de Pernambuco, evidenciou um novo estágio do folguedo. A padronização dos trajés, a organização da performance e o formato de desfilarm pela cidade conferiram um certo *status* de profissionalização dos brincantes, que passaram a se apresentar de maneira articulada sob a tutela de seus respectivos capitães, chefes ou comandantes.

São os cangaceiros mansos de Caruaru, alguns de alpercata e chapéu de couro; tendo a tira-colo o matulão de pólvora e o reúno, á mão. (...) Eles são ordeiros, buliçosos, simpáticos e disciplinados. Atiram, obedecendo a fila e a ordem do chefe (...) Formam uma organização pára-militar meio burlesca que não deve morrer porque é honra e graça para a cidade. Eles estão alegres. Ninguém atira triste. As mágoas explodem com as detonações das armas. A pólvora é como o vinho: esquento o coração e eletriza o homem. Dá, é vontade de brigar... (...) Isso tem um sabor medieval, do tempo da invenção da pólvora. Espoucam os últimos pelouros. A pólvora queimada tisonou-lhes as mãos e a cara. São indômitos soldados da folia (PAIVA, 1954).

A análise dos periódicos consultados aponta que a década de 1960 consolidou a legitimidade do bacamarte enquanto manifestação cultural e atividade performática. Em 1961, o Movimento de Cultura Popular (MCP)¹² realizou em parceria com a Prefeitura do Recife a primeira edição da Festa de São João, no Arraial do Bom Jesus, com o objetivo de “reestabelecer e valorizar” as tradições dos festejos juninos.

Pela primeira vez, a tradição do bacamarte foi apresentada pelo poder público enquanto manifestação folclórica, juntamente com exhibições de cirandas, violeiros, repentistas, coco de roda, cantadores e desfiles de clubes inscritos no concurso de quadrilha (SOUZA, 2014, p. 89).

Em 1963, o Caxangá Golf & Country Club, em Recife, realizou a I Noite do Bacamarte, que contaria com bacamarteiros de Caruaru num festejo que tematizava os antigos são-joões rurais. A festa seria realizada durante as duas décadas seguintes, ocupando anualmente as colunas sociais dos jornais locais. Já em 1966, a Prefeitura de Caruaru realizou o seu primeiro Festival de Folclore, que contou com a participação de 40 bandas de pífanos, 30 violeiros e 500 bacamarteiros¹³.

Além da entrada dos grupos nas programações oficiais, a realização dos primeiros estudos de caráter sociológico-antropológico sobre os bacamarteiros de Pernambuco na década de 1960 resultaram em produções seminais de conteúdo teórico-analítico e levaram o folgado aos espaços de produção acadêmica e intelectual. O ensaio “Os Bacamarteiros”, de Olímpio Bonald Neto, foi publicado pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, em 1966. A abordagem folclorista impressa por Bonald Neto em suas análises sobre a tradição do bacamarte seria retomada posteriormente, durante o seu trabalho à frente da Empresa de Turismo de Pernambuco (Empetur).

A compreensão dos bacamarteiros enquanto grupo folclórico colocou a manifestação no centro das estratégias de promoção turística do estado de

¹² O Movimento de Cultura Popular (MCP) foi criado em 1960 por intelectuais, educadores e artistas, a exemplo de Paulo Freire, Abelardo da Hora e Paulo Rosas, com a finalidade de “unir todos os interessados na tarefa de mudar a vida do homem simples do povo por meio da cultura e da educação” (SOUZA, 2014, p. 44). Fundamentando-se na compreensão da cultura brasileira como fruto da capacidade de os indivíduos absorverem e resignificarem o que recebem, o movimento empreendeu uma série de atividades que buscavam incidir nas práticas sociais cotidianas.

¹³

Pernambuco. Suprindo a inexistência de um órgão próprio para a formulação e implementação de políticas culturais, coube à Empetur a realização de ações também no âmbito da cultura.

Nos primeiros anos da Empetur, empreendeu-se o desenvolvimento do primeiro inventário turístico do estado, no qual houve uma presença fundamental das manifestações culturais de Pernambuco.

Praticamente todas as cidades do Litoral, do Agreste e do Sertão foram visitadas, muitas, mais de uma vez. Autoridades e líderes comunitários contatados; e prefeitos, vigários, professoras, escrivãos, jornalistas matutos, artesãos, Poetas populares, cantores, pais e mães de Santos, curandeiros e benzedeiros, ex-cangaceiros e antigos combatentes das Volantes, vaqueiros dos campos abertos e mestres pescadores foram escutados, anotados, gravados e fotografados. Fazia-se o retrato “corpo inteiro” das raízes, da intimidade, dos alicerces da memória e da tradição vivas de Pernambuco (BONALD NETO, 1982).

Em 1970, a empresa editou um mini guia do folclore pernambucano, distribuído entre as agências de viagens e turistas, com informações sobre os folguedos populares locais, como os bacamarteiros, bumba-meu-boi, caboclinhos, ciranda, fandango, frevo, mamulengo e maracatu. Também naquele ano, os festejos juninos oficiais do Governo do Estado, realizados pela Empetur no Pátio de São Pedro, em Recife, contaram com a participação de bacamarteiros, esquentamulher, bandas de pífano, casamento matuto, quadrilhas e comidas típicas da época¹⁴.

Durante as décadas de 1970 e 1980, a brincadeira do bacamarte alcançou um novo patamar de legitimidade, com o desenvolvimento das primeiras políticas públicas voltadas à valorização identitária do folguedo, a exemplo do Calendário Turístico de Pernambuco, a criação de museus e festivais de folclore, a ida de grupos de bacamarteiros para apresentações no Recife e a realização de seminários temáticos sobre folclore e cultura popular.

Um quadro comparativo realizado a partir da pesquisa sobre o verbete “bacamarteiros” no portal da Hemeroteca Digital Brasileira, no site da Biblioteca Nacional, reforça a nossa hipótese de que a década de 1970 consolidou os grupos de bacamarteiros enquanto manifestação performática da cultura popular pernambucana, dado o significativo aumento de referências nos jornais locais.

¹⁴ DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 08 de maio de 1970.

Quadro 4 - Ocorrência do verbete “bacamarteiros” nos periódicos analisados entre as décadas de 1930 e 1980, na Hemeroteca Digital Brasileira.

Período	Ocorrência do verbete
1930 - 1939	0
1940 - 1949	65
1950 - 1959	19
1960 - 1969	168
1970 - 1979	434
1980 - 1989	377

Fonte: Autoria própria, 2021.

A consolidação do São João de Caruaru e a ampla cobertura midiática promovida pelos meios de comunicação durante a década de 1990, potencializaram a presença performática dos bacamarteiros nos festejos tradicionais. Conforme explica Santos (2007), entre outros aspectos, a cobertura midiática do evento denominado “Capital do Forró” contribuiu também para motivar o orgulho local da população.

Nesse período, a imagem do bacamarteiro tornou-se recorrente nas reportagens escritas e televisionadas sobre os festejos tradicionais de Pernambuco durante o ciclo junino, conforme se verifica na Figura 13.

Figura 17 - Destaque dos bacamarteiros em reportagem da Rede Globo sobre o São João de Caruaru (PE), em 1997.



Fonte: SANTOS, 2007.

2.2 O uso do “brinquedo” no contexto das políticas de desarmamento

As legislações sobre o controle da produção e o uso de armas de fogo no Brasil impactaram e ainda seguem impactando a manifestação cultural do bacamarte. Seja pela ausência de uma regulamentação mais atenta às especificidades dos grupos ou pela incompreensão das autoridades locais em relação ao folguedo, nas últimas três décadas os bacamarteiros pernambucanos tiveram de lidar com repetidas intervenções das polícias, do Exército Brasileiro e do sistema judiciário.

Em 20 de fevereiro de 1997, o Governo Federal sancionou a Lei nº 9.437 que instituiu o Sistema Nacional de Armas (Sinarm) e estabeleceu as condições para o registro e o porte de arma de fogo no Brasil. Antes disso, conforme explica Batista (2009), vigorava no Brasil o Decreto-lei nº 3.688/1941

que tipificava o delito do porte ilegal de armas de fogo como contravenção penal. Porém, pequena importância que se dava ao uso de armas de fogo e a aplicação de penas insignificantes diante da conduta geradora de grande intranquilidade social, urgia tomada de medidas condizentes com a gravidade que representava.

A sanção do marco legal acionou um sinal de alerta em Pernambuco. Na semana seguinte à aprovação da lei, a Comissão Pernambucana de Folclore remeteu ao vice-presidente da República, o político pernambucano Marco Maciel, um ofício que aludia ao uso do bacamarte enquanto elemento festivo. O documento expressava o receio de que "a interpretação restritiva do seu texto venha a ser adotada a nível local, por autoridades pouco conscientes da relevância da tradição folclórica nordestina dos 'bacamarteiros', podendo importar em ameaça à sua sobrevivência" (BONALD NETO, 2018, p. 11).

Na segunda edição do livro *Bacamarte, pólvora e povo*, Bonald Neto (2018, p. 5) transcreve a carta que o então vice-presidente destinou ao ministro da Defesa Nelson Jobim, solicitando que os estudos de regulamentação da lei considerassem as preocupações contidas no ofício enviado pela comissão de folclore. De acordo com o autor, este processo teria contribuído para que o Decreto nº 2.222/1997, que regulamentou a Lei nº 9.437/1997, dispensasse a obrigatoriedade do registro das armas consideradas obsoletas, incluindo aquelas usadas apenas em atividades folclóricas.

Art. 3º É obrigatório o registro de arma de fogo no órgão competente, excetuadas as consideradas obsoletas.

§ 1º Armas obsoletas, para fins desta regulamentação, são as fabricadas há mais de cem anos, sem condições de funcionamento eficaz e cuja munição não mais seja de produção comercial.

§ 2º São também consideradas obsoletas as réplicas históricas de comprovada ineficácia para o tiro, decorrente da ação do tempo, de dano irreparável, ou de qualquer outro fator que impossibilite seu funcionamento eficaz, e **usadas apenas em atividades folclóricas** ou como peças de coleção. (BRASIL, 1997, grifo nosso).

Adicionalmente à publicação deste decreto, a medida institucional que buscou regular especificamente a utilização do bacamarte foi publicada em 2002, pela Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC) do Exército Brasileiro. Tratava-se da Instrução Técnico-Administrativa (ITA) nº 024/2002, cuja finalidade era controlar e restringir a utilização de armas de fogo obsoletas usadas em atividades folclóricas.

De acordo com Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados, previsto no Decreto nº 3.665/2000, compete à DFPC elaborar as instruções técnico-administrativas que se fizerem necessárias para complementar ou esclarecer a legislação vigente. Desse modo, coube ao Exército a função de expedir a normativa que passou a orientar e a recondicionar a prática do folguedo. Para Ivan Marinho, a publicação deste documento também seria resultado de um processo de articulação política anterior, entre representantes da elite política de Pernambuco.

(...) e também uma relação de Olímpio Bonald Neto com Marco Maciel, que foi o cara que encaminhou isso lá dentro, então a decisão foi muito política, né? E nessa decisão política eu acho que não houve consulta dos bacamarteiros, isso é uma prática de certa arrogância que tem na cultura militar, que os caras tomam conta, achando que sabem de tudo (MARINHO, entrevista, 2021).

A ITA nº 024/2002 tinha por objetivo controlar e restringir a utilização de armas de fogo obsoletas, usadas apenas em atividades folclóricas, de forma a minimizar riscos aos espectadores. Fazendo referência à Lei nº 9.437/1997 (SINARM) e aos Decretos nº 2.222/1997 e nº 3.665/2000, a instrução estabeleceu que para utilizar as armas obsoletas em performances e apresentações públicas os grupos deveriam estar devidamente cadastrados nos Serviços de Fiscalização de Produtos Controlados (SFPC) da respectiva Região Militar.

Com efeito, os grupos de bacamarteiros que eram caracterizados por uma organização extremamente informal e arregimentados em troças e “batalhões”, sobretudo nas zonas rurais, deveriam revestir-se da condição de entidades legalmente constituídas e apresentar alvarás de localização e funcionamento emitidos por órgão municipal competente.

Além disso, os próprios bacamarteiros deveriam ser cadastrados nos Serviços de Fiscalização de Produtos Controlados da Região Militar (SFPC/RM). Para isto, deveriam apresentar informações sobre os seus bacamartes, a exemplo do material do qual era constituído o cano da arma, comprimento e diâmetro interno do cano, peso e idade do armamento e fotografia colorida em fundo branco, mostrando a identificação impressa na arma.

A instrução também determinou a necessidade de autorização pública para os eventos folclóricos com o uso das armas obsoletas e vetou a produção de pólvora mecânica¹⁵ pelos bacamarteiros. A produção do insumo passaria a ser confeccionada exclusivamente por empresas com registro e autorização do Exército e comercializada no limite de até dois quilos por atirador.

Nesse aspecto, observamos que a tomada de decisão do poder público afetou diretamente o modo como os bacamarteiros se organizavam em torno do folguedo. A manifestação que ocorria em grande parte de maneira deliberada e arraigada na informalidade logo foi impelida a um processo de institucionalização lento e gradual. Não obstante a existência de grupos juridicamente constituídos desde a década de 1960¹⁶, foi a partir da década de 2000 que a maior parte dos grupos de bacamarteiros começou a se constituir enquanto associações formais.

Já em 2003, o Governo Federal sancionou a Lei nº 10.826, ainda vigente, que dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo. Conhecida popularmente como “Estatuto do Desarmamento”, a legislação aprofundou a normatização sobre a utilização de armas e tipificou como crime o porte ilegal de arma de fogo. De modo similar à legislação anterior, a lei definiu que as armas obsoletas e de valor histórico seriam disciplinadas em ato do chefe do Poder Executivo Federal, mediante proposta do Comando do Exército.

¹⁵ Também conhecida pelos bacamarteiros como pólvora seca ou pólvora da terra.

¹⁶ A Sociedade dos Bacamarteiros do Cabo foi fundada em 1º de maio de 1966.

Não obstante todo o processo de institucionalização dos grupos de bacamarteiros e de conversão em organizações sociais, a exemplo de associações e sociedades juridicamente constituídas, nos depoimentos coletados ao longo da pesquisa observamos que apesar das leis e regulamentações preverem o uso dos bacamartes enquanto elementos relacionados ao folclore local, o modo como o teor das normativas eram interpretados e aplicados não deixaram de impactar na prática do bacamarte e no cotidiano dos grupos.

O decreto existia, mas não tinha organização (...) é a mesma coisa como um decreto dum revólver, mas pra você andar você tem que ter o porte de arma (...) Então o decreto existia mas a gente não tinha como manusear, entendeu? (...) Até hoje a (Polícia) Federal, as autoridades, não encaram com bons olhos o bacamarte, que eles chamam de armas. Porque como a gente é muito forte no Nordeste, lá fora eles têm abuso disso, não gostam. A nível nacional a Polícia Federal, a Federal, não gosta muito dessa coisa. (PAIVA, entrevista, 2021)

Fazer o homem do campo entender que ele não poderia mais usar o bacamarte quando ele quisesse foi difícil, porque isso aí não era uma arma para ele, era um brinquedo. (...) Falar pro Exército que um agricultor, homem do campo, pra usar essa arma ele tava comemorando a colheita que ele passou seis a quatro meses trabalhando, conseguiu a colheita, ele queria comemorar com os vizinhos aquela alegria. Então a gente chegou no Exército e falou: “mas é um brinquedo, não é uma arma”. Aí eles falaram pra gente: “tem pólvora, não tem? Tem a bucha, num tem? É uma arma de fogo, então não pode ser brinquedo”. (...) Com a Lei do Desarmamento ficou mais sério ainda, alguns amigos foram presos, foi difícil soltar eles, foi feito campanha (OLIVEIRA, entrevista, 2021).

Após a sanção da Lei nº 10.826/2003, os relatos sobre prisões de folgazões e apreensões de bacamartes tornaram-se comuns em Pernambuco. Ao recordar episódios relacionados às prisões de bacamarteiros, seu Euclides Paiva rememorou um desses acontecimentos.

(...) e foi preso naquele ano que teve aquela questão do desarmamento, que o camarada ia entregar as armas espontaneamente, que recebia um dinheiro por aquilo, houve uma perseguição quando viam uma espingarda rapa de banda, um bacamarte, tudinho, o policial tomava porque parece que recebia lá um dinheiro por aquilo, tinha bônus.

O bônus de que trata o entrevistado refere-se à premiação meritória concedida aos policiais militares e civis do estado de Pernambuco pela apreensão de armas de fogo sem registro ou autorização legal, motivando a realização de flagrantes e a instauração de inquérito policial. A bonificação foi instituída pela Lei Estadual nº 12.719/2004, que criou o Sistema de Bônus Pecuniário, concedendo

importâncias que variaram ao longo do tempo entre R\$ 100,00 a R\$ 2.000,00¹⁷, de acordo com o potencial lesivo da arma e as circunstâncias da apreensão.

Este sistema de bonificação revelou-se para os bacamarteiros como um verdadeiro trauma. Enquanto buscava estimular, reconhecer e valorizar o trabalho de policiais em operações de combate às drogas, apreensão de armas de fogo e emissão de mandados de prisões, por outro lado a medida impactou negativamente no funcionamento da manifestação cultural tradicional.

(...) o universo da tradição do bacamarte foi abalado por relatos de bacamarteiros que tiveram suas armas apreendidas. Quem conseguiu manter o bacamarte, seja escondido em casa ou enterrado em algum lugar do sítio, passou a conviver com o receio da apreensão e da criminalização do folguedo. Conforme explica o investigador da Polícia Civil, Antônio Irapuan, “nos primeiros anos do Estatuto do Desarmamento, os policiais recebiam gratificações para cada arma de fogo apreendida” (SANTOS, 2018, p. 09).

Entre as situações narradas pelas pessoas entrevistadas, notamos que a de maior repercussão foi a prisão do armeiro Lenilson Ferreira da Silva, na cidade de Belém de Maria, no agreste pernambucano.

O pessoal ficou de olho porque existia na época um bônus pra polícia fazer a apreensão de armas. E a gente é considerado grosso calibre e o bônus era de R\$ 300,00 por arma e aí os caras estavam caçando armas feito cachorro no mato mesmo. E aí prenderam Lenilson, que é um artesão filho de Zé Ferreira, que foi o cara que fez com o que bacamarte se tornasse essa obra de arte, essa coisa bonita, uma coisa fina mesmo (MARINHO, entrevista, 2021).

Considerado pelos participantes da pesquisa como o principal detentor da arte de confeccionar bacamartes no estado de Pernambuco, Lenilson herdou a tradição do pai, o mestre José Ferreira, que desde a década de 1960 atendia aos bacamarteiros da região com a confecção e o reparo dos “brinquedos”¹⁸. Em 2009, o armeiro foi preso e encaminhado para o presídio da cidade de Palmares sob a alegação de ausência de documentação necessária à produção de bacamartes. Em entrevista à Sociedade dos Bacamarteiros do Cabo, o armeiro detalhou o episódio:

Eu tava aqui trabalhando. Chegaram aqui... porque aqui eu era acostumado a atender os policiais. Eles vinham praqui pra mim dar um limpeza nas arma deles, deixavam, eu consertava... Aí chegaram aí, fizeram a abordagem com a pistola, aí eu pedi até licença pra eles se sentir em casa porque aqui

¹⁷ Os valores pagos a título de bônus pecuniário foram definidos pelos Decreto nº 27.606/2005, nº 31.206/2007 e pelo decreto vigente, o nº 41.495/2015.

¹⁸ Documentário Os Bacamarteiros. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=v1m6GVcLRo4>. Acesso em 10 abr. 2021.

não tem bandido, tinha um trabalhador. Aí guardaram a pistola e começaram a fazer o serviço deles (SOBAC, 2021).

Em poucos instantes, a prisão de Lenilson mobilizou uma série de entidades e instituições públicas na busca pela soltura do armeiro. A detenção ocorreu no mesmo dia em que acontecia no bairro de Santo Amaro, em Recife, um seminário realizado pelo extinto Ministério da Cultura (Minc), com a presença do então ministro Juca Ferreira.

O anúncio da prisão do armeiro durante esse evento resultou na rápida mobilização de um grupo formado por chefes de batalhões de bacamarteiros, representantes do escritório regional do MINC, além das assessorias jurídicas dos parlamentares que participavam do evento.

Era de oito horas da manhã a cinco horas da tarde, durante cinco dias, a gente discutindo com secretário de segurança pública, a gente discutindo com os secretários de interior onde ele foi preso, no local que ele ficou preso, que foi em Palmares (...) E depois de 5 dias de pendanga a gente conseguiu tirar ele definitivamente de dentro da prisão, né? A gente foi lá com a comitiva, já autorizado pela Secretaria de Segurança pra pegá-lo, né?. E aí a gente se depara com um cara arrasado, um vaqueiro de uma vida muito simples mesmo, chorava feito um menino (MARINHO, entrevista, 2021).

Através de uma interlocução entre o grupo e representantes da Secretaria da Defesa Social de Pernambuco, após cinco dias de prisão o armeiro foi solto. A repercussão que o caso tomou combinada com a ausência de uma organização própria demonstraram às principais lideranças dos grupos de bacamarteiros de Pernambuco a necessidade de uma instância que pudesse prestar o suporte jurídico-institucional necessário e atuar na resolução de casos semelhantes.

A questão de Lenilson foi o estopim, realmente. Depois que a gente começou a conversar entre os grupos de Pernambuco, a gente começou a perceber que o problema que um grupo tinha aqui na região metropolitana era muito parecido com o problema que o pessoal tinha lá no sertão, que é a questão de guia de tráfego, questão de documentação, questão do tratamento do Exército, da extorsão, da corrupção dentro do Exército e as prisões, porque depois sucederam-se várias prisões. Então a avidez que existia tanto por aqui, quanto pelo sertão, era grande em relação a alguém que pudesse representar, alguém não, um corpo que pudesse representar essas pessoas com relação a esses problemas (MARINHO, entrevista, 2021).

A partir do episódio da prisão do armeiro Lenilson Ferreira, em 2009, provocada por aquilo que os entrevistados descrevem como uma má interpretação da legislação (MARINHO, entrevista, 2021; PAIVA, entrevista, 2021), além da própria

aproximação entre os grupos de bacamarteiros de diferentes regiões do estado, em 2011 foi fundada a Federação dos Bacamarteiros de Pernambuco (Febape). Atualmente, a organização é responsável por representar o interesse de 23 grupos e associações relacionadas à prática do bacamarte, distribuídos em todas as regiões do estado de Pernambuco.

2.3 O peso das instituições e os impactos das regras dos jogo

Receosos pelos impactos negativos que a Lei nº 9.437/1997 poderia provocar na manifestação cultural, os grupos de bacamarteiros acessaram instâncias de interlocução com o poder público e conseguiram alcançar as instituições responsáveis pela elaboração da regulamentação da lei. Essa interlocução resultou na garantia de uma certa flexibilidade em relação à prática do bacamartismo, na medida em que garantiu a dispensa de registro de grupos folclóricos para o uso de armas obsoletas, conforme previa o Decreto nº 2.222/1997.

Essa garantia de flexibilidade, no entanto, foi posteriormente revista a partir da publicação da ITA nº 015/2002, do Exército Brasileiro. A instrução não isentou os grupos de bacamarteiros da obrigação de se adequarem às normas burocráticas do Estado. Esta exigência impactou profundamente na prática da manifestação cultural, dado o alto grau de informalidade desta manifestação cultural.

Antigamente, a gente só ouvia falar do bacamarte no sítio, só que o homem do campo foi pra cidade e levou o bacamarte. Chegando no São Pedro, ele soltava os tiros de bacamarte na cidade. Isso foi preocupando mais ainda o Exército (...) Fazer o homem do campo entender que ele não poderia mais usar o bacamarte quando ele quisesse foi difícil, porque isso aí não era uma arma para ele, era um brinquedo (OLIVEIRA, entrevista, 2021).

A necessidade de institucionalização dos grupos e de adequação às normas burocráticas incidiu também na desmobilização daqueles agrupamentos informais, na medida em que nem todos dispunham de pessoas que pudessem assumir a tarefa de conduzir o processo burocrático.

Conforme explica Severino Silva, conhecido como Biu Cândido, chefe dos bacamarteiros da cidade de Moreno, todo o processo de aprendizado sobre as condições impostas pelas normativas do Exército Brasileiro foi assimilado e

compreendido pelos próprios grupos. No depoimento colhido, observamos o impacto da dimensão da burocracia e o modo como o homem simples teve de se adequar para cumprir as exigências formais do Estado brasileiro.

Todo mundo se reunia, chegava num acordo, até concluir o objetivo, a taxa pra pagar o Exército, essas coisas todas (...) Pra gente adquirir o Certificado de Registro (...), a gente tem que levar primeiro cópia do CNPJ, a relação de todos os bacamarteiros, o comprovante de residência do chefe, o comprovante de endereço também da associação e o RG e CPF de cada um bacamarteiro e o “nada consta” do chefe do grupo e um substituto, no caso seja um vice-presidente, e uma taxa de R\$ 500,00 pra abrir a concessão (...) Teve município que a tradição já tava sendo extinta, mas depois eles foram vendo os outros grupos, foram vendo os festejos e correram atrás e começaram a resgatar. Aqui em Moreno mesmo, essa tradição já tava sendo extinta quando eu assumi em 2008 (...) Hoje a gente tem o CNPJ em dia, a licença do Exército, tudo em dia. (...) Todos os documentos que eles pedem a gente corre atrás e leva tudo certinho e entrega tudo certo até eles liberar a licença pra gente, um Certificado de Registro que tem a validade de dois anos. Depois que a gente tá com o registro, a gente pega uma licença, chama-se “Guia de Tráfego”, pra poder trafegar com o bacamarte, como o grupo, né? A gente não sai sem tá com a licença na mão, tem que tá com a licença em dia, o Certificado de Registro em dia e a Guia de Tráfego. Vamos supor, o festejo junino no mês de junho, então a gente pega pra (...) maio, junho e julho, porque geralmente no fim de junho ainda tem alguns municípios que estão fazendo os festejos, então a gente pega a Guia de Tráfego pra três meses. As vezes pode até pegar pra mais, outros pega pra menos (...), se precisar, se vencer aquela e precisar, a gente vai no Exército, paga uma taxa de R\$ 20,00 e pega outra (SILVA, entrevista, 2021).

No depoimento da bacamarteira Dena Oliveira, de Santa Cruz da Baixa Verde, observamos que a primeira tentativa do Exército Brasileiro em controlar a dinâmica dos grupos revelou-se inadequada diante da magnitude da expressão cultural.

O exército cobrou da gente o seguinte: um cadastro, esse cadastro é feito com todos os dados do bacamarteiro, cada bacamarteiro passa seus dados para Associação, é consultado a ficha dele também, se ele já foi preso, alguma coisa, aí esse material que a gente faz todo a gente leva para o Exército. O Exército vai conferir se tá tudo ok, se cada bacamarteiro é permitido possuir aquela arma. E foi uma surpresa para o Exército a quantidade de bacamarteiro que existia em Pernambuco, porque na cidade de Santa Cruz tem 20, na cidade de Serra Talhada tem mais 30, na cidade de Triunfo tem mais 15, Solidão tem mais 40, Calumbi tem mais uma quantidade, e eles chegaram assim num momento: “Não, nós não conseguimos dar conta disso”. Se o sertão tem tudo isso de bacamarteiros, Caruaru é aonde se tem mais bacamarteiro no mundo, eu posso te assegurar isso. Então chegou a vez de Caruaru, quando chegou Caruaru impossível, é impossível lidar com isso. Tem que existir uma lei, tem que existir alguma coisa que apoie essas pessoas (OLIVEIRA, entrevista, 2021).

Os diversos caminhos que levaram ao processo de institucionalização destes grupos e contribuíram para a sua organização enquanto segmento

organizado da sociedade, ou seja, despertando a necessidade de uma organização orgânica, articulada e disposta ao diálogo com o Estado, reforçam o que Laval (2011) denomina como a construção política das sociedades civis. Para o autor, neste processo, atores sociais e estatais são mutuamente constitutivos, ou seja, trata-se de um processo que “além de recíproco, é de índole interativa e molda tanto as capacidades dos atores societários quanto as das instituições políticas” (p. 13).

Nesse sentido, foi a partir da decisão do Estado em exigir a institucionalização dos bacamarteiros, que os grupos se constituíram enquanto associações, ampliaram o grau de institucionalização e articularam a criação de uma federação representativa para a representação dos interesses comuns dos bacamarteiros, que atualmente atua justamente no sentido de interpelar o poder público na busca por melhores condições para a prática do folgado.

2.4 A organização da Federação dos Bacamarteiros de Pernambuco

O processo de formação, organização e institucionalização da Febape ocorreu concomitante à própria articulação dos bacamarteiros após a prisão do armeiro Lenilson Ferreira. Em 2009, a criação do blog “Bacamarteiros de Pernambuco” impulsionou o compartilhamento de informações e dados sobre a prática do bacamarte em Pernambuco. Para Ivan Marinho, a ferramenta virtual contribuiu para a aproximação dos chefes dos batalhões.

Foi a primeira inserção do bacamarte na internet. Na época não tinha imagem de Youtube, não tinha esses negócios, nem nada. E aí foi pra os jornais, entrou nos jornais, em pauta do Jornal do Comércio, Diário de Pernambuco, Folha de Pernambuco. (...) Como eu fiz o blog e no blog tinha o telefone, esses mestres do estado, que são os mais ativos, eles começaram a se comunicar comigo e aí surgiu esse amálgama aí de tentáculos que a gente conseguiu reunir os representantes de bacamarte no estado de Pernambuco (MARINHO, entrevista, 2021).

Embora os primeiros contatos entre os chefes de batalhões tenham ocorrido ainda em 2006, reunindo as representações de grupos mais ativos e aqueles mais próximos à região metropolitana como Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho, Araçoiaba, Moreno, Amaraji, Bonito e Gravatá, foi somente após a incorporação das representações do interior do estado, em 2009, que a ideia de uma federação ganhou densidade.

Então quando esses outros grupos se juntaram no debate eu disse “Pronto, é a hora da gente fazer uma federação”. Aí foi aquela semente num terreno fértil, a gente teve facilidade, a dificuldade só era essa coisa do recurso porque é muito difícil a captação de recurso e com a contribuição de um e de outro a gente conseguiu fazer a documentação toda (MARINHO, entrevista, 2021).

O 1º Encontro dos Bacamarteiros do Estado de Pernambuco, realizado em dezembro de 2010, na cidade de Flores, foi a primeira atividade com a finalidade de agrupar as representações numa entidade representativa. Além da elaboração do estatuto, a programação do evento deu a tônica do que se buscava com a constituição de uma instância representativa, ao pautar as políticas públicas de investimentos destinadas à manifestação cultural, os entraves das legislações e o modelo de fiscalização realizado pelo Exército Brasileiro¹⁹.

Figura 18 - Realização do 1º Encontro dos Bacamarteiros do Estado de Pernambuco, em Flores (PE), em 2010.



Fonte: BLOG BACAMARTE EM PERNAMBUCO, 2021.

Em 2011, um segundo evento marcaria a constituição da Febape. No dia 29 de janeiro, na cidade do Bonito, uma nova reunião de representantes de grupos aprovou o estatuto da entidade e elegeu a primeira diretoria da Federação dos Bacamarteiros de Pernambuco, composta por representantes de grupos das cidades de Cabo de Santo Agostinho, Flores, Abreu e Lima, Riacho das Almas, Bonito, Belém de Maria, Serra Talhada, Triunfo e Moreno.

¹⁹ Ata do 1º Encontro dos Bacamarteiros de Pernambuco. Disponível em <http://antoninojr.blogspot.com/2010/12/1-encontro-dos-bacamarteiros-de.html>. Acesso em: 10 abr. 2021.

Figura 19 - Realização da assembleia de eleição da primeira diretoria da Febape, em Bonito (PE), em 2011.



Fonte: BLOG BACAMARTE EM PERNAMBUCO, 2021.

Conforme define o estatuto da federação, a diretoria é constituída por um presidente, um secretário e um diretor financeiro, eleitos entre os membros do Conselho de Representantes, com mandato de quatro anos. Além da diretoria, um Conselho Fiscal com três membros eleitos responde pela fiscalização da gestão contábil e financeira da entidade.

Figura 20 - Desfile da cerimônia de posse da Febape, em Recife (PE), em 2012.



Fonte: BLOG BACAMARTE EM PERNAMBUCO, 2021.

A posse dos dirigentes da federação ocorreu no dia 16 de junho de 2012, durante um evento realizado na sede da Associação dos Comerciantes do Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco (Ceasa), em Recife. A escolha do local se deve ao fato de um membro da Febape ser também membro da associação, possibilitando a interação entre as entidades. A cerimônia contou com a participação de mais de 600 bacamarteiros de todas as regiões de Pernambuco, quem num gesto performático de ocupação do Ceasa entraram perfilados em batalhões.

Aproveitando a visibilidade e a pujança simbólica de 600 homens e mulheres trajados de uniformes e carregando bacamartes ao som de trios pé de serra, a primeira medida da diretora recém-empossada foi a divulgação de uma carta-manifesto remetida ao então governador de Pernambuco Eduardo Campos, entregue a um representante do governo do estado presente na cerimônia.

Figura 21 - Membros da primeira diretoria da Febape, empossada em 2012.



Fonte: BLOG BACAMARTE EM PERNAMBUCO, 2021.

Além de denunciar os recorrentes episódios de prisão de bacamarteiros e apreensão de bacamartes pelas forças estaduais de segurança, o manifesto requereu do poder público o compromisso na implementação de políticas públicas que atendessem às demandas dos grupos organizados.

Hoje os tempos são outros. Não dependemos mais dos coronéis para comprar o salitre, a mescla rennor ou os bacamartes, pois os coronéis passaram a ser os prefeitos. Por sermos, na maioria, humildes camponeses, não sabemos barganhar favores, não sabemos justificar a importância de uma brincadeira, não sabemos explicar a importância da identificação cultural no processo de desenvolvimento de nosso capital social, como nos alertam os economistas contemporâneos. Poucos de nós sabemos o que é

um edital público e, os que mais sabem menos precisam. Por isso não falamos a favor de projetos pessoais mas, a favor de uma grande maioria, quase 4 mil bacamarteiros, espalhados Pernambuco a dentro, sem conhecimento técnico para concorrer à subsídios públicos e, às vezes, sem sequer condições de se locomover para pleitear pessoalmente incentivos para a manutenção desta que, diante da massificação e da assimétrica aculturação, se tornou para muitos uma tábua de salvação (FEBAPE, 2012).

O discurso direcionado à autoridade política denota a consciência da direção da federação em relação ao histórico de clientelismo que marca a trajetória político-social do estado. Cientes de que “os tempos são outros”, os bacamarteiros provocam as instituições não em busca de “ajudas”, mas de um olhar atento que se traduza em políticas públicas de salvaguarda do patrimônio imaterial local. Desse modo, o que na visão de Marques (1999) poderia ser configurado como uma abordagem clientelista, no contexto da entidade analisada a relação Estado-sociedade se configura na perspectiva da luta pela garantia de direitos.

O diálogo institucional enquanto estratégia de interação com o Estado é acentuado nos objetivos estatutários da Febape. Para além da representação e da defesa dos direitos e interesses das associações representadas, a federação apresenta como diretrizes uma gama de possibilidades de colaboração com os organismos públicos.

No estatuto, verificamos esse intento quando o documento faz menção a “agir como órgão de colaboração com os poderes públicos”, “designar representantes perante conselhos”, “atuar como órgão técnico e consultivo no estudo e solução dos problemas que se relacionam com a cultura do bacamarte” (FEBAPE, 2011, p. 1). De acordo com a tipologia proposta por Diani e Bison (2012), estas características situam a Federação dos Bacamarteiros de Pernambuco na condição de agente no processo de coalizões de consenso, dado que a entidade não é direcionada ao conflito político, onde

os recursos são combinados para a busca de objetivos práticos específicos, ainda que sem uma narrativa que situe os distintos episódios em arcabouços mais amplos, e sem que se desenvolvam identidades mais abrangentes a partir da ação. Todos os casos de organizações engajadas na formação de densas redes para produzir bens coletivos, para dedicar-se a problemas práticos, para facilitar a difusão de certos estilos de vida ou práticas culturais, sem identificar quaisquer alvos sociais ou políticos, podem proporcionar ilustrações deste processo específico (DIANE; BISON, 2012, p. 225).

A obtenção do título de personalidade jurídica aconteceu em 06 de junho de 2013, após um processo marcado por “adversidades políticas e financeiras” (FEBAPE, 2012). O problema do financiamento das entidades foi verificado não apenas em relação à Febape, assim como em associações federadas. Isto decorre em grande medida dos altos custos gerados para a manutenção das associações, a emissão ou renovação de registro junto ao Exército Brasileiro, o pagamento das guias de trânsito para o transporte dos bacamartes, a aquisição e confecção de fardamentos e a compra de pólvora para as apresentações.

Figura 22 - Certidão de Personalidade Jurídica da Febape.



Fonte: BLOG BACAMARTE EM PERNAMBUCO, 2021.

Durante a realização das entrevistas, notamos o quanto os participantes atribuem à entidade a função de instância mediadora entre os interesses dos grupos de bacamarteiros e as instituições públicas.

A federação é muito importante porque ela se concentra e busca aquelas partes importantes pra que dê continuidade ao segmento do bacamarte. (...) Sem federação aí fica um querendo depender do outro. Você tem que ter (...) Sem sindicato as pessoas não iam buscar... ficavam uma querendo depender da outra, ninguém fazia nada, daí você não tinha um apoio principal de um pedido, de uma greve, de buscar seus direitos, de participar, de convocar todos pra que se unam pra ir atrás dos seus objetivos. Por isso que eu acho muito importante uma federação, uma entidade que busca os direitos dos outros (MEDEIROS, entrevista, 2021).

(...) aí a gente criou a federação pra cuidar daqueles que não tinham voz, o homem simples lá do interior não tinha como... tava se sentindo acobardado porque não tinha como organizar os seus grupos e a finalidade da Febape é essa, é dar suporte à coisa, brigar por isso (PAIVA, entrevista, 2021).

A federação possui uma capilaridade territorial em 22 municípios de Pernambuco. Desse modo, há uma estimativa de que aproximadamente 800 bacamarteiros integrem o conjunto de folgazões sob a liderança da Febape, com foco nas regiões do Vale do Pajeú, Agreste e Zona da Mata.

Quadro 5 - Grupos e organizações associadas à Febape, em 2021.

Grupo/Organização	Município	Ano (*)
Associação dos Bacamarteiros da Cidade do Bonito	Bonito	31/08/1989
Sociedade dos Bacamarteiros do Cabo	Cabo de Santo Agostinho	26/05/1995
Associação dos Bacamarteiros da Cidade do Moreno	Moreno	31/03/1997
Associação dos Bacamarteiros de Gravatá	Gravatá	13/01/1998
Associação dos Bacamarteiros de Amaraji e Chã Grande	Amaraji	03/09/2001
Associação dos Bacamarteiros de Quitimbu e Custódia	Custódia	05/02/2004
Associação Folclórica Bacamarteiros Mandacaru de Abreu e Lima	Abreu e Lima	08/03/2004
Associação dos Bacamarteiros do Vale do Pajeú	Serra Talhada	16/01/2007
Grupo Folclórico de Bacamarteiros de Afogados da Ingazeira	Afogados da Ingazeira	16/03/2007
Associação dos Bacamarteiros de Tabira	Tabira	02/06/2008
Associação dos Bacamarteiros do Bairro do Quinze	Araçoiaba	11/06/2008
Associação dos Bacamarteiros do Município de Triunfo	Triunfo	19/05/2009
Associação Cultural dos Bacamarteiros Cabras do Nordeste	Flores	05/04/2010
Associação dos Bacamarteiros da Cidade de João Alfredo	João Alfredo	25/05/2010
Associação dos Bacamarteiros da Cidade de Cortês	Cortês	24/01/2011
Associação dos Bacamarteiros Manoel Soares	Machados	13/04/2011
Associação dos Bacamarteiros Ten. Cor. Pedro Pessoa	Calumbi	23/07/2013
Grupo Cultural Água Nordestina de Bacamarteiros	Moreno	07/11/2013
Associação dos Bacamarteiros Pedra do Reino	São José do Belmonte	18/08/2017
Associação Cultural dos Bacamarteiros Baixa Verde	Santa Cruz da Baixa Verde	28/11/2017
Grupo de Bacamarteiros Rei do Cangaço	Lagoa de Itaenga	-
Batalhão 58 de Bacamarteiros de Barra de Guabiraba	Barra de Guabiraba	-
Grupo de Bacamarteiros Cravos da Taquara	Taquaritinga do Norte	-

Fonte: Autoria própria, 2021.

(*) Ano de abertura do CNPJ, de acordo com a Receita Federal do Brasil.

(**) Grupos em processo de constituição jurídica.

3 O INFORMAL NAS INTERAÇÕES SOCIOESTATAIS

Nas discussões que tratam de processos de participação social, o tema da informalidade está presente em análises sobre redes sociais comunitárias (RODRIGUES; BRASIL, 2015) e no modo como os agentes transitam e constroem relações pessoais a partir de espaços institucionalizados de participação (MENEZES, 2018). Afora estas perspectivas, o tema suscita certa desconfiança por estar situado distante das regras, condutas e padrões identificáveis de relação com o Estado.

As relações informais que marcam as interações entre a sociedade e o Estado resvalam inevitavelmente numa interpretação apriorística sob o prisma do clientelismo. Isso porque tanto a política de proximidade quanto o *lobby* têm em comum o capital relacional, ou seja, a rede de relações constituídas por atores da sociedade ou do mercado para obter acesso aos processos de tomada de decisão.

O que verificaremos neste último capítulo é uma experiência situada numa zona fronteira da atuação de movimentos e organizações sociais. Na medida em que as relações se constituem em ambientes diferentes daqueles conhecidos e acessíveis ao conjunto da sociedade, as fronteiras entre Estado e interesses privados acabam por se tornar difusas (DOWBOR; ALBUQUERQUE, CARLOS, 2018). Ocorre que, diferente do objeto pretendido por agentes privados, tratamos aqui de uma estratégia que se constitui a partir de uma organização social de interesse coletivo.

Desse modo, neste subcapítulo buscamos compreender e analisar a forma como os dirigentes e membros da Federação dos Bacamarteiros de Pernambuco acionaram, ao longo do tempo, uma rede de parceiros e apoiadores com o objetivo de solidificar a legitimidade da manifestação cultural, capitalizar esta legitimidade em torno da atuação da entidade representativa e incluir no rol de apoiadores e parceiros agentes-chaves no processo de definição e formulação de políticas públicas.

3.1 Redes e coalizões: de contatos informais a legitimidades institucionais

A Igreja Católica sempre esteve presente no universo da prática do bacamarte, seja pela relação de devoção dos folgazões aos santos juninos ou pela inclusão dos atiradores nas liturgias religiosas, a exemplo das salvas de tiros. Recentemente, no entanto, o papel da igreja tem se revestido de um caráter político na defesa da manifestação cultural, sobretudo pela autoridade, liderança e prestígio dos quais gozam muitos párocos nas cidades do interior de Pernambuco.

Figura 24 - Procissão dos bacamarteiros, em Cabo de Santo Agostinho (PE).



Fonte: BLOG BACAMARTE EM PERNAMBUCO, 2021.

Nesse sentido, observamos que a orientação da direção da Febape é de que os grupos busquem aproximação com as lideranças religiosas locais. Essa estratégia denota a finalidade de restabelecer laços antigos, eventualmente perdidos pela descontinuidade da manifestação cultural; ou fortalecer os vínculos já estabelecidos entre os brincantes e a instituição religiosa.

(...) a gente também orientava pra essa relação com o padre, porque o padre dentro das cidades ele tinha uma importância política e eles compram com facilidade a brincadeira do bacamarte por conta da própria origem da brincadeira do bacamarte dentro das igrejas católicas (MARINHO, entrevista, 2021).

O resultado da estratégia de envolvimento das paróquias locais a partir do acionamento de aspectos históricos e da própria identidade cultural compartilhada entre religiosos e brincantes, é visualizado nos depoimentos dos demais participantes da pesquisa. Conforme nos relatou Marleide Tenório, chefe do grupo de bacamarteiros da cidade de Abreu e Lima (PE), o seu primeiro contato com o bacamarte ocorreu dentro de uma igreja católica, durante a realização de um “Encontro de Casais com Cristo”.

Até eu com 40 anos não conhecia a história do bacamarte. Vim conhecer após um **encontro de igreja**, que eu conheci o fundador do grupo Bacamarteiro Mandacaru, que hoje é falecido e que se chama José Carlos da Silva, aqui conhecido como Boy. E nessas reuniões de igreja, ele ficou falando sobre a cultura do bacamarte e que eu não conhecia. (...) E a gente foi conversando e ele, olhe, eu acho que a cultura tava no sangue dele. Então ele tão empolgado, tão apaixonado pelo bacamarte e quando foi um certo dia ele convidou pra que eu e meu esposo fosse conhecer a sede e participar do forró. Porque na antiga sede a gente tinha todo mês tinha um forró. Claro, né, eu fui animada pra dançar um forró, né? (TENÓRIO, entrevista, 2021, grifo nosso).

Outra estratégia empreendida pelos bacamarteiros de Pernambuco é a inclusão de padres nas fileiras dos batalhões. Com efeito, é comum encontrar os chamados “padres bacamarteiros”, que além da função clerical exercida durante as homilias, também assumem a função de atiradores na etapa profana dos festejos. Conforme explica o presidente Ivan Marinho, alguns padres aprenderam a manusear os bacamartes por meio de aulas de tiro realizadas por grupos e associações de bacamarteiros.

Os padres são aqueles padres nordestinos apaixonados pela cultura do bacamarte, alguns deles atiram e tal. Essa coisa deles atirarem também foi uma coisa puxada pela SOBAC, aqui no Cabo, porque com o Ponto de Cultura a gente tinha aulas mensais de tiro e essas aulas eram públicas e as pessoas podiam ir, sem ser bacamarteiras, pra ver ou pra atirar e se tornar bacamarteiro (MARINHO, entrevista, 2021).

O prestígio conferido aos padres e às autoridades clericais, assim como a participação destes nas atividades desenvolvidas pelos grupos de bacamarteiros, resultou em externalidades positivas para a própria manifestação cultural. Como resultado dessa articulação entre religião e cultura, o que se verifica em diversas cidades de Pernambuco é a criação das tradicionais Missas dos Bacamarteiros,

levando para dentro das igrejas homens e mulheres munidos de fé, devoção e bacamartes.

A potência simbólica que representa a entrada das procissão de batalhões nas igrejas e a presença dos bacamarteiros ocupando os assentos das paróquias, principalmente nas cidades do interior de Pernambuco, reverberou também no próprio processo de consolidação de legitimidade da Febape enquanto canal de mediação da relação entre o Estado e a sociedade civil.

Figura 25 - Missa dos Bacamarteiros, em Cabo de Santo Agostinho (PE).



Fonte: BLOG BACAMARTE EM PERNAMBUCO, 2021.

Isso porque, durante as cerimônias e homilias, tornou-se recorrente que os padres assumissem publicamente a agenda de reivindicações da entidade, sobretudo no que diz respeito ao fomento e ao direito de manifestação cultural, além de compartilhar espaços de fala com as lideranças bacamarteiras.

Quando a gente tem as missa que é dos bacamarteiros (...) ele aproveita, porque aí vai tá prefeito, vem secretário de cultura, vem outros secretários de outras pasta, que estão presente, e ele dá aquela forçazinha dizendo que “- Olhe, não deixe a história morrer! A cultura tem que tá inserida! Nós somos uma cidade que tem cultura pra tudo quanto é lado! Porque somos aqui né baracho da ciranda, que é daqui da nossa cidade, tem essa história, esse elo. Aí ele vai lá e dá esse empurrãozinho, sabe? Que é pro pessoal olhar com mais carinho pra nós (TENÓRIO, entrevista, 2021).

Verificamos, portanto, que o processo de consolidação da agenda política da entidade ocorre antes mesmo da federação acessar o poder público. Através da condição de liderança dos párocos locais, a Febape consegue imprimir no discurso

institucional da igreja a sua própria agenda, garantindo a legitimidade dessa pauta por meio das missas realizadas em igrejas e cerimônias pelo interior do estado, que, não ocasionalmente, contam com a presença de lideranças políticas e autoridades públicas.

Figura 26 - Padre segura um bacamarte durante a Missa dos Bacamarteiros, em Solidão (PE).



Fonte: BLOG BACAMARTE EM PERNAMBUCO, 2021.

Cumprе ressaltar que a participação da Igreja Católica nas lutas e nos processos de organização social caracteriza-se como elemento central por estar diretamente envolvida na incubação, potencialização e mediação da ação coletiva da sociedade civil (FREITAS, 2018; CARLOS, 2018). Nesta pesquisa, essa relação é detalhada num depoimento em que se verifica a intervenção direta de padres e autoridades eclesiásticas em favor dos grupos de bacamarteiros.

Algumas vezes a gente teve intervenção direta da igreja com relação ao poder público, pra que se valorizasse o bacamarte, como eu vi algumas vezes em Abreu e Lima o padre Manoel Marques de Miranda, que hoje é Monsenhor na Arquidiocese, é um homem comprometido da Teologia da Libertação, ele que é um velho já, mas que já vi vários desafios dele com prefeito, com presença, com tudo mais, onde ele questionava isso. O padre Rogério Silva também, de São Joaquim dos Mortos, que é padre daqui do Cabo, a gente já viu enfrentamento dele junto com autoridades da secretaria de cultura por conta de perseguição política ao bacamarte aqui no Cabo (...) Então a presença da Igreja ela é forte e tem uma participação significativa de padres na defesa do bacamarte (MARINHO, entrevista, 2021).

Outra iniciativa mobilizada pela Febape enquanto estratégia de construção de legitimidades diante da opinião pública - desta vez por intermédio da Sociedade dos Bacamarteiros do Cabo de Santo Agostinho (Sobac) - compreendeu um

conjunto de ações de responsabilidade social junto a instituições do campo da saúde pública. Em agosto de 2012, os bacamarteiros realizaram uma campanha denominada “Tiro pela Vida”, que consistia na doação de sangue para a Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco (Hemope).

Figura 27 - Bacamarteiros durante a campanha “Tiro pela Vida”, em Recife (PE).



Fonte: BLOG BACAMARTE EM PERNAMBUCO, 2021.

O tom pacifista da divulgação da ação buscou amenizar o impacto que a exibição das armas causava aos curiosos, "relevando o propósito de afirmar o folgado como o mágico tiro que, ao invés de matar, ressuscita" (BACAMARTEIROS DE PERNAMBUCO, 2012). Além da doação de sangue, os bacamarteiros também visitaram a ala pediátrica do Hospital do Hemope, apresentando para as crianças internas a história do bacamarte, músicas sobre o cangaço e a dança do xaxado.

(...) diante de uma sociedade violenta, de pouca tolerância, pessoas comuns se reúnem para, como numa magia, transformar um objeto que servia às guerras num objeto de paz, que agrega, que festeja, que irmana. O bacamarte Pernambucano é uma grande fraternidade e a SOBAC, através do Ponto de Cultura Bacamarte: Tiro da Paz e da Federação dos Bacamarteiros de Pernambuco - FEBAPE - vem levantando, junto com bacamarteiros de todo estado, a bandeira branca, conclamando não só os pernambucanos, mas a todos que habitam a mãe Terra, a se verem como irmãos (BACAMARTEIROS DE PERNAMBUCO, 2012).

Na medida em que a federação foi se constituindo como entidade de referência, os dirigentes passaram a mobilizar estratégias de diálogo também com as instituições dos poderes Legislativo e Executivo. Ao tratarmos da questão

político-partidária, os entrevistados buscaram rechaçar a ideia de ocupação de espaços na entidade para fins políticos. Não obstante, verificamos que a maior parte dos participantes possui ou já possuiu algum vínculo com partidos políticos, a exemplo do Psol, PT, PMDB e PSL. Esse quadro plural, no entanto, não parece intervir na rotina da federação.

Conforme verificamos nos depoimentos, a opção deliberada por manter a entidade afastada de interesses e debates políticos deriva de experiências anteriores malsucedidas que impactaram negativamente na organização da federação. Conforme demonstrado na parte inicial deste trabalho, a associação de grupos de bacamarteiros a guerrilhas armadas, na década de 1960, ainda hoje inspira cautela na relação dos folgazões com a política

Eu como defensor da cultura preciso da política mas não defendo nenhum partido pra isso. Não me envolvo em política, mas preciso dela pra apoiar a minha cultura. (...) Sou tentado, já fui inclusive convidado para ser prefeito da minha cidade, mas não tenho tendência pra isso. A cor que eu defendo é azul e amarela que é a cor do bacamarte (...) E como eu amo essa cultura, eu tenho medo que ela se dissolva por conta de interesses políticos. Em nenhum momento eu vou dizer que eu não preciso de um político, porque sem o político trava tudo. Eu preciso do político pra alavancar a minha cultura, não pra dissolvê-la. E quando eu, como presidente de troça, ou de grupo, ou da Febape, fizer trampolim pra chegar na política, com certeza a finalidade vai desaparecer (PAIVA, entrevista, 2021).

Durante a realização da pesquisa, fomos incluídos no grupo “Bacamarteiros do Brasil”, criado pela Febape no aplicativo *Whatsapp*. Entre os meses de agosto de 2020 e maio de 2021, pudemos acompanhar a rotina de interações dos participantes, onde ficou patente a tentativa de evitar a pauta política. Conforme explica Marinho (entrevista, 2021), o acirramento político nacional também reflete no universo dos brincantes “e não é uma polarização política, é uma polarização pessoal, uma polarização entre Lula e Bolsonaro”.

A opção por se afastar das questões político-partidárias não inviabilizou a articulação com os poderes políticos locais. Através de um diálogo estabelecido entre dirigentes e assessores parlamentares do então deputado estadual Augusto César (PTB), a federação conquistou a sanção do Projeto de Lei que estabeleceu o dia 24 de junho, dia de São João, como o Dia Estadual do Bacamarteiro. Essa experiência teve efeito cascata, resultando na aprovação de datas comemorativas municipais e na concessão de títulos de utilidade pública às associações locais.

A construção de legitimidade ocorreu também no âmbito do poder executivo. Neste ponto, destacamos um movimento de via dupla, ou seja, ao mesmo tempo em que buscava se consolidar como instância legítima de representação, a Febape atuava na mediação e na resolução de conflitos junto ao poder público. Nesse sentido, a principal tática da organização por via institucional foi a realização de reuniões e audiências, que consistem em espaços formais entre o movimento, políticos e agentes públicos para negociação dos temas postos em pauta (DOWBOR; ALBUQUERQUE; CARLOS, 2018).

Por outro lado, em 2017, a Sociedade dos Bacamarteiros do Cabo (Sobac), presidida pelo também dirigente da Febape, o professor Ivan Marinho, recebeu o título de Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco. A escolha da entidade foi realizada pelo Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural, composto por integrantes do governo e da sociedade civil. Além do diploma emitido pelo governo de Pernambuco e entregue pelo governador Paulo Câmara (PSB), a Sobac passou a receber uma bolsa vitalícia de R\$ 3.200,00 por mês.

Figura 28 - A primeira-dama Ana Luiza, o governador Paulo Câmara, o presidente da Febape Ivan Marinho e a presidente da Fundarpe Márcia Souto, durante entrega do título de Patrimônio Vivo.



Fonte: BLOG BACAMARTE EM PERNAMBUCO, 2021.

Para os bacamarteiros de Pernambuco, o reconhecimento da Sobac representou não apenas a coroação da mais bem organizada entidade de bacamarteiros do estado, senão uma chancela de legitimidade conferida pelo próprio poder público à organização e à manifestação dos bacamarteiros.

Transitando entre espaços de poder simbólico e estruturas de poder político, os bacamarteiros de Pernambuco constituíram uma importante rede de atores com a finalidade de consolidar a legitimidade da organização e assentar a prática cultural na agenda política do estado de Pernambuco. Gradualmente, a federação foi dando passos no sentido de constituir uma cadeia de parceiros enlaçados pelo compartilhamento de elementos históricos, identitários e simbólicos.

Ao acionar estes elementos, a Febape encontrou nas instituições religiosas amparo, legitimidade e a possibilidade de ressonância de suas pautas políticas. A resposta dos líderes religiosos coaduna com este compartilhamento de valores e traços identitários e pode ser visualizada durante as homilias, onde padres externam textos e incorporam símbolos desta representação de nordestinidade, vestindo gibão, usando chapéu de couro e empunhando o bacamarte. Daí que o referencial simbólico se mostra como estratégia poderosa na conformação de redes e coalizões próprias desta organização social.

Por outro lado, a federação também acionou mecanismos institucionais para interagir com as lideranças políticas do estado. Por meio de reuniões, eventos e audiências públicas, ou através da ocupação de espaços institucionais de participação social, os dirigentes conseguiram alcançar espaços até então alijados das discussões promovidas pela entidade, a exemplo da Secretaria de Defesa Social²⁰ e o Conselho Estadual de Política Cultural.

A gente tem um grupo chamado Conexão PE, que é um grupo de Pontos de Cultura e que a Febape faz parte. E aí existe tanto essa proteção social, jurídica, como política nas ações que a gente recorre. Existe essa relação política na ocupação de espaço do Conselho de Políticas Culturais do Estado de Pernambuco, a gente senta com outros grupos pra ocupar esse espaço de representação (MARINHO, entrevista, 2021).

Transitar pelos bastidores das instituições políticas do estado, estabelecer contatos com burocratas de nível de rua e atuar através da sensibilização dos dirigentes públicos também foram mecanismos acionados pelos dirigentes da federação. É neste sentido que verificamos que a capacidade de construir diálogos dentro e fora da institucionalidade é uma marca da relação entre estes sujeitos e os atores estatais.

²⁰ “SDS e bacamarteiros firmam acordo para porte da arma em PE”. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2013/05/sds-e-bacamarteiros-firmam-acordo-para-porte-da-arma-em-pe.html>>. Acesso em 25 jun. 2020.

3.2 Arranjos informais como estratégia de interação socioestatal

Nessa etapa da pesquisa buscamos compreender de que modo ocorreu o processo de aproximação entre a Federação dos Bacamarteiros de Pernambuco e o Exército Brasileiro. A partir da análise deste contexto de interação socioestatal, poderemos verificar como os folgazões acionaram arranjos e práticas informais como estratégia de influência no processo de elaboração da Instrução Técnico-Administrativa nº 015/2018, que até o momento de conclusão desta pesquisa é considerada a principal legislação brasileira relacionada ao uso de bacamartes como elemento da cultura popular.

Conforme explica Marinho (entrevista, 2021), a articulação dos bacamarteiros ocorreu em torno de três eixos. O primeiro tratava da necessidade de liberação de uso do bacamarte, principalmente por conta das prisões que estavam acontecendo na região do sertão. A forma de produção, aquisição, transporte e armazenamento da pólvora era o segundo eixo de mobilização, uma vez que sem este insumo as apresentações não poderiam ocorrer. Por fim, o terceiro eixo de articulação - considerado o mais importante pelos bacamarteros - tratava da permissão para a confecção artesanal do bacamarte.

Então esses pontos foram os principais. A gente focou muito nessa coisa da confecção do bacamarte porque sem a confecção do bacamarte a gente iria parar praticamente a brincadeira, a gente ia estagnar a coisa. Então esses são os três motivos que fizeram com que a gente se envolvesse com essa ação coletiva (MARINHO, entrevista, 2021).

O aumento das tensões provocadas pelas prisões de armeiros e bacamarteiros foi o estopim para acelerar o processo de constituição da federação e a busca por apoios institucionais que pudessem mitigar os consecutivos reveses que se abatiam contra os adeptos dessa manifestação cultural. Desse modo, o início desse processo de articulação nos remete invariavelmente ao episódio da prisão de Lenilson Ferreira, em 2009.

Após ser detido, o armeiro ficou preso durante cinco dias no presídio de Palmares, antes que fosse solto através de uma articulação entre o Ministério da Cultura e a Secretaria de Segurança Pública. Após a soltura, Lenilson foi indiciado. As tentativas de aproximação com o sistema judiciário, através da magistrada responsável pelo caso, não foram bem sucedidas.

Eu fui lá falar com a juíza, fui com um advogado, não lembro mais o nome dele, a gente foi falar com a juíza e a juíza era dessas juízas truculentas. (...) Eu sei que ela não me permitiu entrar na sala. Eu fiquei na porta e o advogado sentado com ela conversando sobre o bacamarte, a questão da prisão e da apreensão dos bacamartes, porque ela quem tinha emitido o mandado de prisão e apreensão. Então eles estavam falando “- Riúna é não sei o quê, bacamarte é não sei o quê...”. E aí eu entrei e pedi pra falar. Ela quando levantou a cabeça que me viu dentro da sala, aí ela disse: “- O senhor tá fazendo o que aqui dentro, o que você quer fazendo aqui?”. Aí eu disse “- Não, é que eu tô vendo que vocês estão discutindo sobre a questão da funcionalidade do bacamarte, da riúna, dessas coisas todas, e como eu conheço...”. Aí ela disse “- E eu mandei você entrar aqui? Eu pedi alguma explicação sua? Agora não saia não, fique aí, mas fique em pé”. A juíza era desse jeito. Aí eu expliquei que diante da lei, diante da prática da manifestação uma riúna e um bacamarte não faz diferença nenhuma, é só o nome, né? (MARINHO, entrevista, 2021).

A tentativa frustrada de diálogo com a Justiça levou os bacamarteiros a buscarem outras instâncias institucionais que pudessem atuar em defesa do folguedo e, de modo mais específico, na defesa do armeiro que seguia respondendo ao processo judicial. Naquele momento se optou por recorrer ao Exército Brasileiro. A decisão levou em consideração o fato de que a própria normatização vigente conferia à instituição militar o dever de fiscalizar e controlar o uso de armas obsoletas em eventos folclóricos, conforme previa a ITA nº 024/2002

O primeiro contato dos bacamarteiros com o Exército Brasileiro ocorreu ainda em 2009, antes mesmo da constituição formal da federação. Tratava-se de um grupo formado por representantes de batalhões das regiões do agreste e da zona da mata pernambucana. O ponto de acesso à instituição militar se deu através do Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados (SFPC), órgão vinculado à Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC) e integrante do Comando da 7ª Região Militar (7RM), cuja sede está instalada no Recife.

A escolha dos bacamarteiros por esta divisão do Exército se deu em função de sua atribuição de registrar, autorizar e fiscalizar as pessoas físicas e jurídicas que realizam atividades com Produtos Controlados pelo Exército (PCE), cumprindo as determinações do Estatuto do Desarmamento e do R-105, que é o regulamento que disciplina o controle de PCE. Na época, este documento dispunha de aproximadamente 385 itens passíveis de fiscalização, entre os quais armas de fogo, munições, explosivos, blindagens, fogos de artifício e produtos químicos perigosos, além dos bacamartes. A área territorial de atuação do SFPC/7RM compreende os estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

O poder de polícia administrativa conferido ao SFPC é exercido por meio de ações de fiscalização que consistem na realização de vistorias programadas ou inopinadas, esta última realizada quando há indícios de irregularidades. Constatadas irregularidades, são instaurados processos administrativos e apreendidos os materiais em situação irregular. E em caso da constatação do indício de crime, o Exército comunica à autoridade policial para que proceda na abertura de processo penal ou instauração de inquérito policial penal.

Foi nesse contexto que os bacamarteiros acessaram a instituição militar. Naquele período, a chefia do SFPC era exercida pelo então Tenente-Coronel Carlos Marques Nogueira Filho, atual Coronel da Reserva. Conforme ratificou Ivan Marinho, o primeiro diálogo com o Exército ocorreu no contexto em que Lenilson Ferreira se encontrava na condição de réu.

A gente é regulado ainda pelo Exército Brasileiro, né? O que é que acontece nesse ínterim aí? A gente tem um chefe do Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados da 7ª Região Militar que é de Serra Talhada, hoje em dia ele é assessor de um dos ministros do Supremo Tribunal de Justiça, ele é um advogado, que é o Coronel Carlos Nogueira. E o Coronel Carlos Nogueira, quando eu contei a história do Lenilson, foi a primeira vez que eu me encontrei com ele. Aí eu fui lá conversar sobre essa questão do bacamarte (MARINHO, entrevista, 2021).

O compartilhamento do episódio da prisão e a contextualização do histórico do folguedo, incluindo a entrega do livro *Bacamarte, pólvora e povo*, de Olímpio Bonald Neto, acabou gerando um resultado surpreendente naquele momento. Nas semanas seguintes, o próprio chefe do SFPC, que também é advogado, se ofereceu para atuar na condição de testemunha de defesa no processo movido contra o armeiro.

Conforme explicou o próprio Coronel Carlos Nogueira, em entrevista à pesquisa, a notícia de que o armeiro havia sido preso pela Polícia Militar num período de vacância da legislação referente a armas de fogo revelou indícios de equívoco na condução do procedimento de prisão. Além disso, nos chamou atenção a fala do Coronel em relação aos princípios e valores que lhe motivaram a agir em solidariedade ao armeiro desconhecido. Ao evocar o sentimento de justiça enquanto condição humana, o oficial ultrapassou a fronteira institucional revelando também idiosincrasias próprias na motivação do agir.

Além disso, o contexto de vida do militar se apresenta coerente com a sua postura diante do caso em questão. Natural de Recife e com raízes nas cidades sertanejas de Serra Talhada e Floresta, o Coronel traz na memória de infância o fascínio pelas apresentações dos bacamarteiros, “com suas evoluções, uniformes e adereços coloridos, e, principalmente, seus bacamartes e o troar dos seus tiros”.

Diante dessa situação injusta e improcedente, de pronto me coloquei à disposição do Sr Ivan Marinho para testemunhar a favor de Lenilson, a fim de expor o contexto legal e normativo aplicável ao fato, para a magistrada do processo. Com base nas informações colhidas no meu depoimento, Lenilson foi absolvido e o processo arquivado, para a alegria de todos. Para tomar essa decisão, fui motivado pelo espírito de humanidade e de justiça diante de um quadro de clara injustiça com um homem de bem, mesmo sem conhecer pessoalmente Lenilson naquele momento. Tenho a consciência de que nada fiz além da minha obrigação, pois cabe à autoridade fiscal militar não só fiscalizar os administrados e punir os infratores, mas também amparar e ajudar aqueles que dela necessitam, e cabe a qualquer ser humano não se omitir diante de uma injustiça (NOGUEIRA FILHO, entrevista, 2021).

A participação voluntária de um oficial superior do Exército Brasileiro na audiência foi um caso atípico e contribuiu positivamente para a absolvição do armeiro Lenilson Ferreira. Foram evidenciados equívocos tanto na instauração do inquérito policial, assim como na denúncia acolhida pela Justiça.

Ele ficou muito triste quando conheceu Lenilson, porque ele viu a simplicidade do cara e tudo. Aí é que ele se envolveu muito mesmo nessa história. Aí na audiência do Lenilson, ele tava lendo lá os processos e eu primeiro falei e ela (a Juíza) praticamente nem olhou o que eu tava falando, o escrivão fez lá o negócio e tal, e o Coronel Nogueira, talvez pelo título também, ali ela já parou pra ouvir. E ela se estatelou na cadeira porque ele disse: “- Olha, a senhora mandou um mandado de prisão na época em que a gente estava com anistia de armas, então isso daí foi uma coisa irregular”. Ela não teve mais o que falar, ela não sabia mais o que dizer nada, passou três meses pra justificar a situação como uma situação atípica, porque não soube justificar de outra forma (MARINHO, entrevista, 2021).

A partir desse episódio, os folgazões perceberam a importância da presença do oficial na mediação de conflitos e passaram a envolvê-lo em ações e atividades realizadas tanto pelas associações, assim como pela própria Febape. Nos depoimentos colhidos durante a pesquisa, notamos que o intuito era fortalecer a relação de proximidade com a chefia do SFPC. Com efeito, a presença do Coronel Carlos Nogueira passou a ser constante nos encontros de bacamarteiros em Pernambuco. Seja prestigiando o folguedo ou atuando na condição de interlocutor entre as divisões do Exército e os batalhões de bacamarteiros, o militar assumiu um lugar de relevância na promoção da interação socioestatal.

Figura 29 - Missa dos Bacamarteiros de Abreu e Lima, com a presença do Coronel Carlos Nogueira (primeiro à esquerda), em 2010.



Fonte: BLOG BACAMARTE EM PERNAMBUCO, 2021.

Foi a partir do fortalecimento dessa relação que a presença institucional do Exército se tornou mais constante nas ações promovidas pela Febape. De igual modo, o acesso à instituição militar passou a ocorrer de modo mais constante e facilitado. Conforme explica Marinho (entrevista, 2021), “assim que a gente soltou o Lenilson, a gente já passou a ser mais recebido pelo SFPC, que antes não era recebido. A gente era muito maltratado de certa forma com relação aos de mais baixa patente”.

Em dezembro de 2010, durante o 1º Encontro Estadual dos Bacamarteiros de Pernambuco²¹, o Exército Brasileiro integrou institucionalmente a programação do evento, apresentando um painel expositivo sobre “a aplicação e fiscalização da legislação atual pelo Exército Brasileiro”. Já em 2011, em Caruaru, uma reunião entre bacamarteiros e militares marcou o início de um processo que duraria oito anos, com a finalidade de revisar a legislação sobre o uso de armas em eventos folclóricos e, assim, pôr fim “às más interpretações que confundem mestre da cultura popular com bandidos” (BLOG BACAMARTEIROS DE PERNAMBUCO, 2021).

Para os bacamarteiros, o fato da ITA nº 024/2002 tratar de modo genérico o uso de armas em atividades folclóricas seria o principal motivo das rugas e “equivocos provocados pela falha legislativa de não incluir na redação final do Sistema Nacional de Armas (SINARM) o brinquedo folclórico pernambucano”.

²¹ Evento realizado na cidade de Flores e que marcaria o início do processo de institucionalização da federação, conforme tratamos no capítulo anterior.

Aquele evento contou com a participação de representantes da Polícia Rodoviária Federal, mas foi a presença do Coronel Carlos Nogueira que aferiu legitimidade institucional ao pleito dos grupos organizados, uma vez que o próprio Exército, através do SFPC, assumiu o compromisso público de dar prosseguimento à elaboração de um novo marco normativo em atenção à demanda do segmento.

As lideranças dos bacamarteiros tinham a consciência do quão era importante reforçar e aprofundar este vínculo, pois conheciam a dimensão da estrutura hierárquica com a qual estavam lidando e sabiam do prestígio e do papel de chefia exercido pelo então Tenente-Coronel, que “se tornou esse cara que compartilhava oficialmente da coisa, porque ele tinha o carimbo e a assinatura” (MARINHO, entrevista, 2021).

Nesse sentido, em 2013, a Associação dos Bacamarteiros de João Alfredo ofereceu um almoço em homenagem ao militar, que contou com a participação da diretoria da Febape, agora juridicamente constituída (**Figura 30**). Naquela ocasião, Nogueira foi agraciado com a Medalha do Mérito Bacamarteiro e presenteado com um bacamarte produzido pelo armeiro Lenilson Ferreira, que após ser absolvido do processo judicial recebeu uma licença provisória do SFPC/7RM para retomar a produção dos “brinquedos”.

Figura 30 - Almoço oferecido pelos bacamarteiros em homenagem ao Coronel Carlos Nogueira (primeiro à esquerda), em 2013.



Fonte: BLOG BACAMARTE EM PERNAMBUCO, 2021.

Fica evidente, portanto, que o fortalecimento de vínculos resultou também no estabelecimento de laços de amizade entre o oficial e os bacamarteiros. Essa situação incidiu positivamente na relação da Febape com as repartições do Exército, permitindo aos seus dirigentes acionar um *mix* de estratégias de interação constituído por elementos da institucionalidade e aspectos da informalidade, possibilitando um trânsito com maior fluidez nos labirintos da burocracia militar. Essa questão é reforçada no depoimento de Marinho (entrevista, 2021), ao explicar que “sempre quando a gente precisava de abrir esse espaço eu telefonava pra ele e ele telefonava para os amigos, os colegas”.

Figura 31 - Reunião burocrática entre a Febape e o Exército Brasileiro, em 2012.



Fonte: BLOG BACAMARTE EM PERNAMBUCO, 2021.

Notamos, ainda, que a recorrência em instar as instituições a se posicionarem foi uma das principais estratégias dos bacamarteiros. Através de diversas formas, a Febape buscou se aproximar das instituições públicas e, além disso, requerer um posicionamento público permanente de afirmação do folguedo. Esse mecanismo buscava conferir legitimidade diante da opinião pública e assegurar o compromisso das instituições em atender as demandas dos batalhões.

Essa estratégia é visualizada, por exemplo, na realização dos Seminários da Cultura do Bacamarte, reunindo representantes institucionais de entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Secretaria de Estado da Cultura (SECULT) e o próprio Exército Brasileiro.

Figura 32 - Fala do representante do Exército Brasileiro, durante o 1º Seminário da Cultura do Bacamarte, em Afogados da Ingazeira (PE), em 2013.



Fonte: BLOG BACAMARTE EM PERNAMBUCO, 2021.

Em relação à elaboração da proposta de um novo marco normativo para o uso do “brinquedo” nos festejos tradicionais, Marinho explica que uma minuta de Instrução Técnico-Administrativa havia sido remetida pelo Coronel Nogueira à Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC), ainda durante a sua gestão à frente do SFPC. A elaboração do documento contou com o suporte técnico-jurídico do próprio oficial do Exército e com a contribuição das lideranças dos bacamarteiros de todo o estado.

A gente fez fóruns em todas as regiões do estado: na Zona da Mata, no Agreste e no Sertão. A região metropolitana se reuniu na Zona da Mata, ali em Bonito. E a gente fez uma reunião em Caruaru, dentro do quartel do Exército, em Caruaru, com todos os chefes de batalhão. (...) Fizemos em Afogados da Ingazeira. E ali a gente tirava essas demandas. Os caras na verdade terminavam afirmando aquilo que a gente enquanto diretoria tinha proposto. Deve ter acrescentado algumas coisas, suprimido outras. E a gente levou uma proposta coletiva para o Ministério da Defesa (MARINHO, entrevista, 2021).

Através de fóruns e reuniões, a Febape abriu os canais de diálogo com as lideranças regionais. Conforme explica Nogueira Filho (entrevista, 2021), as discussões em torno do novo marco normativo buscavam suprir “lacunas normativas como o estabelecimento de definições e de procedimentos administrativos referentes ao registro de associações e grupos, à aquisição de insumos e ao tráfego dos bacamartes”.

Figura 33 - Reunião da Febape para discutir a minuta da ITA, em 2013.



Fonte: BLOG BACAMARTE EM PERNAMBUCO, 2021.

O Coronel Nogueira foi para a reserva em 2011, deixando o cargo de chefe do SFPC. Contudo, seguiu assessorando voluntariamente a Febape e mediando a relação entre a federação e o Exército. O oficial contribuiu efetivamente no processo de elaboração da proposta de redação de uma nova Instrução Técnico-Administrativa, atuando como uma espécie de *agente de sensibilização* que buscava trazer as demandas da sociedade civil para o interior da instituição militar.

Figura 34 - José Carlos 'Boy', Euclides Paiva, Coronel Nogueira e Ivan Marinho.



Fonte: BLOG BACAMARTE EM PERNAMBUCO, 2021.

Neste ponto, o que se pode verificar é que o estabelecimento de contatos pessoais entre atores sociais e estatais possibilitou um maior trânsito no interior das instituições. Abers, Serafim e Tatagiba (2014) categorizam essa estratégia de interação socioestatal como uma “política de proximidade”, quando “atores específicos obtêm distinção através de sua posição em um campo relacional, que

lhes confere um nível de prestígio tal que lhes possibilita prescindir das mediações institucionais e/ou estruturas rituais que facultam acessos” (p. 332-333).

Do ponto de vista normativo, o problema da mobilização de redes pessoais como estratégia para o encaminhamento de demandas residiria no fato desta estar relacionada a formas menos democráticas de acesso ao Estado. Nesse aspecto, esta “zona de sombra” inclui as interações que não passam pelas regras e normas por meio das quais operam as instituições (TEIXEIRA; TATAGIBA, 2005; DOWBOR; ALBUQUERQUE, CARLOS, 2018).

A percepção negativa da *política de proximidade* resultaria da antonímia ao ideal normativo que se esperava com a implementação das Instituições Participativas, às quais se atribuía a ideia de que deveriam fomentar formas mais democráticas, públicas e universais de acesso aos bens públicos, ou seja, de que seriam a expressão institucional da inclusão da sociedade civil nos processos de deliberação ou consulta (DOWBOR; ALBUQUERQUE, CARLOS, 2018).

Para superar a comparação primária entre as categorias *política de proximidade* e *lobby*, as autoras defendem a aplicação da primeira como instrumento analítico das táticas extrainstitucionais acionadas pelos movimentos sociais na interação com o Estado. Desse modo, a categoria teria a capacidade de analisar a rede de relações que é acionada em momentos estratégicos, em que movimentos sociais aproveitam a permeabilidade do Estado para influenciar na construção de políticas públicas de caráter redistributivo e coletivo.

O que a nossa pesquisa nos revela é que em vez de uma contraposição, talvez fosse mais adequado falarmos numa combinação entre formas diferentes de encaminhar demandas ao Estado, sendo a “opção” pela participação uma dessas estratégias, que pode ser valorizada (a depender de vários fatores, como por exemplo, a abertura do Estado) e ao mesmo tempo ser associada com outras, tais como a tentativa de contato com algum vereador, ou político influente. (TEIXEIRA; TATAGIBA, 2005, p. 73).

Com efeito, para além das relações clientelistas consubstanciadas pelas trocas personalistas de favores em atenção a interesses privados e econômicos, marca própria do *lobby* empreendido por empresas e mercados, a *política de proximidade* pode ser um instrumento para a feitura de demandas públicas e para a promoção do reconhecimento de direitos coletivos.

Os militantes frequentemente avançam suas bandeiras e objetivos através da negociação direta com os tomadores de decisão, tanto no Legislativo quanto no Executivo. (...) O recurso mobilizado pelos ativistas, neste caso, é sua posição como interlocutor reconhecido. No entanto, as razões pelas quais eles são capazes de "falar diretamente" com autoridades públicas podem variar substancialmente, envolvendo laços pessoais até o status da organização à qual pertencem (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p. 333).

A efetivação da política de proximidade empreendida pela Federação dos Bacamarteiros de Pernambuco tornou-se palpável a partir de 2014. Em janeiro daquele ano, o blog Bacamarteiros de Pernambuco anunciou que havia recebido “contatos de relevante importância para a luta desta instituição no sentido de afirmar a importância do folguedo e estruturá-lo dentro de padrões legais que garantam sua sobrevivência e desenvolvimento” (BACAMARTEIROS DE PERNAMBUCO, 2014).

O anúncio publicizou uma comunicação realizada pelo Coronel Carlos Nogueira. Após a baixa no Exército, o oficial da reserva passou a atuar como chefe de gabinete no Supremo Tribunal de Justiça (STJ). O contato dava conta de uma articulação realizada junto ao assessor da DFPC, o Coronel Achilles Santos Jacinto Filho, que sinalizou o interesse em conhecer a situação dos bacamarteiros de Pernambuco e dar encaminhamento à nova Instrução Técnico-Administrativa.

Figura 35 - Reunião entre o Coronel Achilles Santos e Ivan Marinho, em Brasília (DF), em 2014.



Fonte: BLOG BACAMARTE EM PERNAMBUCO, 2021.

A ida do assessor a Pernambuco não foi concretizada, mas a articulação permitiu que o presidente da Febape fosse recebido no Ministério da Defesa, em Brasília, para tratar da reformulação da ITA nº 024/2002 com base na minuta anteriormente remetida pela chefia do SFPC/7RM.

A reunião aconteceu com o propósito de subsidiar o executivo com informações sobre a prática do folguedo, bem como discutir pontos da proposição de reformulação da ITA. A reunião, que se deu por toda tarde, aproximou, segundo o coronel, de uma visão mais clara sobre o objeto em questão. O representante demonstrou disposição em resolver o assunto ainda antes dos próximos Festejos Juninos, Ivan Marinho, além do bacamarte chamado Coral, levou o livro Bacamarte, Pólvora e Povo e um DVD com vídeos do folguedo (BACAMARTEIROS DE PERNAMBUCO, 2014).

Outro resultado da articulação realizada pelo Coronel Carlos Nogueira junto às divisões do Exército Brasileiro foi a visita do então General-de-Brigada Ivan Ferreira Neiva Filho aos bacamarteiros de Pernambuco, em julho de 2017. Na época, Neiva Filho exercia a função de Diretor de Fiscalização de Produtos Controlados. Atualmente, o oficial é Comandante da 7ª Região Militar, responsável pelos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas.

Figura 36 - General Neiva, Bonald Neto, Zenaide Pedrosa, Ivan Marinho, Coronel Paiva e Coronel Nogueira, em visita do chefe da DFPC ao estado de Pernambuco, em 2018.



Fonte: BLOG BACAMARTE EM PERNAMBUCO, 2021.

A ida de um Oficial General a Pernambuco, representando institucionalmente o Ministério da Defesa, significou o ápice do processo de

mobilização e articulação empreendido pela Febape em torno de um novo marco normativo que pudesse permitir uma dinâmica própria ao uso dos bacamartes. Isso porque a decisão de publicação de uma nova Instrução Técnico-Administrativa passava necessariamente pelo gabinete do diretor da DFPC, responsável pela assinatura do documento.

Figura 37 - General Neiva (ao centro) e Coronel Nogueira (à direita), ladeados por bacamarteiros.



Fonte: BLOG BACAMARTE EM PERNAMBUCO, 2021.

Na ocasião da visita, o General Neiva Filho solicitou a apresentação de uma performance de uso do bacamarte, que foi realizada pela Sociedade dos Bacamarteiros do Cabo de Santo Agostinho (Sobac), no Núcleo de Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Conforme explica Marinho (entrevista, 2021), o apelo da apresentação despertou no general o espírito de nacionalidade, induzindo-o a prestar continência ao grupo.

Após a apresentação do grupo, o Capitão Ivan Marinho fez palestra aos militares sobre a história e o contexto atual do bacamartismo, sendo agraciado com o compromisso do Gel. Neiva em apoiar no que fosse preciso, para viabilizar a prática desta encantadora manifestação cultural, declarando se sentir orgulhoso em ser brasileiro por conta de expressões como a dos bacamarteiros (BACAMARTE EM PERNAMBUCO, 2017).

Após nove anos de mobilização e articulação, a tramitação da proposta de uma nova Instrução Técnico-Administrativa foi encaminhada pelo Ministério da Defesa, em 2018. O texto foi submetido à apreciação do Conselho Consultivo da DFPC, durante a 4ª reunião do colegiado, em 03 de abril, no Forte Caxias – Quartel-General do Exército, em Brasília.

O órgão colegiado é um mecanismo de participação de setores impactados pelos trabalhos da diretoria, composto por 12 integrantes, sendo seis representantes ligados a associações de atiradores civis e ao tiro desportivo e os outros seis representando a indústria²².

Figura 38 - Reunião do Conselho Consultivo da DFPC, presidido pelo General Neiva, onde foi apreciado o texto da ITA nº 15/2018.



Fonte: EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018.

Não obstante alguns trechos demandados originalmente pela Febape terem sido suprimidos, o texto foi parcialmente acatado pelo Exército Brasileiro e transformado na Instrução Técnico-Administrativa nº 015/2018. O documento foi publicado no Diário Oficial da União, em 05 de abril de 2018, como o último ato assinado pelo então General-de-Brigada Ivan Ferreira Neiva Filho, que além de Diretor de Fiscalização de Produtos Controlados do Comando Logístico do Exército Brasileiro era também presidente do Conselho Consultivo.

Pela primeira vez os folgazões contaram com um marco normativo próprio. Tornaram-se sujeitos de direito de maneira institucionalizada, uma vez que a normativa definiu os bacamarteiros como parte integrante do patrimônio cultural de

22

http://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/conselho-consultivo-atua-como-espaco-de-debates-sobre-o-sistema-de-fiscalizacao-de-produtos-controlados

diversos estados brasileiros. Embora se trate de uma normatização administrativa, a ITA nº 015/2018 resolveu parcialmente os gargalos enfrentados pelos batalhões ao longo do tempo. A instrução normatizou o direito de adquirir e transportar a pólvora, não sendo mais necessário “levar os advogados pro Exército para poder os caras daqui de Pernambuco liberarem os tiros” (MARINHO, entrevista, 2021).

Outra previsão trazida pela normativa foi a possibilidade de pessoas físicas confeccionarem o bacamarte, dirimindo definitivamente o imbróglio em torno dos artesãos. O desafio da Febape, explica Ivan Marinho, tem sido instruir os armeiros no processo de registro junto à Polícia Federal, pois a maioria é analfabeta. Nesse sentido, quando necessário, a Febape intervém para garantir que os armeiros sigam produzindo o bacamarte, considerando que hoje se “tem mais condição de fazer a defesa desses caras do que antes da ITA”.

Em 2018, o Coronel Carlos Nogueira foi a personalidade escolhida para ser homenageada na sexta edição do Encontro Zé da Banha de Bacamarte, em Cabo de Santo Agostinho. A escolha se deu por sua atuação na preservação e desenvolvimento do folguedo no Brasil, sendo considerado “peça-chave no processo de absolvição do artesão de bacamarte, Lenilson Ferreira da Silva, bem como na reformulação legal do bacamartismo no Brasil” (BACAMARTE EM PERNAMBUCO, 2021). O militar segue mantendo ligações informais com a DFPC e assessorando os bacamarteiros de Pernambuco na relação com o Exército e com as legislações.

Figura 39 - Missa em homenagem ao Coronel Carlos Nogueira, em 2018.



Fonte: BLOG BACAMARTE EM PERNAMBUCO, 2021.

Compreender as políticas públicas como produto da ação de forças externas é percebê-las enquanto *status* de variável dependente, ou seja, passível da intervenção de interesses externos às instituições. Com efeito, uma vez que os processos decisórios respondem a um matiz de interesses, forças, mecanismos e condições, ganha relevância o papel das ideias e a sua capacidade de impactar na produção de políticas. Expressas através de valores, ideologias, concepções de mundo, símbolos e imagens, as ideias refletem identidades e se tornam variáveis capazes de afetar processos de formulação de políticas públicas (FARIA, 2003; CAMPBEEL, 2002).

Desse modo, pensar o compartilhamento de aspectos identitários no âmbito dos processos de interação socioestatal nos remete a dois campos de discussão que merecem destaque nesta etapa final do estudo. O primeiro trata da própria construção identitária dos sujeitos. O segundo, da forma como atores socioestatais compartilham valores, símbolos e visões de mundo e o modo como esta interação simbólica impacta nos processos decisórios das instituições.

Tanto os discursos, quanto os textos verificados no decorrer da pesquisa são impregnados de referenciais simbólicos que aludem ao “imaginário nordestino”. A ideia de bravura, coragem, labuta, pertencimento e superação são marcas indelévels destes textos e nos remetem invariavelmente à questão da construção identitária daquilo que compreendemos como “Nordeste”, ou seja, uma região que antes de um recorte natural, político ou econômico é uma construção imagético-discursiva, uma constelação de sentidos (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1994, p. 461).

O acionamento da identidade foi uma estratégia importante no processo de consolidação da proximidade entre dirigentes e burocratas. Na arena do simbólico, o discurso dos dirigentes ativou elementos imagéticos que versaram sobre tradição, cultura, território e popular. Por outro lado, por parte das representações do Exército Brasileiro, o discurso foi acionado a partir de elementos que mesclam a questão elementos do orgulho, do nacional e da honra, traços também presentes no universo imagético do “ser nordestino”. Partilhando discursos e idiossincrasias, dirigentes e burocratas encontraram no filão da identidade similitudes que se desdobraram em laços afetivos e viciniais.

Diferente do caráter clientelista e de subordinação que marcaram as relações entre sociedade e Estado no decorrer do século anterior, os bacamarteiros de Pernambuco souberam equilibrar o discurso identitário com a potência política do posicionamento crítico na relação com as instituições. Essa conjugação permitiu que o acionamento dos traços identitários servisse também como mola propulsora para a aproximação dos dirigentes junto aos burocratas do Exército Brasileiro e a inserção destes no universo do folgado.

Considerando o caráter insulado da instituição e a ausência de espaços perenes de pactuação e diálogo, todo este processo de construção de relações vicinais ocorreu dentro daquilo que Marques (1999) define como “zona de sombra”. Não obstante os momentos de reunião formal entre a entidade e a instituição, foi através de encontros cotidianos, a exemplo dos eventos promovidos pelas associações de bacamarteiros, que os dirigentes da Febape constituíram as relações de amizade que marcam o arranjo informal analisado.

Desse modo, transitando entre a formalidade da instituição e o universo de condições próprias da vida pessoal, os burocratas atuaram como pontos de acesso à instituição. As posições de destaque e prestígio das quais gozavam o Coronel Carlos Nogueira e o General-de-Brigada Ivan Neiva durante a tramitação do processo que resultou na implementação da ITA nº 15/2018, reforçam a ideia de que a mobilização de atores estatais responde também às semelhanças identitárias e ao compartilhamento de valores não assumidos de forma oficial pela instituição.

O papel de colaboração desempenhado por indivíduos dentro de uma instituição hermeticamente fechada aos interesses da sociedade civil nos leva a pensar na figura de um *agente colaborador interno*. Conforme o caso analisado ao longo desta pesquisa, trata-se de um perfil de servidor público de carreira previamente inserido na estrutura burocrática do Estado. Superando a ideia do clientelismo motivado pelo retorno financeiro, o agente colaborador atuaria na zona de sombra em favor de interesses externos à instituição motivado por fatores como o compartilhamento de traços identitários, valores e visões de mundo, juntamente com representantes de organizações da sociedade civil.

Outros desafios seguem permeando o universo dos folgazões. Atualmente, o trabalho cotidiano da Federação dos Bacamarteiros de Pernambuco tem sido fazer chegar às autoridades e forças policiais do estado o teor da ITA nº 015/2018, evitando a reprodução de interpretações equivocadas da legislação. Além disso, os dirigentes da federação também discutem a questão do armazenamento da pólvora, suprimida do texto original remetido ao Ministério da Defesa, que permitiria a aquisição de um volume além do limite de dois quilos por bacamarteiro.

Entre os anos de 2020 e 2021, período de desenvolvimento desta pesquisa, a articulação da Febape sofreu com a descontinuidade de suas ações dado o agravamento da pandemia provocada pelo Covid-19. Este período de isolamento social levou os bacamarteiros a explorar o universo digital como alternativa de articulação e sociabilidade. Atualmente, o grupo “Bacamarteiros do Brasil”, criado pela Febape no aplicativo Whatsapp, reúne mais de 100 participantes entre chefes, capitães, pesquisadores e representantes dos batalhões de bacamarteiros de estados do Nordeste.

O Conselho Consultivo da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados foi oficialmente extinto por força do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019. O decreto extinguiu e estabeleceu diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. A medida afetou mais de 2.500 instâncias colegiadas na esfera federal, incluindo importantes colegiados nos campos das políticas sociais, além de espaços de pactuação social situados no interior das instituições.

No dia 12 de fevereiro de 2021, a Presidência da República editou o Decreto nº 10.627/2021, que afrouxou as regras de acesso e controle de armas de fogo, excluindo as armas consideradas obsoletas do rol de Produtos Controlados pelo Exército. Em tese, os bacamarteiros estão liberados de todas as normativas que até então orientavam a confecção, a posse e o uso do “brinquedo”. Ainda é incerta a aplicação desta legislação no contexto da prática do bacamate. Conforme nos informou o presidente Ivan Marinho²³, a Febape já se movimenta no sentido de elaborar junto ao Governo de Pernambuco uma lei estadual para evitar os impactos que a norma poderá gerar no universo da tradição.

²³ Ivan Marinho é professor de Educação Física da rede estadual e municipal de ensino, artista plástico e poeta. Como bacamarteiro, prestou consultoria à equipe de produção do filme Bacurau, que utilizou o “brinquedo” como elemento cênico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar processos de participação política além dos limites definidos pelas instituições foi o que nos motivou ao longo dessa caminhada. A dimensão desse empreendimento se revelou no desafio que foi analisar o nosso objeto de estudo conjugando dois elementos que, aprioristicamente, são imiscíveis: a adoção de estratégias de abordagem do Estado em “zonas de sombra” e os limites normativos que embasam as análises no campo das interações sociedade-Estado.

Atores sociais constroem estratégias de abordagem e interação com o Estado cotidianamente. A nós, cabe a tarefa de mobilizar esforços no sentido de acompanhar a evolução desse repertório, analisar seus impactos e compreender as regularidades que eventualmente podem aferir condição de generalidade a estes padrões de interação. Os resultados que trazemos ao final da pesquisa revelam uma gramática participativa latente e pulsante que dificilmente poderia ser visualizada sob as lentes tradicionais do que se espera de um processo de interação entre atores sociais e representantes do Estado.

De início, observamos que nem todas as instituições estão pré-dispostas a interagir com as demandas e agendas de organizações e movimentos sociais. No caso em tela, o Exército Brasileiro se configura como um dos modelos mais próximos de uma instituição cuja burocracia se encontra insulada dos interesses sociais e alijada de possibilidades de interação socioestatal. Essa condição, no entanto, não impediu que uma organização da sociedade civil construísse pontos de acesso à sua estrutura, tornando-a permeável a interesses sociais.

Essa construção pôde ser compreendida a partir da aplicação do conceito de permeabilidade estatal. Em situações de ausência de pontos de acesso institucionalizados e formas perenes de mediação com o Estado, a sociedade civil constrói suas próprias vias de acesso para influenciar as decisões políticas das instituições. Nesse caso, o conceito de permeabilidade sofre uma virada epistemológica na medida em que perde o caráter clientelista voltado à satisfação de interesses privados e econômicos e passa a operar em favor de agendas e interesses coletivos pautados a partir da mobilização das organizações sociais.

O conceito revisitado de encaixes institucionais também se mostrou satisfatório ao longo da realização da pesquisa. A sua utilização nos permitiu discutir e constituir uma tipologia preliminar sobre os mecanismos intervenientes nas interações socioestatais, com foco no caráter relacional. Neste ponto, destacamos a importância das estruturas de vínculos entre as organizações da sociedade civil e suas redes de relações informais, considerando que a análise de encaixes institucionais postula, necessariamente, uma abordagem histórica, relacional e processual sobre as experiências analisadas.

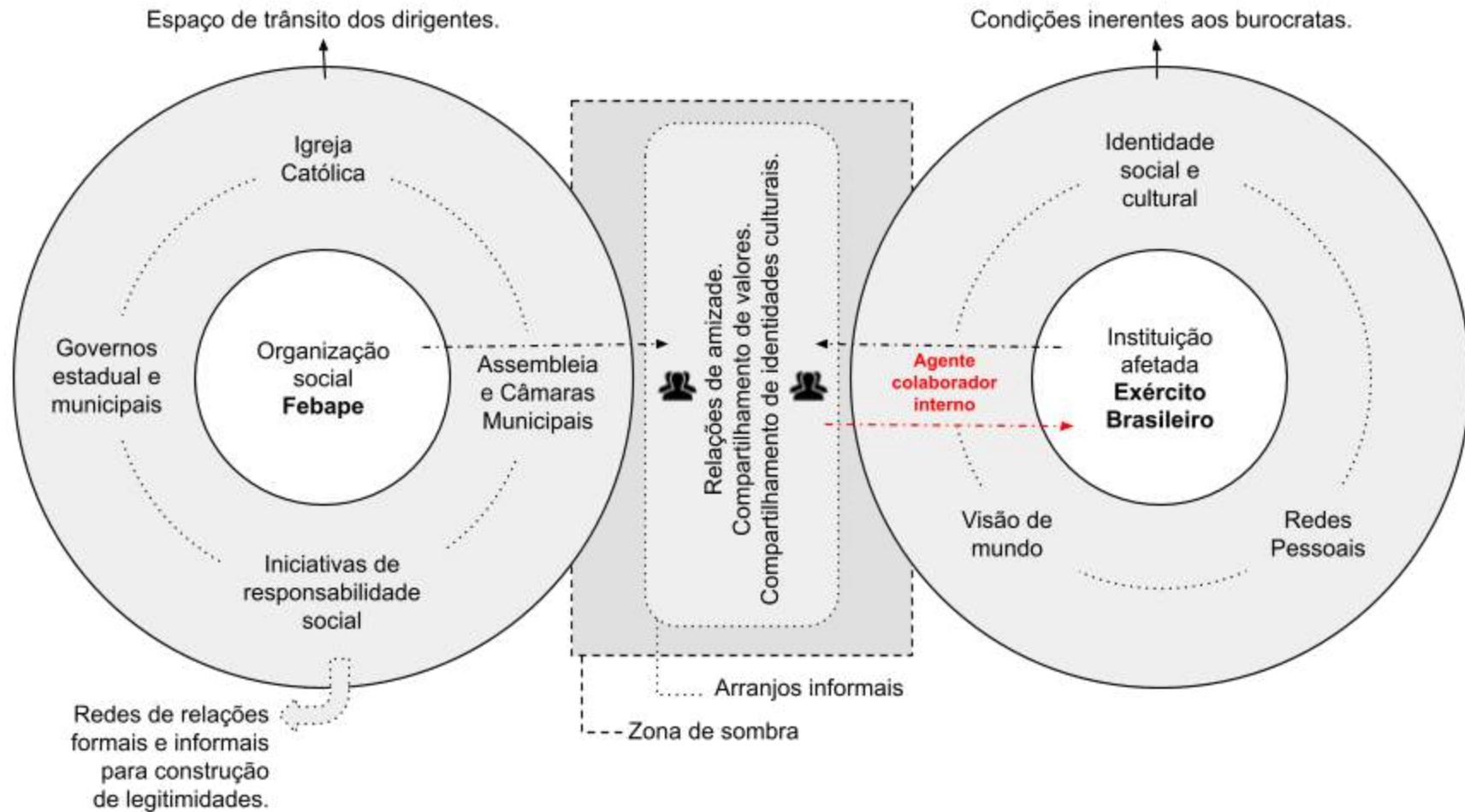
Seria possível, portanto, relacionar a incidência da informalidade ao sucesso na produção de encaixes institucionais?

O que verificamos a partir deste estudo é que as táticas extrainstitucionais - incluindo o repertório informal - quando aplicadas de maneira sistêmica e sistemática, podem pavimentar processos de institucionalização na medida em que aferem legitimidade à demanda, ao segmento e à representação dos atores sociais. Nesse sentido, o alinhamento destas evidências permitiram a uma organização social, no caso a Federação dos Bacamarteiros de Pernambuco, criar pontos de acesso ao Estado e provocar mudanças na direção de uma política pública.

O que o estudo da trajetória da Federação dos Bacamarteiros de Pernambuco nos revela é que a entidade compreendeu essa possibilidade estratégica e mobilizou frentes de atuação com o objetivo de influenciar as decisões do Estado quanto ao emprego de armas de fogo em eventos e manifestações culturais.

Conforme é possível verificar na **Figura 40**, foi através da constituição de uma rede de arranjos e relações informais que a entidade logrou construir um fluxo de articulação que lhe permitiu acessar agentes colaboradores dentro da estrutura da burocracia militar e construir a abertura de pontos de acesso para incidir em espaços decisórios do Exército Brasileiro.

Figura 40 - Representação dos arranjos informais atuando na zona de sombra das interações socioestatais.



Fonte: Autoria própria, 2021.

A política de proximidade baseada nas redes de contatos pessoais se mostrou como atributo relevante na construção de pontos de acesso ao Estado, ou seja, na produção de permeabilidade. Não é possível, no entanto, afirmar que esta condição *per se* foi capaz de produzir o encaixe institucional que permitiu a elaboração e publicação da Instrução Técnico-Administrativa nº 015/2018. Não obstante, podemos afirmar que o estabelecimento de relações e laços de amizade entre dirigentes e burocratas contribuiu decisivamente para uma configuração favorável ao encaminhamento das demandas da Febape junto ao Exército Brasileiro.

O estudo ratifica a importância da abordagem relacional sobre processos de interação socioestatal. Embora oficialmente insuladas das demandas sociais, as instituições não estão imunes às interferências externas, pois são constituídas por indivíduos inseridos em redes de relacionamento e detentores de visões de mundo, valores e traços identitários particulares. Desse modo, observamos que a ativação destes elementos a partir do compartilhamento de similitudes entre atores sociais e estatais também colaborou para o estabelecimento de pontos de acesso ao Estado.

Deixamos como proposta para discussões posteriores a possibilidade de se pensar uma perspectiva analítica que considere a figura do *agente colaborador interno* como variável em análises sobre processos de interação socioestatal. Diferente do que prevê as categorias “ativismo institucional” e “trânsito institucional”, nas quais militantes e partidários se inserem na estrutura do Estado e permitem o acesso das organizações às instituições, falamos aqui de agentes públicos já inseridos na estrutura burocrática que, por razões que superam a afinidade política, permitem às organizações que acessem pontos específicos da estrutura do Estado.

Neste trabalho pudemos observar o processo de construção de encaixes institucionais desde a sua gênese à consolidação dos resultados, realçando o modo como atores sociais mobilizam estratégias dentro e fora dos padrões formais de interação com o Estado. As redes informais se mostraram efetivas para o alcance dos objetivos, embora não se possa afirmar que apenas ela contribuiu para o sucesso da institucionalização da demanda. A nosso ver, passos necessitam ser dados em direção a uma melhor compreensão deste modelo de interação, além de suas externalidades, efeitos e impactos nos atores sociais e nas instituições. Trata-se, portanto, de uma agenda de pesquisa promissora para estudos futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**, Rio de Janeiro, vol. 57, n. 2, pp. 325-357, 2014.

ABERS; Rebecca; SILVA, Marcelo; TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. **Lua Nova**, São Paulo, vol. 105, pp. 15-46, 2018.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval. **O engenho anti-moderno: a invenção do Nordeste e outras artes**. 1994. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas, 1994.

AMÂNCIO, Júlia. **Dinâmicas políticas microterritoriais: organizações comunitárias e acesso às políticas públicas na periferia de São Paulo**. 2013. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas, 2013.

AMÂNCIO, Júlia. SILVA, Jéssika. Interações sociopolíticas e o acesso às políticas públicas na periferia: um estudo de caso sobre os movimentos associativos do município de Lavras - MG. **Interfaces Científicas - Direito**, Aracaju, vol. 6, n. 3, pp. 57-70, 2018.

ARCHEOFACTU. **Arqueologia e arte**, 2020. Peças de armamento, Museu da Pólvora Negra. Disponível em: <https://www.archeofactu.pt/frontoffice/default.aspx?ctrl=experiencia_det&id=561&cid=1>. Acesso em: 20 jun. 2020.

AVAX. **Avax News**. Durbar Festival in Nigeria. Disponível em: <https://avax.news/fact/Durbar_Festival_in_Nigeria.html>. Acesso em: 25 jun. 2020.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira. *Snowball* (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: **X Congresso Nacional de Educação - Educere**. Curitiba, 2011.

BARBALHO, Nelson. **Caruaru do Cel. Neco Porto: visão histórica e social - 1901 a 1904**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1981.

BATALHÃO de Bacamarteiros no interior do Grande E. do Nordeste. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, 08 jul. 1947.

BARROSO, Gustavo. **História militar do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

BATISTA, Liduina. O uso de armas de fogo no Brasil, a violência e o Estatuto do Desarmamento. **JurisWay**, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=1372>. Acesso em 14 dez. 2020.

BEZERRA, Marcelo. **Corrupção: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil**. Rio de Janeiro: ANPOCS-Relume-Dumará, 1995.

BERCHTESGADEN. **Bergerlebnis Berchtesgaden**. Disponível em: <<https://www.berchtesgaden.de/tradition-brauchtum/advent/weihnachtsschuetzen>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

BLOG BACAMARTE EM PERNAMBUCO. **Bacamarte em Pernambuco**. Disponível em: <<http://bacamarteempernambuco.blogspot.com/>>.

BONALD NETO, Olímpio. Turismo, folclore e artesanato: 15 anos de ação da Empetur. Recife: Empetur, 1982.

BONALD NETO, Olímpio. **Bacamarte, Pólvora e Povo**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2018.

BRASIL. Ministério dos Negócios de Guerra. **Relatório do ano de 1864**: apresentado á Assembléa Geral Legislativa na 3ª sessão da 12ª legislatura (publicado em 1865). Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/143>>. Acesso em 02 abr. 2020.

CAMPBELL, John. Ideas, Politics, and Public Policy. **Annual Review Sociology**, n. 28, pp. 21-38, 2002.

CARLOS, Euzeneia. **Movimentos sociais e instituições participativas**: efeitos organizacionais, relacionais e discursivos. 2012. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2012.

_____. **Cooperação e Conflito na Relação Movimentos Sociais e Estado. Política & Sociedade**, Florianópolis, vol. 16, n. 35, 2017.

_____. A construção de encaixes institucionais e domínio de agência no movimento popular urbano: mecanismos e configurações. In: LAVALLE, Adrian; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monica; SZWAKO, José. **Movimentos sociais e institucionalização**: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.

CARVALHO, Layla. Feminismos, movimentos de mulheres e as políticas de saúde para as mulheres. In: LAVALLE, Adrian; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monica; SZWAKO, José. **Movimentos sociais e institucionalização**: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.

CASTRO, Adler. Notas sobre o armamento na Guerra do Paraguai. **Rede Memória Virtual Brasileira / Fundação Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/projetos/guerradoparaguai/artigos.html>> Acesso em 04 abr. 2020.

CAVALCANTI, Maria. A festa em perspectiva antropológica : carnaval e os folguedos do boi no Brasil. **Artelogie**, Paris, n.4, 2013.

CORRÊA, Otávio. Redes Transnacionais de Ativismo LGBTI: World advocacies em busca dos direitos sexuais e de identidade. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, vol. 51, n. 3, pp. 273-312, 2020.

DIANI, Mario; BISON, Ivano. Organizações, Coalizões e Movimentos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 3, pp. 219-250, 2010.

DOWBOR, Monica. A arte da institucionalização: estratégias de mobilização dos sanitaristas (1974-2006). Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2012.

_____. Escapando das incertezas do jogo eleitoral: a construção de encaixes e domínio de agência do movimento municipalista de saúde. In: LAVALLE, Adrian; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monica; SZWAKO, José. **Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição** [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.

DOWBOR, Monica; CARLOS, Euzeneia; ALBUQUERQUE, Maria. As origens movimentalistas de políticas públicas: proposta analítica aplicada às áreas de criança e adolescente, direitos humanos e saúde. **Lua Nova**, São Paulo, vol. 105, pp. 47-80, 2018.

DOWBOR, Monica; ALBUQUERQUE, Maria; CARLOS, Euzeneia. Movimentos sociais, políticas públicas e permeabilidade do Estado. In: **44º Encontro Anual da ANPOCS** [online], 2020.

ESPOSITO, Gabriele. **Armies of the War of the Triple Alliance 1864–70: Paraguay, Brazil, Uruguay & Argentina (Men-at-Arms)**. Osprey Publishing, 2015.

FARIA, Carlos. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das primeiras vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, 2003.

FALLETI, Tulia. Infiltrando o Estado: a evolução da reforma da saúde no Brasil, 1964-1988. Tradução de Alan Angeluci. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, vol. 15, n 29, p.345-368, 2010.

FEBAPE. **Estatuto da Federação dos Bacamarteiros de Pernambuco**. Febape, 2011.

_____. **Carta/Manifesto da Federação dos Bacamarteiros de Pernambuco para o Governador de Pernambuco, Dr. Eduardo Campos**. Febape, 2012.

FREITAS, Patrícia. A entrada dos novos imigrantes na política local de São Paulo: domínio de agência e disputa partidária. In: LAVALLE, Adrian; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monica; SZWAKO, José. **Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição** [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.

GIL, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Sandra; MOURA, Joana; ALVES, Jenair. O movimento social negro na formação da agenda governamental: um estudo de caso do Plano Juventude Viva. **Caderno CRH**. Salvador, vol. 32, n. 87, pp. 623-640, 2019.

HISTORICAL FIREARMS. **Historical Firearms**, 2020. Maynard tape primer. Disponível em: <https://www.historicalfirearms.info/post/167430033734/maynard-tape-primer>. Acesso em: 20 jun. 2020.

HOUTZAGER, Peter; LAVALLE, Adrian; ACHARYA, Arnab. Atores da sociedade civil e atores políticos. Participação nas novas políticas democráticas em São Paulo. In: AVRITZER, Leonardo. (org.) **Participação em São Paulo**. São Paulo: Editora da Unesp, pp. 257-322, 2004.

HOWARD, Edward. On a new fulminating mercury. **Philosophical Transactions of the Royal Society of London**. Londres, pp. 204-238, 1800.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Itinerário das visitas feitas na sua diocese pelo Bispo de Pernambuco nos anos de 1833 e 1840. **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1892.

LAVALLE, Adrián. Participação: valor, utilidade, efeitos e causa. In: PIRES, Roberto (org.) **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: Ipea. 2011.

_____. Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência. In: **III Encontro Participação, Democracia e Políticas Públicas (apresentação oral): Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência**. Vitória, 2017.

LAVALLE, Adrian; BÜLOW, Marisa. Sociedade civil e institucionalização da intermediação: Brokers diferentes, dilemas semelhantes. **Política & Sociedade**, Florianópolis, vol. 13, n. 28, pp. 125-165, 2014.

LAVALLE, Adrian; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monica; SZWAKO, José. **Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição** [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2019.

LIMA, George. **Os bacamarteiros de Caruaru**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, 2013.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. São Paulo: Atlas, 2011.

MARQUES, Eduardo. Notas Críticas à Literatura sobre Estado, Políticas Estatais e Atores Políticos. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 43, 1997.

_____. **Redes sociais e permeabilidade do Estado**: instituições e atores políticos na produção da infra-estrutura urbana no Rio de Janeiro. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas, 1998.

_____. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 41. São Paulo, 1999.

_____. **Estados e redes sociais**: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro. São Paulo: Editora Revan/FAPESP, 2000.

_____. Redes sociais e poder no Estado brasileiro: aprendizados a partir das políticas urbanas . In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 60. São Paulo, 2006.

MARQUES, Eduardo; BICHR, Renata. Public Policies, Public policies, political cleavages and urban space: state infrastructure policies in São Paulo, Brazil, 1975–2000. **International Journal of Urban and Regional Research**, vol. 27, n. 4, pp. 811-827, 2003.

MAUDONNET, Janaina. O Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB) e seus efeitos nas políticas públicas. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 41, 2020.

MENEZES, Fernanda. Instituições democráticas e participação: um estudo sobre as instituições participativas no Brasil. **Espaço Público**, vol. 2, pp. 37-43, 2018.

MEZA, Humberto; TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais e partidos políticos: as relações entre o movimento feminista e o sistema de partidos na Nicarágua (1974-2012). **Opinião Pública**, vol. 22, n. 2, pp. 350-384, 2016.

MIGDAL, Joel; KOHLI, Atul; SHUE, Vivienne. **State Power and Social Forces: Domination and Transformation in the Third World**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

MILIBAND, Ralph. **O Estado na sociedade capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972

MINAYO, Maria. **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAIS, Pessoa. Um pesquisador do Nordeste. **Diário de Pernambuco**, Recife, pp. 01-02, 1966.

OLIVEIRA, Gerson. **Permeabilidade e trânsito institucional**: a relação entre sociedade civil e Estado a partir das trajetórias de militantes-gestores nas políticas de economia solidária no Rio Grande do Sul - os casos de Porto Alegre (1996-2004)

e do Governo Estadual (1999-2002). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRS, Porto Alegre, 2011.

PANDOLFI, Dulce. **Pernambuco de Agamenon Magalhães**: consolidação e crise de uma elite política. Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 1984.

PAIVA, Felix. Os bacamarteiros de Caruarú, na véspera do São João. **Diário de Pernambuco**, Recife, 08 jul. 1954.

PROGRAMMA da festa da gloriosa virgem e martyr Santa Cecilia, erecta no convento do Carmo do Recife. **Diário de Pernambuco**, Recife, 23 jun. 1866.

QUINTELA, Antonio; CARDOSO, João; MASCARENHAS, José. **A fábrica da pólvora de Barcarena**: catálogo do Museu da Pólvora Negra. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2000.

RODRIGUES, Elisane; BRASIL, Flávia. A participação social na perspectiva dos atores de uma rede social comunitária: um estudo de caso. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, vol. 24, n. 1, 2015.

RUESCHEMEYER, Dietrich; EVANS, Peter. The state and economic transformation: toward an analysis of the conditions underlying effective. In: EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda. **Bringing the State Back**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

SÁ, Stenio de. A tomada da fogueira. **Jornal do Recife**. Recife, p. 02, 24 jun. 1934.

SANTOS, Pedro Paulo. **Caruaru**: a construção midiática da marca Capital do Forró. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, 2007.

SANTOS, Pedro. Bacamarteiros: folguedo de memória, fé e resistência. **Jornal A União**, João Pessoa, 26 dez. 2018.

SKOCPOL, Theda. **Protecting soldiers and mothers**: the political origins of social policy in the United States. Harvard: Harvard University Press, 1992.

SOUZA, Fabio. **O Movimento de Cultura Popular do Recife (1959-1964)**. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2014.

TEIXEIRA, Ana Claudia; TATAGIBA, Luciana. **Movimentos sociais e sistemas políticos: os desafios da participação**. São Paulo: Instituto Pólis/PUC-SP, 2005.

THE MAGIC STHON. **The Magic Sthon**. Disponível em: <<http://magicsthon.blogspot.com>>. Acesso em: 27 jun. 2020.

TRIPODI, Zara; SOUSA, Sandra. Do governo à governança: permeabilidade do estado a lógicas privatizantes na educação. **Cadernos de Pesquisa**, vol .48, n. 167, pp. 228-253, 2018.

WANDERLEY, Eustórgio. Os tres santos populares. **O Cruzeiro: revista semanal ilustrada**. Rio de Janeiro, ed. 34, p. 16-17, 25 jun. 1932.

WORLD HEALTH ASSOCIATION. **Division of Mental Health. Qualitative Research for Health Programmes**. Geneva: WHA, 1994.

WIKIWAND. **The world's leading Wikipedia reader**. Espingarda. Disponível em: <<https://www.wikiwand.com/pt/Espingarda>>. Acesso em 20 jun. 2020.

WILLIAMS, Dave. The Maudslay Connection, the Reid Bequest and Forsyth's Early Percussion Ignition Systems. **Arms & Armour**, 2009, pp. 105-139.

APÊNDICE

1. Roteiro básico para a realização de entrevista semiestruturada.

Nome do(a) entrevistado(a):

Nome do pesquisador:

Data de entrevista:

Local da entrevista:

Contato prévio

- Enviar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em PDF.

Procedimento inicial

- Preparar a gravação do áudio da entrevista.
 Iniciar a entrevista.

Contato inicial

- Agradecer pela disponibilidade em conversar com o pesquisador.
 Apresentar, de forma breve, os objetivos da pesquisa.
 Explicar as informações contidas no TCLE.
 Solicitar a assinatura do TCLE e a concordância verbal com o termo.

Característica socioeconômica do(a) entrevistado(a)

- Qual é a sua idade?
 Qual é o seu local de residência?
 Qual é a sua ocupação profissional atual?
 Possui ou já possuiu cargo comissionado na Administração Pública? Se sim, qual?
 Possui ou já possuiu vínculo com partido político? Se sim, qual?

Questões para a entrevista:

Bloco 1. Relação com a manifestação cultural

- 1.1 Desde quando você atira?
 1.2 Como você se tornou um(a) bacamarteiro(a)?
 1.3 Para você, o que é ser um(a) bacamarteiro(a)?

Bloco 2. Sobre a FEBAPE

- 2.1 Qual é ou foi a sua função na FEBAPE?
 2.2 Quais motivos levaram à criação da Federação dos Bacamarteiros de Pernambuco?
 2.2 Quais são os objetivos da FEBAPE?

2.3 Na sua opinião, qual a importância de ter uma federação?

Bloco 3. Sobre a rede de apoiadores e coalizões da FEBAPE

3.1 Na sua opinião, quais foram as ações mais importantes realizadas pela FEBAPE na busca pelo direito de uso do bacamarte?

3.2 Na história da FEBAPE, houve alguma experiência de diálogo com representantes de instituições do **poder executivo**? Se sim, como foram essas experiências?

3.3 Na história da FEBAPE, houve alguma experiência de diálogo com representantes de instituições do **poder legislativo**? Se sim, como foram essas experiências?

3.4 Na história da FEBAPE, houve alguma experiência de diálogo com representantes de instituições do **poder judiciário**? Se sim, como foram essas experiências?

3.5 Na história da FEBAPE, houve alguma experiência de diálogo com representantes de **partidos políticos**? Se sim, como foram essas experiências?

3.6 Na história da FEBAPE, houve alguma experiência de diálogo com representantes de **igrejas e organizações religiosas**? Se sim, como foram essas experiências?

3.7 Na história da FEBAPE, houve alguma experiência de diálogo com representantes de outras **organizações ou movimentos sociais**? Se sim, como foram essas experiências?

3.8 Na história da FEBAPE, houve alguma experiência de diálogo com representantes da **mídia e veículos de imprensa**? Se sim, como foram essas experiências?

3.9 Há alguma outra experiência de diálogo que você considere relevante e não tenha sido perguntada?

Bloco 4. Sobre o processo de construção da ITA nº 15, de 27 de março de 2018, pelo Exército Brasileiro.

4.1 De que modo ocorreu a aproximação institucional entre a FEBAPE e o Exército Brasileiro?

4.2 Como a FEBAPE participou da construção do texto da ITA nº 15/2018?

4.3 A federação contou com apoio técnico especializado, a exemplo de consultorias? Se sim, quais foram os parceiros?

4.4 O texto final correspondeu aos anseios da FEBAPE?

4.5 Para finalizar, há alguma articulação vigente no sentido de aprimorar as legislações sobre o uso do bacamarte?

Há alguma informação adicional que você gostaria de acrescentar em relação aos assuntos abordados durante a entrevista?

Considerações finais

Há alguma dúvida em relação à pesquisa?

Você poderia indicar dois membros ou ex-membros da FEBAPE, para participar da pesquisa?

Nome:

Nome:

Nome:

Nome:

Finalização e agradecimento

Agradecer a disponibilidade do entrevistado em fornecer as informações.

Salientar que os resultados da pesquisa estarão à disposição e serão enviados após a publicação na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ANEXO

1. Lista de pessoas entrevistadas.

CARVALHO, Adenir. Entrevista online realizada em 26 mar. 2021;

MARINHO, Ivan. Entrevista online realizada em 20 mar. 2021;

MEDEIROS, Itamar. Entrevista online realizada em 23 mar. 2021;

MOURA, Severino. Entrevista online realizada em 02 abr. 2021;

NOGUEIRA, Carlos. Entrevista online realizada em 06 mai. 2021.

PAIVA, Euclides. Entrevista online realizada em 25 mar. 2021;

SILVA, Severino. Entrevista online realizada em 29 mar. 2021;

SILVA, Wellington. Entrevista online realizada em 29 mar. 2021;

TENÓRIO, Marleide. Entrevista online realizada em 26 mar. 2021.